



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO ACADÊMICO EM PSICOLOGIA



PABLO MATEUS DOS SANTOS JACINTO

**ADOLESCÊNCIAS E ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: A
CONSTRUÇÃO NARRATIVA DE IDENTIDADE DIANTE DA
POSSIBILIDADE DE DESLIGAMENTO COMPULSÓRIO POR
MAIORIDADE**

Salvador

2018

PABLO MATEUS DOS SANTOS JACINTO

**ADOLESCÊNCIAS E ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: A
CONSTRUÇÃO NARRATIVA DE IDENTIDADE DIANTE DA
POSSIBILIDADE DE DESLIGAMENTO COMPULSÓRIO POR
MAIORIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Bahia, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia do Desenvolvimento
Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Virgínia Machado Dazzani

Salvador

2018

Jacinto, Pablo Mateus dos Santos Adolescências e Acolhimento Institucional: A Construção Narrativa de Identidade Diante da Possibilidade de Desligamento Compulsório por Maioridade / Pablo Mateus dos Santos Jacinto. 2019.

148 f.

Orientadora: Maria Virgínia Machado Dazzani.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Psicologia) -- Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal da Bahia, 2019.

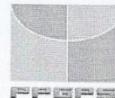
1. Adolescências. 2. Acolhimento institucional. 3. Desinstitucionalização. 4. Identidades. 5. Narrativas.

I. Dazzani, Maria Virgínia Machado. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA), com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA
Instituto de Psicologia - IPS
Programa de Pós-Graduação em Psicologia - PPGPSI
MESTRADO ACADEMICO E DOUTORADO



TERMO DE APROVAÇÃO

“ADOLESCÊNCIAS E ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: A CONSTRUÇÃO
NARRATIVA DE IDENTIDADE DIANTE DA POSSIBILIDADE DE DESLIGAMENTO
COMPULSÓRIO POR MAIORIDADE”

PABLO MATEUS DOS SANTOS JACINTO

BANCA EXAMINADORA:

Prof.ª Dr.ª Maria Virgínia Dazzani (Orientadora)
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Prof.ª Dr.ª Elsa de Mattos
Universidade Católica do Salvador - UCSAL

Prof.ª Dr.ª Claudia Regina de Oliveira Vaz Torres
Universidade Estadual da Bahia – UNEB

Salvador, 07 de janeiro de 2019.

AGRADECIMENTOS

Eu entrei na Universidade em 2011. O país já estava, há quase dez anos, dando pequenos avanços no sentido democratizar o ensino superior. Me graduei na primeira universidade brasileira a introduzir o sistema de cotas: Universidade do Estado da Bahia. Isso representa bastante coragem e compromisso, mesmo sendo a universidade estadual com verba mais arrojada, diante da sua dimensão. Apesar disso, vivíamos um período de expansão das vagas no ensino superior, e assim foi possível que eu me inserisse nesse espaço.

Sou mais um brasileiro que inaugura a geração da sua família com diploma de ensino superior. Um dos muitos do meu tempo, que é tão recente, mas agora parece uma realidade remota. Meu pai (Gildário Jacinto) era caminhoneiro até o ano passado, quando se “aposentou” junto com minha mãe (Maria das Graças Jacinto), auxiliar de enfermagem, e retornaram para minha cidade, Iaçú-Ba, para viver da agricultura familiar.

Quando vim para Salvador, fui entendendo que gente do interior, filho de caminhoneiro, pobre, não tinha muito espaço. Da diretora da escola que, quando minha mãe foi fazer minha matrícula, fez um questionamento perverso: “Vamos ver se ele vai conseguir acompanhar”; à colega de sala que, quando viu minhas primeiras notas chegando, perguntou: “Como você tira boas notas, se veio do interior?”.

Eis que ousou, como tantas outras e outros que passam por dificuldades iguais ou piores que as minhas, a atingir uma escolaridade inimaginável para minha classe. Finalizando o Mestrado em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia, tudo isso me vem à mente, junto de algumas reflexões que, apesar de parecerem duras, não são nada dolorosas.

Este ano a academia se mostrou um espaço belo de produção e trocas, de organização e fortalecimento. Mas também me mostrou aquilo que eu não quero ser. Não serei aquele que mede o outro pelos títulos que tem. Minha mãe nunca precisou de ensino superior pra assumir seu lugar de provedora e educadora. Meu pai sequer foi matriculado em qualquer nível de ensino. Aprendeu a ler acompanhando jogos da loteria pelo rádio. Apesar das críticas que filho sempre tem, são exemplos de caráter que nenhum diploma jamais atestará.

Por outro lado, não posso deixar de reconhecer o espaço que hoje ocupo, nem aquilo que conquistei. Não por mérito próprio, porque meu esforço foi uma das bases de tudo isso que hoje desfruto. Agradeço a cada professora por quem passei durante a graduação, em especial aquelas que me supervisionaram mais de perto em atividades de estágio: Ana Portela, Ludimila Nunes, e Cláudia Vaz, que me honra com sua presença em minha banca. Aproveito para

agradecer imensamente a Elsa de Mattos, que lê pela terceira vez o meu trabalho e também compõe minha banca de defesa, em um verão de janeiro soteropolitano. Agradeço também Maria Cláudia Santos Lopes de Oliveira, que se fez presente no Seminário de Qualificação I e Dora Teixeira Diamantino, que contribuiu com meu trabalho no Seminário de Qualificação II.

Agradeço a Carla Liane, que iniciou meus passos no caminho da pesquisa acadêmica. Agradeço a Carla Wirz, que me supervisionou em campo no meu primeiro estágio extracurricular. Glória Maria Machado Pimentel, que não deixo de trazer o nome completo, antes supervisora de estágio e hoje colega e eterna chefe, juntos nessa empreitada em defesa da psicologia nas políticas públicas. Vera Edington, que foi um marco na minha trajetória profissional, sendo crucial na minha construção de uma identidade de psicólogo ao me guiar em um campo da psicologia do desenvolvimento que me fisgou de modo certo. Por fim, agradeço especialmente a Ana Pellegrini, que me acompanhou durante quatro semestres em um trabalho árduo de conclusão de curso e com quem até hoje escrevo junto e troco figurinhas.

Durante a pós-graduação se firmaram novos vínculos. Foram lançados desafios que eu não imaginava ter que enfrentar. Nesse cenário, o apoio do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos sobre Desenvolvimento e Contextos Culturais (CULTS) foi crucial. Em nossos encontros se estreitam laços, se lançam risadas, mas também se exercita o poder de síntese, a didática, a escrita, e a partir dessas vivências eu tenho me construído como pesquisador. Agradeço imensamente a todas e todos que fazem parte desse coletivo. Virgínia Dazzani, minha orientadora, merece destaque dentre os membros. Ela que me cobra em seu tempo, sem fazer com que as pressões da academia matem meu desejo de produzir. Ela que me dá novos desafios, os quais nem sempre consigo atingir a performance esperada, mas que em muito contribuem com meu aprendizado. Destaco aqui a grande parceira de pesquisa que você é, e que esse coração continue acolhendo as pessoas da forma que me acolheu.

Em 2018, minha vida mudou um pouco mais. Minha irmã (Mirella) casou e foi morar em outro estado. Meus pais, como disse, voltaram para o interior. Sei que eles e o restante da minha família torce por mim e me auxiliam como podem, e por isso sou muito grato, apesar de não ser muito de dizer. Mas esse contexto me deixou pela primeira vez sozinho em Salvador. Até eu entender que nunca estive sozinho. Meus amigos – e até alguns familiares dos amigos – estiveram comigo, seja para tomar uma cerveja no fim de semana e me ouvir reclamar das demandas, seja para passar o tempo jogando conversa fora, ou para me dar IBOPE naquela palestra que eu fui convidado pra ministrar, dentre tantas trivialidades que fazem a gente querer seguir. Vou trazer uns nomes com receio de esquecer de alguém, mas vocês que me amam vão me perdoar: Adriana, Brenda, Erika, Ícaro, Jéssica, João, Larissa, Luci, Mariana, Renan, Sirley,

Tia Linda, Tico, dentre tantas outras que fazem aquele esforço pra gostar de mim e têm o carinho retribuído.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que tornou possível a realização desta pesquisa. Também sou grato ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia (IPS) e ao Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Bahia (POSPSI), que acolheram minha proposta de estudo.

Não tenho como deixar de fora os agradecimentos a Valdívia e Márcia, que fazem possível minha atuação na instituição de acolhimento que permitiu que este trabalho existisse. Vocês sabem o valor que têm, independentemente das dificuldades que enfrentam com a política pública. Agradeço também a minha estagiária Naira Bonfim, que logo ficou na torcida por mim, e a minha monitora Ana Vargens, que segue junto comigo se divertindo e enfrentando alguns dragões no trabalho no abrigo.

Encerro aqui com muitos “obrigados” para dar, mas sem saber ao certo para onde direcionar. Tanta gente e tantas instituições fizeram parte da minha formação que fica difícil enumerar. Reitero os agradecimentos a minha família e queria reforçar que, com esse momento marcando mais um ponto no meu caminho para ser o professor que desejo ser, muito me fortalece ouvir do melhor ministro da educação que este país já teve a seguinte frase: *Verás que um professor não foge à luta*. E se a luta é para tornar minha nação mais democrática, menos violenta, menos opressora e mais inclusiva, saibam que dessa luta eu não fugirei.

Pablo Mateus dos Santos Jacinto

15 de dezembro de 2018

"Nós temos uma nação e nós precisamos defendê-la daqueles que de forma desrespeitosa pretendem usurpar o nosso patrimônio, o patrimônio do povo brasileiro, e entendemos a democracia não apenas no seu ponto de vista formal, embora isso seja muito importante lembrar no Brasil de hoje, são os direitos civis, são os direitos políticos, são os direitos trabalhistas, são os direitos sociais, que estão em jogo neste momento.

[...] Nós temos a responsabilidade de fazer uma oposição colocando os interesses nacionais, o interesse de todo o povo brasileiro, acima de tudo. Porque nós aqui temos um compromisso com a prosperidade desse país, nós que ajudamos a construir a democracia, uma das maiores do mundo, no Brasil, temos que ter um compromisso em mantê-la e não aceitar provocações, e não aceitar ameaças.

Vocês verão que a nação, lembrando o nosso hino nacional, verá que um professor não foge à luta, nem teme quem adora à liberdade a própria morte. Nosso compromisso é um compromisso de vida com este país. Nós temos uma longa trajetória de militância, de vida pública, nós reconhecemos a cidadania em cada brasileiro, em cada brasileira, e nós não vamos deixar esse país para trás. Nós vamos colocá-lo acima de tudo e nós vamos defender os nossos pontos de vista respeitando a democracia, respeitando as instituições, mas sem deixar de colocar o nosso ponto de vista sobre tudo que está em jogo no Brasil a partir de agora. E tem muita coisa em jogo, e nós precisamos compreender o que está em jogo.

Nós temos que fazer uma profissão de fé e que nós vamos continuar a nossa caminhada, conversando com as pessoas, nos reconectando com as bases, nos reconectando com os pobres deste país para reter um programa de nação que há de sensibilizar mentes e corações deste país. Daqui a quatro anos nós teremos uma nova eleição, nós temos que garantir as instituições. Nós não vamos sair das nossas profissões, dos nossos ofícios, mas não vamos deixar de exercer a nossa cidadania. Nós vamos estar o tempo inteiro exercendo essa cidadania, e talvez o Brasil nunca tenha precisado mais do exercício da cidadania do que agora.

Eu coloco a minha vida à disposição desse país, tenho certeza que falo por milhões de pessoas que colocam o país acima da própria vida, acima do próprio bem-estar. E quero dizer para aqueles que eu, olhando nas ruas deste país, em todas as regiões, eu senti uma angústia e um medo na expressão de muitas pessoas, que às vezes chegavam a soluçar de tanto chorar. Não tenham medo. Nós estaremos aqui. Nós estamos juntos. Nós estaremos de mãos dadas com vocês. Nós abraçaremos a causa de vocês. Contem conosco. Coragem, a vida é feita de coragem. Viva o Brasil! Viva o Brasil!"

-Fernando Haddad, 2018

RESUMO

O acolhimento institucional no Brasil é baseado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e configura-se como uma estratégia estatal de proteção a crianças e adolescentes em situação de risco por violação de direitos. Nas normas do ECA, o acolhimento institucional se configura como uma medida protetiva, que busca amparar os indivíduos em situação de risco e reestabelecer seus direitos violados. Em geral, o público das instituições de acolhimento consiste em crianças e adolescentes que passaram por situações de abandono, violência, negligência e, mais raramente, orfandade. Observa-se que em muitos casos o período de institucionalização se prolonga e, por vezes, os sujeitos institucionalizados completam a maioridade sob essas condições, devendo ser desinstitucionalizados compulsoriamente. Existência de estereótipos negativos, relações interpessoais e institucionais fragilizadas, dentre outros aspectos, podem contribuir com a formação de adolescentes sem preparação ou autonomia para o futuro pós-abrigamento. Nesta pesquisa, buscou-se analisar o processo de construção narrativa das identidades de adolescentes em situação de abrigo considerando seus posicionamentos diante da possibilidade de desinstitucionalização compulsória por maioridade. A fundamentação teórico-metodológica que embasou esta investigação parte da perspectiva narrativa da psicologia. As identidades, neste enquadre, são dinâmicas e constantemente reelaboradas pelos indivíduos em sua prática social e são acessadas a partir da análise dos posicionamentos que o indivíduo adota ao longo da construção narrativa. Adolescentes que participaram da pesquisa narraram suas trajetórias a partir de uma entrevista narrativa e, através de uma ferramenta nomeada Livro da Vida, desenharam e escreveram de modo mais detalhado temas destacados na primeira entrevista. Foi possível identificar como as adolescentes constroem suas identidades ao longo e através do processo narrativo. Elas apresentam os sentidos de si quando contam histórias sobre suas trajetórias de vida e relação com pessoas e instituições, além da autorreflexão. Percebeu-se que a institucionalização põe as adolescentes em uma complexa rede de relações e vivências que são parte desse contexto, como o contato com o sistema de justiça ou com famílias interessadas em apadrinhamento ou adoção. As adolescentes têm referência umas nas outras e estar em contato com pares parece tornar o processo de abrigo mais agradável. Ao perceberem a redução do número de adolescentes na instituição, as meninas entrevistadas passaram a reavaliar sua permanência na instituição. Sustentam para o futuro perspectivas acerca da profissionalização e desejo de serem adotadas. Elas assimilam a condição de institucionalização compreendendo, em certa medida, seus impactos, regras, e desafios, mas sustentam um sentido de si no qual não cabe a desinstitucionalização compulsória por maioridade. Espera-se que haja maiores investigações sobre a temática, em especial diante de um momento histórico de ataque às políticas sociais e ao ECA no intuito de fornecer subsídios que embasem políticas públicas e ações profissionais conscientes dos fenômenos trabalhados e das reverberações de suas intervenções no cenário social e na vida de cada adolescente institucionalizado.

Palavras-chave: Adolescências. Acolhimento institucional. Desinstitucionalização. Identidades. Narrativas.

ABSTRACT

The institutional sheltering settles, nowadays, as a way of protection to the children and adolescents experiencing risks by violation of rights. In Brazil, it is based on the Child and Adolescent Regulation (ECA), a legal document promulgated in 1990 that guides the policies aimed at this part of the population. In general, the shelters gather children and adolescents that lived actions of abandonment, violence, neglect and, more rarely, orphans. Many children grow old and become adolescents in the institutions, since they could not be adopted along their lives. The existence of negative stereotypes, fragile interpersonal and institutional relationships, and other aspects may contribute to the formation of adolescents without the possibility of a good post-shelter perspective. Therefore, it is important to understand the process of identity constructing in adolescents that experiences an institutionalization, since this experience may impact in their live trajectory. In this sense, this research intended to analyze the process of narrative construction of the identities of adolescents in institutional sheltering and their projects before to the possibility of compulsory deinstitutionalization by reaching the full-age. The theoretical-methodological foundation that supported this study is the narrative perspective of psychology. Identities, in this perspective, are dynamically and constantly reworked by individuals in their social practice and are accessed from the analysis of the positions that the individual adopts throughout the narrative construction. The adolescents who participated in the research narrated their trajectories from a narrative interview and through a tool named Book of Life, in which they drew and wrote in a more detailed way subjects highlighted in the first interview. It was possible to identify how adolescents construct their identities throughout and through the narrative process. They present their selves and identities when telling stories about their life trajectories and relationships with people and institutions, as well as self-reflection that happen along the narration. It was noticed that the institutionalization puts adolescents in a complex network of relationships and experiences that are part of that context, such as contact with the justice system or with families interested in socializing or adoption. The adolescents reference themselves as being in contact with peers, and that seems to make the sheltering process more likable. They hold plans for the future, like professionalization and the strategies to be adopted. They assimilate the condition of institutionalization and understand, to a certain extent, their impacts, rules, and challenges, but they support a sense of self in which compulsory deinstitutionalization by age does not make part of their plans. Finally, it is suggested to be run more research on this subject, especially in view of a historical moment of attack on social policies and the ECA in order to provide subsidies that support public policies and professional actions aware of the phenomena of institutionalization and deinstitutionalization of adolescents.

Keywords: Adolescence. Institutional sheltering. Deinstitutionalization. Identities. Narratives.

LISTA DE FIGURAS

	Página
Figura 1 Percurso de busca dos artigos nas bases indexadoras SciELO e LILACS e Portal CAPES	35
Figura 2 Representação dos elementos abordados no processo analítico realizado	75

LISTA DE TABELAS

		Página
Tabela 1	Listagem dos artigos selecionados, com identificação do ano de publicação, fonte e categoria	35
Tabela 2	Listagem dos qualificadores por Eixo Temático, no nível de posicionamento <i>Eu-Eu</i> – Caso 1: A Veterinária	76
Tabela 3	Listagem dos qualificadores por Eixo Temático, no nível de posicionamento <i>Eu-Outro</i> – Caso 1: A Veterinária	86
Tabela 4	Listagem dos qualificadores por Eixo Temático, no nível de posicionamento <i>Eu-Discurso dominante</i> – Caso 1: A Veterinária	96
Tabela 5	Listagem dos qualificadores por Eixo Temático, no nível de posicionamento <i>Eu-Eu</i> – Caso 2: A Atriz	100
Tabela 6	Listagem dos qualificadores por Eixo Temático, no nível de posicionamento <i>Eu-Outro</i> – Caso 2: A Atriz	110
Tabela 7	Listagem dos qualificadores por Eixo Temático, no nível de posicionamento <i>Eu-Discurso dominante</i> – Caso 2: A Atriz	119

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CAAE	Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNA	Cadastro Nacional de Adoção
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNCA	Cadastro Nacional e Crianças Acolhidas
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializada em Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ET	Eixo Temático
FEBEM	Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
IFBA	Instituto Federal da Bahia
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PNBEM	Política Nacional do Bem-Estar do Menor
SAM	Serviço de Assistência a Menores
SGD	Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	17
1 O PARADIGMA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO E DESINSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL: UM PERCURSO HISTÓRICO E POLÍTICO	21
2 ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E DESINSTITUCIONALIZAÇÃO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA EM PSICOLOGIA	32
2.1 Resultados e Discussão	35
2.2.1 Reinserção familiar	38
2.2.2 Adoção	41
2.2.3 Desligamento por maioria	43
2.3 Algumas Reflexões Possíveis	45
3 NARRATIVAS E CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA: ASPECTOS TEÓRICO- CONCEITUAIS	47
3.1 Identidade e Narrativas	47
3.2 Três Dilemas que Envolvem as Identidades	51
3.3 Identidade e Posicionamentos	56
3.4 Adolescências e Identidades	59
4 SOBRE A PESQUISA	64
4.1 Justificativa	64
4.2 Problema de Pesquisa	64
4.3 Objetivos	64
4.3.1 Objetivo geral	64
4.3.2 Objetivos específicos	64
4.4 Métodos	65
4.4.1 Delineamento da pesquisa	65
4.4.2 Local e contexto de pesquisa	65
4.4.3 Participantes	67
4.4.4 Instrumentos e materiais	67
4.4.4.1 Entrevista narrativa	67
4.4.1 Livro da Vida	67
4.4.5 Análise de dados	68

4.5 Aspectos Éticos	71
5 ANÁLISE DOS CASOS: A VETERINÁRIA E A ATRIZ	73
5.1 Caso 1: A Veterinária	73
5.1.2 Posicionamento <i>Eu-Eu</i>	76
5.1.2 Posicionamento <i>Eu-Outro</i>	86
5.1.3 Posicionamento <i>Eu-Discurso dominante</i>	92
5.2 Caso 2: A Atriz	99
5.2.1 Posicionamento <i>Eu-Eu</i>	100
5.2.2 Posicionamento <i>Eu-Outro</i>	110
5.2.3 Posicionamento <i>Eu-Discurso dominante</i>	118
5.3 A Veterinária e a Atriz: Algumas Reflexões Sobre os Casos	125
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
REFERÊNCIAS	139

APRESENTAÇÃO

O acolhimento institucional consiste em uma estratégia adotada pelo Estado no intuito de proteger crianças e adolescentes que se encontram em situação de grave risco, seja por negligência, abandono, violência ou outras formas de violação de direitos.

Dentro da política de Assistência Social, o acolhimento institucional se destaca pela alta complexidade, considerando o fato de que consiste em um modelo de proteção no qual a criança ou adolescente é retirado do contexto familiar de origem e abrigada em uma instituição, na qual permanece até que seja possível uma reinserção familiar ou seja constatada a necessidade de inseri-lo em família substituta através do processo de adoção.

Alguns princípios orientam o acolhimento institucional como, por exemplo a excepcionalidade e brevidade. Entretanto, há casos em que os sujeitos permanecem por longos períodos institucionalizados, muitos atingindo a adolescência dentro da instituição. Ser adolescente e estar em situação de abrigamento traz alguns complicadores diante do direcionamento orientado pelo sistema de justiça. Os processos de adoção tardia, através dos quais famílias buscam crianças mais velhas e adolescentes, são raros e frequentemente esses sujeitos completam a maioria abrigados, sendo obrigados a saírem compulsoriamente da instituição.

Para além dos problemas concretos a serem enfrentados por adolescentes que estão na iminência de desinstitucionalização compulsória por maioria, como a busca pela profissionalização, a necessidade de conclusão da escolarização, a procura por habitação e emprego, questiona-se aqui como uma adolescente que vivencia esse processo constrói os sentidos de si. O que envolve a construção identitária de pessoas que experienciam uma situação tão complexa e particular, em um período do desenvolvimento notavelmente marcado por mudanças?

Este trabalho foi disparado através destes e outros questionamentos que emergiram da minha inserção em uma instituição de acolhimento na cidade de Salvador. Desde 2016, acompanho crianças e adolescentes com diversas trajetórias de vida e institucionais. Tenho, com isso, a oportunidade de trabalhar com adolescentes institucionalizadas que estão sempre me ensinando o que é ser alguém nessa condição, dialogando sobre seus embates e suas conquistas.

Em 2017, quando concluí o projeto anterior a esta dissertação, havia um grande quantitativo de adolescentes na instituição na qual atuo. Isso colocava a equipe diante de um desafio: como possibilitar um bom processo de desinstitucionalização? Primeiramente, dialogar

com as adolescentes sobre seu futuro foi fundamental. Percebi, entretanto, que os discursos sobre o futuro e sobre a saída da instituição nem sempre eram carregados de boas expectativas. Algumas se referenciavam nas várias adolescentes que saíram aos 18 anos e acabaram mantendo contato com a instituição, recebendo apoio desta para conseguir se manter sem o respaldo legal que o Estado oferece às crianças e adolescentes.

Por outro lado, ouvíamos discursos carregado de esperança. Muitos deles na contramão daquilo que a literatura apontava como recorrente nesse público. Pareciam compreender que mereciam um futuro com possibilidades de desenvolvimento que a saída sem preparo da instituição não contemplava.

Surge, então, uma questão de pesquisa que engatilhou este estudo: *Como ocorre o processo de construção narrativa da identidade em adolescentes em situação de acolhimento institucional e qual sua relação com a possibilidade de desinstitucionalização compulsória por maioridade?*. Para buscar responder a esse problema, foi organizada uma pesquisa empírica qualitativa, de cunho idiográfico, através do qual dois casos foram analisados em profundidade. Os casos correspondem às vivências de duas adolescentes da instituição que se interessaram em participar do estudo.

Diante do questionamento apresentado, o objetivo desta pesquisa foi *descrever e analisar o processo de construção narrativa das identidades de adolescentes em situação de abrigo considerando seus posicionamentos diante da possibilidade de desinstitucionalização compulsória por maioridade*. Especificamente, buscou-se entender como a construção narrativa da identidade dessas adolescentes opera a partir dos posicionamentos que elas adotam perante si mesmas, perante os outros e perante um discurso dominante – no caso, o discurso jurídico sobre a infância e juventude – ao longo da narrativa. Por fim, intentou-se identificar como o processo de construção identitária dessas adolescentes se relaciona com suas expectativas diante da possibilidade de desinstitucionalização compulsória por maioridade.

Esta dissertação foi organizada de modo que fosse possível visibilizar o trajeto institucional das infâncias e adolescências brasileiras ao longo da história, culminando em situações como as encontradas na instituição de acolhimento onde atualmente residem as adolescentes entrevistadas nesta pesquisa.

O Capítulo 1, intitulado *O paradigma da institucionalização e desinstitucionalização de crianças e adolescentes no Brasil: um percurso histórico e político*, visa a retomar as práticas de institucionalização adotadas ao longo do tempo no Brasil. Com isso, é possível perceber como essas práticas se relacionam com os objetivos das hegemonias de cada época, bem como

os papéis que a infância e adolescência – em especial, pobres – têm ocupado perante o Estado. Ao fim, nesse Capítulo é descrito o panorama jurídico e social acerca das estratégias estatais de defesa dos direitos das crianças e adolescentes que atualmente vigora.

O Capítulo 2, intitulado *Acolhimento institucional e desinstitucionalização: uma revisão sistemática de literatura em psicologia*, visa a resgatar, através de uma revisão sistemática de literatura, publicações dos últimos 15 anos acerca das temáticas que envolvem a desinstitucionalização de crianças e adolescentes em situação de abrigo. Essa revisão demonstrou que três principais formas de desinstitucionalização têm ganhado ênfase nos estudos sobre o tema: adoção, reinserção familiar e desinstitucionalização compulsória por maioria. Busca-se, no texto, debater esses resultados e identificar lacunas, em especial, no campo de estudo acerca da desinstitucionalização compulsória por maioria, foco desta dissertação.

No Capítulo 3, *Narrativas e construção identitária: aspectos teórico-conceituais*, é traçado um panorama teórico sobre a psicologia em sua abordagem narrativista, com destaque a conceitos centrais que servirão de base para a construção da análise e interpretação dos dados produzidos. Além dos conceitos específicos da abordagem narrativa em psicologia, também são debatidos os conceitos de identidade e adolescência, de modo a especificar a partir de qual embasamento sobre esses aspectos este estudo parte.

O Capítulo 4, intitulado *Sobre a pesquisa*, traz a descrição deste estudo, apresentando seu delineamento, justificativa, objetivos e aspectos metodológicos. Nesse Capítulo, é descrito o contexto no qual a pesquisa se desenvolveu, dando destaque aos aspectos institucionais. Por fim, são ressaltados os cuidados éticos adotados.

No Capítulo 5, intitulado *Análise dos casos: a Veterinária e a Atriz*. Esse processo de análise é descrito conforme a estratégia de análise narrativa concernente à abordagem deste estudo. A organização do capítulo consiste na análise individual de cada caso, sendo apresentados campos específicos sobre a investigação orientada pelos níveis de posicionamento do eu na narrativa que embasam esse processo analítico. Ao final do texto, é realizada uma breve síntese acerca de ambos os casos, trazendo alguns pontos que especialmente chamaram atenção por terem ganhado notoriedade no estudo.

Finalmente, nas *Considerações Finais*, são retomados os conteúdos históricos e teóricos apresentados nos capítulos iniciais da dissertação. Após isso, o processo analítico é traçado, sendo expostos os resultados e as discussões referentes aos casos. São expressas algumas conclusões sobre o trabalho realizado, incluindo sugestões de aprofundamento a serem realizados em estudos anteriores. Por fim, são destacadas as expectativas de contribuição desta

pesquisa para os campos prático e acadêmico relacionados ao trabalho com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e/ou institucionalização.

1 O PARADIGMA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO E DESINSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL: UM PERCURSO HISTÓRICO E POLÍTICO

O acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Brasil possui uma longa trajetória histórica. A atual regulamentação que rege este público é a Lei No. 8.069, de 13 de julho de 1990, popularizada como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que se sustenta sobre a chamada *doutrina da proteção integral*, assumindo as crianças e adolescentes como prioritários perante o Estado. O referido documento reconhece o abrigo como medida de proteção a crianças e adolescentes em situação de risco. Os abrigos, portanto, são definidos como “entidades públicas ou privadas que acolhem crianças e adolescentes em risco social e pessoal, buscando promover os seus direitos e o resgate de suas famílias” (Dias & Silva, 2012, p. 180).

Entretanto, o processo de abrigo no Brasil já esteve imerso em outras configurações. Seu histórico nos remete ao período colonial, no qual as instituições religiosas, enraizadas na moral cristã de caridade, costumavam receber e cuidar de crianças abandonadas. No século XVI, destaca-se a fundação do Colégio da Bahia, alavancado por padres jesuítas que tinham como objetivo educar crianças segundo a moral cristã (Chambouleyron, 2000). O grande foco eram os povos indígenas, dado o momento no qual a estratégia adotada pela coroa portuguesa era a evangelização. As crianças indígenas desempenhavam um papel crucial nessa estratégia, pois os adultos eram considerados mais difíceis de se submeter completamente aos ensinamentos católicos por já estarem assujeitados a vícios e comportamentos contrários aos ensinamentos de Cristo. Já as crianças eram consideradas tábulas rasas e por isso n representavam a esperança da igreja em desenvolver gerações de seus povos com costumes cristãos. Condenava-se, assim, todos os aspectos ligados às culturas das etnias indígenas brasileiras e a institucionalização operava como motor desse processo. Chambouleyron (2000) também destaca a Casa do Espírito Santo, existente nesse período, que tinha como foco o ensinamento do ofício da tecelagem, o que facilitava a possibilidade da inserção dessas crianças, já crescidas, no modo de vida cristão através do trabalho.

Tal período foi também marcado pelo emprego da *roda dos expostos* – mecanismo instalado nas paredes de conventos e igrejas no intuito de facilitar o recebimento de recém-nascidos sem necessitar manter contato com as pessoas que os depositavam. As *rodas dos expostos* se assemelhavam a prateleiras giratórias que permitiam a troca de itens entre o interior e o exterior das instituições. Esse procedimento foi inaugurado no Brasil em Salvador, em 1726,

e perpetuou-se até a sua extinção definitiva em 1950 (Marcílio, 1997). As crianças recebidas por esse meio eram cuidadas pelos padres e freiras, em instituições religiosas, e além da assistência à subsistência, passavam pelos trâmites religiosos de batismo e iniciação à doutrina católica. Apesar do apoio da igreja e, eventualmente, dos governantes locais, Marcílio (1997) reforça o argumento de que a maioria das crianças deixadas nas *rodas dos expostos* não chegava à idade adulta, fato recorrente também nas camadas brasileiras de extrema vulnerabilidade ao longo da história.

Atenta-se para o fato de que a institucionalização de crianças indígenas representava, ainda que sob o caráter violento do processo de colonização, uma proposta de educação e expectativa de cuidado relacionado às comunidades indígenas, as quais demandavam aos padres a educação de suas crianças. Por outro lado, a *roda dos expostos* evidenciava a prática do abandono, que pouco era questionado e tampouco havia estratégias para a sua evitação, ao passo em que condizia com o papel de filantropia preconizado pela igreja católica. O abandono também partia do Estado que, por sua vez, não adotava estratégias de proteção a essas crianças, deixando a cargo das instituições religiosas essa função. Entretanto, Marcílio (1997) salienta que mesmo a *roda dos expostos* representou um avanço, se contrapondo a formas mais danosas de abandono, como, por exemplo, o despojo de crianças na mata, ou até mesmo nas ruas e portas das igrejas onde, sem proteção, tinham menores chances de sobrevivência.

No período imperial, que se prolonga do início do século XVIII, com a vinda da família real ao Brasil, até o final do mesmo século, com a proclamação da república, reforça-se a criação de instituições confessionais para acolhimento de crianças e adolescentes órfãos, sendo mantido o modelo de educação e rotinas análogas ao claustro religioso (Rizzini & Rizzini, 2004). Intensifica-se, também, a educação profissional no país, lastreado nos interesses da família real, agora habitante do território nacional, e pelo surgimento de uma classe média formada por artesãos, comerciantes, servidores públicos e outras categorias não detentoras de terra (Etchebéhère & Pinto, 2009). Um marco importante é a inauguração das *Casas de Educandos Artífices* em algumas das províncias brasileiras. Essas instituições, referência histórica de um ensino público brasileiro, buscavam formar crianças e adolescentes pobres, órfãos, ou apreendidos por autoridades policiais, ensinando-lhes o básico de cálculo e leitura e, por fim, algum ofício manual (Schueler, 1999). Rizzini e Rizzini (2004) destacam também as instituições militares, como as *Companhias de Aprendizes Marinheiros* e *Escolas/Companhias de Aprendizes dos Arsenais de Guerra*, que adotavam o modelo de internato e costumavam receber meninos pobres, muitas vezes compulsoriamente, para iniciarem carreira na área.

Destaca-se que essas instituições tinham como foco a educação de crianças e adolescentes do sexo masculino. Às meninas restava o recolhimento em conventos ou outras instituições religiosas voltadas a crianças órfãs, onde aprendiam trabalhos manuais como corte e costura e demais afazeres domésticos, ou os conventos. Lage (2016, p. 52) evidencia que

A prática de enclausuramento assumiu não só um papel de espaço de devoção, mas também um caráter punitivo contra mulheres infratoras, ou recolhimento de mendigas e pobres, ou ainda das representantes da nobreza e da alta burguesia, especialmente aquelas que não dispunham de proteção masculina ou um dote para o casamento.

Conforme os exemplos relatados, o processo de institucionalização da infância e adolescência no Brasil demonstra um intercâmbio entre práticas protetivas e práticas punitivas. Mesmo nas instituições religiosas, como os conventos, ou educacionais, como os internatos - que se potencializaram no século XIX - os aspectos morais que emergiam no contexto de reclusão eram alvo de preocupação por parte de gestores e setores hegemônicos da sociedade. Conceição (2012) revela que as teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e da Faculdade de Medicina da Bahia defendidas entre o final do século XIX e início do século XX chamavam atenção para as condições de higiene e de degeneração moral nos ambientes dos internatos brasileiros.

Nesse contexto, entre o período colonial e o início do século XX, proliferaram internatos, reformatórios, escolas de aprendizes artífices e outras instituições cujo foco frequentemente era a educação. Tal estratégia atingia crianças pobres. Porém tais medidas alcançaram também crianças de famílias ricas. Esse quadro se reverte quando, no início do século XX, a juventude pobre se materializa nos textos jurídicos como potencialmente perigosa, o que reordena o modo como o Estado lida com essa problemática. Essa concepção se reforça diante de um contexto pós-abolicionista, no qual a população negra - em especial, a juventude - passa a ser tratada como um risco ao restante da população brasileira (Santos, 2008). A Lei do Ventre Livre, por exemplo, assegurava a liberdade às crianças nascidas de mães escravizadas após 1871, porém não garantia condições de sobrevivência e desenvolvimento na sociedade ainda escravocrata (Martins & Vicenzi, 2013). Essas crianças permaneciam marginalizadas e anteviam o surgimento de uma classe social excluída antes mesmo da promulgação da lei Áurea, pois já gozavam da posição de alforriados, embora permanecessem sem direitos sociais, tal como ocorreria com todos os negros escravizados em 1888.

Diante disso, Rizzini e Rizzini (2004) afirmam que o Brasil desenvolveu paulatinamente uma cultura da institucionalização da infância e adolescência, que é reconfigurada a cada

período histórico e político. Os interesses do Estado brasileiro e das elites que o conduziram acerca das propostas de institucionalização e dos públicos alvo dessas ações variou conforme o contexto sócio-histórico e em cada momento apresentou um enquadre particular.

A partir do período da primeira república, com intensificação no início do século XX, a adolescência passa a se consolidar com mais firmeza como um problema social de interesse do Estado (Alvares, 2003; Costa, 2012; Perez & Passone, 2010), exigindo modos de intervenção governamental no intuito de evitar problemas sociais relacionados a essa etapa do desenvolvimento humano. Afinal, diante de um ideal republicano, os recursos higienistas serviam para fins de estabelecimento de uma “boa imagem” à nação, e a intervenção às crianças e adolescentes, em especial àquelas que poderiam, segundo a elite burguesa, depreciar o futuro do Brasil, emergia como essencial.

Constata-se assim, uma prática controversa aos escritos da psicologia acerca da adolescência da época que, impulsionado pelos estudos de Hall (1904), buscavam elaborar uma concepção generalista do sujeito adolescente. Por outro lado, as políticas de Estado, no Brasil, respaldavam-se em aspectos peculiares para definir seus públicos, tendo como foco especialmente as condições de pobreza e vulnerabilidade, que caracterizavam os adolescentes que deveriam passar por intervenção das políticas sociais. Isso indica que, apesar de haver um debate científico buscando uma visão universal da adolescência, na prática essa adolescência de características generalizadas e universais não existia no cenário político brasileiro. Em um cenário pós-abolição, pululavam as questões sociais que caracterizavam o adolescente que deveria passar por intervenção estatal, sendo institucionalizado e punido.

A lei que marcou esse período foi o Código de Menores¹, cuja primeira versão foi sancionada em 1927, sendo reformulado em 1979 (Lei No. 6.697, de 10 de outubro de 1979)², com requintes da rígida cultura militar. Esse código não fazia distinção entre crianças e adolescentes autores de atos infracionais e abandonados, sendo outorgado à autoridade judicial o direcionamento a ser tomado para tais sujeitos. Com frequência, esse direcionamento voltava-

¹ O termo “menor” passa a se consolidar como um significante carregado de significados depreciativos a quem se apresenta nessa condição. Firmado nos ordenamentos jurídicos, o “menor” representa uma categoria distinta das crianças e adolescentes detentores de direitos, por estar em situação irregular (Coimbra, Bocco & Nascimento, 2005; Lodoño, 1992). O “menor” é menos cidadão, é aquela criança ou adolescente vulnerável, pobre, em situação de rua, aquele que carece da intervenção do Estado, que por vezes é travestida ou explicitada na forma de violência.

² Alguns autores denominam o período regido pelo primeiro Código de Menores como “Doutrina do Direito Penal do Menor”, por esta legislação se assemelhar a um código penal, tendo apenas seu perfil de gerência diferenciado (Faraj, Siqueira & Arpini, 2016; Marinho & Galinkin, 2017). Para Rizzini e Rizzini (2004), o segundo Código de Menores inaugura a chamada “Doutrina da Situação Irregular”, por relacionar a característica de irregularidade ao seu público: crianças e adolescentes tidos como desvalidos e infratores (Ciarallo & Almeida, 2009). Entretanto, com frequência os autores enquadram a Doutrina da Situação Irregular nos dois códigos de menores, já que o perfil de atendimento à lei é equivalente em ambos.

se para instituições generalistas, com públicos inespecíficos, que não respeitavam as condições peculiares de desenvolvimento nem a história de vida dessas pessoas. Assim, adolescentes autores de atos infracionais eram alocados nas mesmas instituições que promoviam acolhimento a crianças e adolescentes em situação de rua, por exemplo, o que dificultava o exercício de uma política com vistas à solução dos problemas particulares de cada circunstância. O Código de Menores de 1927 sugeria a formação de instituições masculinas e femininas e, dentro destas, a divisão de turmas conforme o motivo de internação e a gravidade da prática ou situação vivenciada pelo sujeito.

Destaca-se que, sob a ótica da *Doutrina da Situação Irregular*, o Estado recorria com maior constância ao afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar. Esta era uma resposta comumente adotada diante de situações de pobreza, pois costumava-se relacionar a falta de recursos materiais da família à falta de condições para promoção de cuidados adequados para os seus descendentes. As famílias eram, portanto, culpabilizadas pelas condições de vulnerabilidade às quais estavam submetidas e, com isso, era desconsiderado seu potencial de cuidado e promoção de desenvolvimento dos filhos. Dias e Silva (2012) salientam que esta cultura da institucionalização ganhou força e ainda hoje repercute nas políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Sob a égide do Código de Menores, em consonância com o governo populista de Vargas, em 1941 é fundado o *Serviço de Assistência a Menores* (SAM). O SAM surge como uma proposta de apoio às crianças e adolescentes em situação irregular (abandonados, desvalidos, infratores, dentre outras denominações comuns nos textos jurídicos da época), porém se configura como uma estratégia punitiva e repressiva, deixando de lado o caráter assistencial (Faraj, Siqueira & Arpini, 2016). Tal inclinação é reforçada em 1944, através do Decreto-Lei Nº 6.865, pelo qual o SAM tem suas competências redefinidas. Esse decreto reafirma que o SAM tem por finalidade prestar aos menores desvalidos e infratores das leis penais, em todo o território nacional, assistência social sob todos os aspectos, explicitando, em seu Art. 2º, como competências:

- II - proceder a investigações para fins de internação e ajustamento social de menores;
 - III - proceder ao exame médico-psico-pedagógico dos menores abrigados;
 - IV - abrigar menores mediante autorização dos Juízos de Menores;
- (Decreto-Lei Nº 6.865, de 11 de setembro de 1944)

Reitera-se, assim, o compromisso do Estado com a regulação das condutas e condições de vida de crianças e adolescentes em situação “irregular”. Infere-se, também, a causalidade

dessa situação no próprio sujeito que, através do resultado de exames médicos, psicológicos³ e pedagógicos, pode ter sua institucionalização corroborada. Pesquisas apontam (Rizzini & Rizzini, 2004; Costa, 2012) que mesmo o perfil assistencial do SAM operava fora do padrão, já que o serviço era subvertido – havia casos de “falsos desvalidos” recebendo auxílio do Estado – e utilizado para fins privados, sendo protagonista de inúmeros casos de corrupção que enfraqueceram a política pública. Esse cenário gerou uma decadência paulatina do SAM, que é substituído pela *Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor* (FUNABEM) tão logo se instaura em 1964, através de golpe político, o governo militar.

A FUNABEM, regionalizada como *Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor* (FEBEM⁴), emerge com o ideário anticomunista do regime militar e, apesar do discurso da evitação do internamento, intensificam-se as estratégias de repressão. Segundo Rizzini e Rizzini (2004), a FUNABEM reforçou o recolhimento de crianças em situação de rua, chegando ao número de 53 mil crianças recolhidas entre 1967 e 1972, embora não haja clareza sobre as intervenções executadas após esse processo. As autoras sublinham que os dados acerca dessa instituição merecem ser analisados com ressalvas, dado o momento político vigente, e grande parte dos números apresentados nos documentos oficiais carece de confirmação. Como exemplo, Rizzini e Rizzini (2004) apresentam dados publicizados por Mário Altenfelder, primeiro presidente da FUNABEM, que expressam um quantitativo de 83.395 de crianças e adolescentes institucionalizados no Brasil. Destes, 70.348 estão na categoria “órfãos e desvalidos”, o que representava 84,4% do número total existente.

Assim como o SAM, grande parte dos serviços providos pela FUNABEM advinha de convênios entre o Estado e instituições privadas e filantrópicas. Portanto, as instituições de acolhimento (popularmente conhecidos como abrigos ou orfanatos) também sofriam influência do modelo de atuação previsto pela Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM), que estabelecia as diretrizes institucionais.

Ao longo da década de 1980, o Brasil passava por fortes lutas em vistas a uma redemocratização. Buscava-se resgatar valores humanitários e políticas sociais que estiveram negligenciados durante o período da ditadura militar. No âmbito da proteção à infância e adolescência, Rizzini e Rizzini (2004) relembram que o processo de institucionalização, em

³ A psicologia é regulamentada como profissão em 1962, tendo dentre suas funções privativas, definidas por lei, a “solução de problemas de ajustamento” (Lei Nº 4.119, de 27 de agosto de 1962). Tal prática se relaciona com o esperado da profissão nas instituições de proteção aos menores do período.

⁴ Em texto de autoria oculta da revista *Psicologia Ciência e Profissão*, critica-se os eufemismos utilizados para designar as FEBEMs, muitas vezes referidas como “unidades educacionais” ou “terapêuticas”, quando na verdade reproduziam as práticas repressoras dos modelos anteriores (A Palavra da FUNABEM, 1988).

especial os que limitavam a convivência social dos sujeitos, passa a ser alvo de duras críticas nesse período. Silva (1999) acrescenta que o fenômeno da violência contra os ditos “menores” foi ganhando comoção social e movimentos sociais passaram a questionar o Estado quanto ao seu papel de combater as vulnerabilidades antes de recorrer a mecanismos repressivos. A forma de atuação violenta gerou manifestações populares e rebeliões de meninos internados, além da ampliação de estudos acerca das consequências da institucionalização para crianças e adolescentes no Brasil (Rizzini & Rizzini, 2004).

É nesse contexto que o *Estatuto da Criança e do Adolescente* (ECA) é promulgado (Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990). Ele traz consigo requintes da nova Constituição Federal, buscando fomentar uma forma descentralizada e participativa de atenção à infância e à adolescência. O Estado se afasta do sistema tutelar e é posto como um sistema garantidor de direitos à infância e adolescência. Desse modo, legalmente as crianças e adolescentes tornam-se prioridade para as políticas sociais brasileiras. De acordo com Kohlrausch (2012), há um movimento de quebra de paradigma no direito e assistência a esse público ao substituir a noção de “menor” pela de “sujeito de direitos”.

Internacionalmente, destaca-se que a consolidação da imagem da criança como sujeito de direitos teve as contribuições da Declaração de Genebra (1923), da Declaração Universal dos Direitos da Criança (UNICEF, 1959), da Convenção dos Direitos da Criança (ONU, 1989) e dos estudos da Sociologia da Infância que reconhecem a infância como um importante estágio de vida e romperam com o paradigma da criança frágil, inocente e dependente do adulto. Na perspectiva da Sociologia da Infância (Delgado & Müller, 2005; Sarmiento, 2005; Delgado, Müller & Sarmiento, 2006), a imagem da criança é de um sujeito competente que constrói conhecimentos, identidades e cultura e necessita ser considerado como um grupo com direitos específicos de participação. O conceito de direitos para as crianças é ambíguo e limitado em razão da sua situação de dependência em relação a terceiros, da insuficiente capacidade física, psíquica, moral e social para assumir responsabilidades e em razão das mesmas estarem atreladas as responsabilidades, direitos e obrigações dos pais e a responsabilidade do Estado.

Com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) em 1948, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, a Declaração de Genebra foi ampliada. Discutiu-se, ainda a necessidade da elaboração de uma segunda carta dos direitos da criança que foi concluída em 1959 e adotada pelos 78 estados membros da ONU. Esta Declaração dos Direitos da Criança (UNICEF, 1959) foi o primeiro instrumento internacional que enunciou a criança como sujeito de direitos. A partir da Declaração, surgiu a necessidade de formular uma Convenção das Nações Unidas para os direitos da criança que comprometesse os Estados através de obrigações

específicas. A Convenção sobre os Direitos da Criança foi adotada pela Assembleia Geral nas Nações Unidas em 20 de novembro de 1989 e foi ratificada pelo Brasil em 26 de janeiro de 1990, aprovada pelo Decreto legislativo nº 28, de 14 de setembro de 1990, vindo a ser promulgada pelo Decreto presidencial nº 99710 de 21 de novembro de 1990. O conceito de criança como um sujeito social contribuiu para o percurso da construção de direitos que lhe são associados, assim como os movimentos pelos direitos das crianças resultaram do avanço nas ciências sociais e nas políticas de direitos humanos para mulheres e direitos humanos em geral.

A individualidade, a personalidade da criança e a imagem de um sujeito ativo que tem o direito de ser consultada, expressar a sua opinião, de tomar decisões em seu benefício são aspectos incorporados na Convenção dos Direitos da Criança que permitiram a construção de políticas públicas para a infância.

Ao passo desses avanços, que afinaram o modo como as políticas públicas para a infância e adolescência passariam a ser construídas no Brasil, o ECA explicita a distinção entre medidas protetivas e medidas socioeducativas e delimita distintas instituições para cada caso. O acolhimento institucional, foco deste estudo, é apresentado como medida protetiva e apenas deve ocorrer em casos excepcionais, passando sempre pelo crivo das autoridades judiciais competentes. Deverão ser mantidos todos os direitos da criança e do adolescente institucionalizados, dentre eles o direito à convivência familiar e comunitária. A destituição do poder familiar e alocação da criança ou adolescente em família substituta torna-se um processo complexo que só deve ocorrer após todas as outras possibilidades serem esgotadas. Ou seja, antes de uma criança ou adolescente estar disponível para adoção, as equipes técnicas das instituições jurídicas e assistenciais deverão avaliar se há condições de reinserção na família de origem, ou na família extensa. Não havendo essa possibilidade, a autoridade judicial pode recorrer a uma família substituta previamente habilitada para adoção que acolha a criança ou adolescente. Mesmo o acolhimento institucional emerge como último recurso, quando não há possibilidade de recorrer ao acolhimento familiar, embora este não seja predominante⁵.

Apesar da proposta de não institucionalização, observa-se um crescimento no quantitativo de instituições de acolhimento no início dos anos 2000. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2003 havia no Brasil 589 instituições de acolhimento para crianças e adolescentes (Silva & Mello, 2004). A maior parte delas, de cunho

⁵O Censo do Sistema Único da Assistência Social (Censo Suas), realizado em 2016, revelou que os serviços de Família Acolhedora estão presentes em 522 municípios, com 2.341 famílias brasileiras habilitadas para realizar esse acolhimento. Entretanto, ao todo apenas 1.837 crianças e adolescentes estavam sendo acolhidas por esse serviço (<http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index2.php> recuperado em 15, agosto, 2018).

não governamental (65,0%), muitas com inclinação confessional. Atualmente, segundo o *Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas* (CNCA), há precisamente 4.415 entidades de acolhimento no Brasil, sendo 110 na Bahia (<http://www.cnj.jus.br/cnca/publico/>, recuperado em 15, agosto, 2018). Dentre as possíveis explicações para a ampliação da quantidade de instituições de acolhimento está o fortalecimento da política de Assistência Social, com a tipificação dos serviços socioassistenciais (CNAS, 2009) que define um limite de 20 crianças acolhidas por instituição, a qual deve se assemelhar ao máximo às casas regulares e não destoar da comunidade, evitando estigmas e massificação do cuidado.

Um quadro semelhante de crescimento é observado no quantitativo de crianças e adolescentes acolhidos. Em 2003, o levantamento do IPEA indicou 19.373 crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional (Silva, 2004). Atualmente, de acordo com dados coletados no CNCA, em julho de 2018, há um total de 47.766 crianças e adolescentes em acolhimento institucional no Brasil. Deste quantitativo, 23.175 do sexo feminino e 24.591 do sexo masculino. Analisando o perfil de sujeitos acolhidos, a idade merece destaque. Do total, 15.107 estão na faixa entre 12 e 17 anos, o que corresponde a aproximadamente 31,6% dessa população, representando um significativo quantitativo de adolescentes institucionalizados.

Isso prognostica um desafio para a política pública em questão, pois a faixa etária da adolescência constitui um fator relacionado à diminuição da possibilidade de adoção (Bicca, & Grzybowski, 2014; Camargo, 2005; Puretz & Luiz, 2007). Esse fenômeno coaduna com o perfil preterido pelas famílias habilitadas para adoção no Brasil, que se refere a crianças brancas, sem problemas de saúde, sem irmãos, e de preferência bebês (Mariano & Rosetti-Ferreira, 2008; Silva, Cavalcante & Dell'Aglio, 2016).

Embora a quantidade de crianças e adolescentes acolhidas não tenha crescido na mesma proporção da quantidade de instituições de acolhimento, este número ainda é expressivo. Pode-se atribuir tal crescimento também ao desenvolvimento das políticas socioassistenciais e fortalecimento dos conselhos tutelares, que ganharam ênfase nas últimas décadas. Assim, vulnerabilidades antes invisibilizadas foram identificadas com o trabalho exercido pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Por outro lado, o grande número de institucionalização de crianças e adolescentes revela uma falha do Estado em solucionar a violação de direitos a este público ainda em contexto familiar e comunitário.

Com o ECA, o debate acerca da institucionalização e seus efeitos ganha corpo e poder de lei. Não apenas a privação de liberdade, mas a submissão da vida a uma lógica institucional distante do contexto familiar também é considerada inadequada para um desenvolvimento

saudável. Isto se materializa no Estatuto que admite apenas em último caso a institucionalização, seja em instituição de acolhimento, seja em unidade de medida socioeducativa.

Em 2017, houve uma atualização do ECA reduzindo o período máximo de institucionalização de crianças e adolescentes em programas de acolhimento institucional de dois anos (previsto no texto original do estatuto) para 18 meses, salvo quando a autoridade judicial julgar necessário seu prolongamento (Lei Nº 13.509, de 22 de novembro de 2017). O abrigo deve, portanto, ser transitório. Entretanto, a quantidade de adolescentes abrigados revela que ainda há muitos indivíduos que passaram grande parte de suas vidas nessa situação.

Gomide (1998) acentua em seus estudos os efeitos que a institucionalização prolongada pode acarretar às crianças e adolescentes que cresceram em instituições de abrigo. Dentre eles, destacam-se a baixa autoestima e a limitação nas aspirações e perspectivas. Nas entrevistas com adolescentes abrigados, notou-se que “quando falavam em ganhar dinheiro, referiam-se apenas ao suficiente para suprir suas necessidades básicas e ajudar a família; suas aspirações profissionais concentravam-se em profissões que requeriam pouca ou nenhuma escolarização” (Gomide, 1998, p. 28). Para Cavalcante, Silva e Magalhães (2010), a institucionalização é apontada como promotora de riscos psicossociais por: a) segregar a criança ou adolescente do contexto comunitário e familiar de origem, muitas vezes confinando-a e dificultando as interações sociais; b) massificar os cuidados, dificultando uma aproximação mais íntima e afetuosa entre profissionais e sujeitos acolhidos e; c) fragilizar as bases de desenvolvimento infantil, comprometendo capacidades físicas, sociais e afetivas, principalmente quando o período de abrigo se prolonga.

Ademais, nos casos de acolhimento institucional, as vivências de constante formação e rompimento de vínculo promovidas pelos programas empregados visando à adoção e ao apadrinhamento afetivo também apresentam reflexos nas crianças e adolescentes acolhidos. Justifica-se, com isso, a exigência de uma equipe mínima de atuação nessas instituições que inclui psicólogo e assistente social, conforme aponta a normativa do *Sistema Único de Assistência Social (SUAS)*.⁶

Cabe lembrar que o debate sobre desinstitucionalização toma fôlego no contexto da reforma psiquiátrica, que se inicia mundialmente na década de 1970 e no Brasil ganha força na década de 1980 (Hirdes, 2009). Anteriormente ao *boom* do movimento antimanicomial, a

⁶ Segundo a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS), a equipe técnica de referência para atendimento psicossocial que compõe a instituição de acolhimento deve conter, no mínimo, um psicólogo e um assistente social para cada 20 crianças e ou adolescentes acolhidos (Brasil, 2010).

desinstitucionalização se referia basicamente ao processo de saída do ambiente asilar. Entretanto, conforme pontua Figueiró (2012), paulatinamente a desinstitucionalização passou a ser vista como um processo mais complexo, que visava não só à retirada do sujeito da condição de interno, mas estaria atrelada a uma estratégia de construção de autonomia que permitiria um desenvolvimento mais sadio àquelas pessoas que estavam há muito tempo institucionalizadas. De modo análogo, o desligamento de adolescentes que completam a maioria não resume o processo de desinstitucionalização. Este deve ocorrer a partir de estratégias que preparem os adolescentes que passaram longos períodos institucionalizados para se desenvolverem em sociedade, agora sem tutela do Estado.

Destaca-se que as instituições de acolhimento voltadas para a assistência a crianças e adolescentes no Brasil não se propõem a institucionalizar por longos períodos, tal qual os hospitais psiquiátricos o faziam anteriormente à reforma psiquiátrica. Entretanto, a condição peculiar do desenvolvimento – conceito mencionado no ECA – convoca o Estado a buscar formas de atuação mais ágeis, já que o tempo cronológico de institucionalização pode trazer efeitos diversos a crianças e adolescentes quando comparados com a institucionalização de adultos. Então, as ações que visem ao desenvolvimento da autonomia desses sujeitos devem ser prioritárias na política pública em questão, que deve evitar ao máximo a institucionalização de crianças e adolescentes e reduzir seus possíveis efeitos adversos.

Diante da amplitude da situação, diversos estudos têm sido realizados em âmbito nacional, voltando-se a variados tópicos associados ao abrigamento, dentre eles, a desinstitucionalização. Neste contexto, é importante acessar tais estudos e compreender o panorama que eles esboçam, no sentido de identificar suas principais lacunas e promover futuras investigações.

2 ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E DESINSTITUCIONALIZAÇÃO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA EM PSICOLOGIA

Esta revisão teve como objetivo compreender como o processo de desinstitucionalização permeia a trajetória de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional no Brasil através das lentes da psicologia. Optou-se por realizar uma Revisão Sistemática (RS) de literatura a partir do portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e das bases indexadas SciELO e LILACS, no campo de pesquisa por assuntos. A escolha pelas referidas bases de dados se deu devido à extensa amostra de estudos indexados, bem como na confiabilidade acerca dos critérios de indexação adotados pelos instrumentos bibliográficos então utilizados.

Cabe referir que o processo de constituição do estudo ora apresentado foi composto por algumas etapas, a saber: a) elaboração de pergunta norteadora: “como o processo de desinstitucionalização permeia a trajetória de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional no Brasil?”; b) busca e imersão na literatura específica; c) coleta de dados a partir da seleção de artigos pertinentes; d) análise crítica dos estudos incluídos, obedecendo aos critérios de inclusão e exclusão apresentados nesta seção e orientados a partir do problema de pesquisa; e) apresentação dos resultados a partir da proposição e definição de categorias; f) discussão dos resultados encontrados e, por fim; g) proposição de algumas considerações a partir do panorama então acessado.

Dito isto, é importante sublinhar que a revisão sistemática de literatura diz respeito a um método cujo principal objetivo é a maximização do potencial de uma busca. De acordo com Fernández-Ríos e Buéla-Casal (2009 citado por Koller, Couto & Hohendorff, 2014), o resultado de uma revisão sistemática de literatura não se restringe meramente a uma relação cronológica ou de uma exposição linear e descritiva acerca de determinada temática. Trata-se, essencialmente, da construção de um posicionamento reflexivo diante dos estudos acessados e da organização verificada em tais proposições científicas, então identificadas a partir da metodologia empregada.

Esta etapa do estudo possibilitou a compreensão acerca de como o panorama científico em psicologia se organiza em torno do tema da desinstitucionalização de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, identificando assim os principais autores e os principais tópicos abordados acerca da temática. Após pesquisa prévia no portal da CAPES e nas bases de dados SciELO e LILACS, foram elencados cinco descritores que propiciaram

um maior refinamento de resultados. Os descritores elencados foram: abrigo⁷, desabrigo, institucionalização, acolhimento institucional e adoção. Destaca-se que os resultados foram filtrados dentro do período de 2003 e 2018, buscando uma faixa dos últimos 15 anos a qual julgou-se representativa para a pesquisa. De modo a explorar da melhor forma os recursos do portal, cada descritor foi composto de forma particular, no intuito de agregar os resultados mais pertinentes.

Em última filtragem, a partir da checagem dos resumos, foram excluídos os artigos que não correspondem à temática de acolhimento institucional de crianças e adolescentes. Em consonância com o método proposto, os critérios de inclusão foram: (1) o trabalho estar publicado em formato de artigo; (2) estar indexado na plataforma CAPES ou estar disponível nas plataformas SciELO e LILACS; (3) ter sido publicado entre 2003 e 2018; (4) referir-se à realidade brasileira; (5) estar contido no tópico “psicologia”, na base de dados, ser publicado em uma revista de psicologia, ou ter a psicologia como referencial teórico-metodológico no texto; e (6) ser referente à temática da desinstitucionalização da criança e/ou adolescente em instituição de acolhimento.

Utilizou-se, como critério de exclusão, além do texto não estar enquadrado nos parâmetros acima descritos: o artigo estar relacionado ao abrigo de mulheres em situação de violência, idosos, pessoas com deficiência, dentre outros públicos que não crianças e adolescentes. Isto foi necessário devido à amplitude de representações do descritor “abrigo”, pois este termo é aplicado a diversas modalidades de acolhimento institucional. Cabe ressaltar que a escolha por estudos que estivessem configurados dentro da realidade brasileira se justifica pela necessidade de imersão no campo científico específico acerca da situação de abrigo em contexto brasileiro, visto que trata-se de um processo particular dentro dos parâmetros sociais e legais adotados no Brasil.

No sistema de busca do Portal de Periódicos CAPES, o descritor “abrigo” incluiu os termos “abrigado”, “abrigada” e “abrigo”; o descritor “desabrigo” incluiu os termos “desabrigo”, “desinstitucionalização” e “desligamento e maioridade”; o descritor “institucionalização” conteve os termos “institucionalização e acolhimento”; o descritor “acolhimento institucional” conteve o termo “desacolhimento”; e o descritor “adoção” incluiu os termos “abrigo e adoção” e “adoção e abrigo”. No fim, a busca foi realizada a partir

⁷ O termo “abrigo” foi substituído por “acolhimento institucional” a partir da conhecida Lei da Adoção (*Lei No. 12.010, de 3 de agosto de 2009*). Por ser relativamente recente, muitos textos acadêmicos abordam a questão utilizando esses termos de modo indiscriminado, para tratar o mesmo fenômeno. Neste trabalho, “abrigo” e “acolhimento institucional” serão tratados como sinônimos, porém a denominação mais recente será priorizada.

do seguinte texto, que contempla as condições da pesquisa pretendida: desabrigamento ((“desabrigamento” OR “desinstitucionalização”) OR (“desligamento” AND “maioridade”)) OR abrigamento (“abrigado” OR “abrigada” OR “abrigamento”) OR institucionalização (“institucionalização” AND “acolhimento”) OR (“institucionalização” AND “abrigamento”) OR (“institucionalização” AND “abrigo”)) OR adoção ((“abrigo” AND “adoção”) OR (“abrigamento” AND “adoção”)) OR acolhimento institucional (“acolhimento institucional” OR “desacolhimento”).

A estratégia adotada recorre a uma extensa variabilidade de termos, visto que alguns significantes relativamente distintos obtinham resultados aproximados, como é o caso de “abrigo” e “abrigamento”. Foi também necessário delimitar o termo “institucionalização”, visto que este corresponde a diversas formas de trazer pessoas e processos à via institucional, não necessariamente no contexto de abrigamento.

O termo “adoção” também foi melhor delimitado de modo a trazer nos resultados da busca apenas os estudos que abordam diretamente a questão do abrigamento. Deu-se preferência aos termos em português, devido à amplitude de traduções possíveis dos descritores empregados, visto que os países adotam políticas públicas de abrigamento diferenciadas e nomeiam os aspectos de cada política de forma peculiar. Ademais, salienta-se que o sistema do portal CAPES possui ferramentas automáticas que trazem artigos em outras línguas a partir dos termos correspondentes em português, o que amplia o alcance de busca.

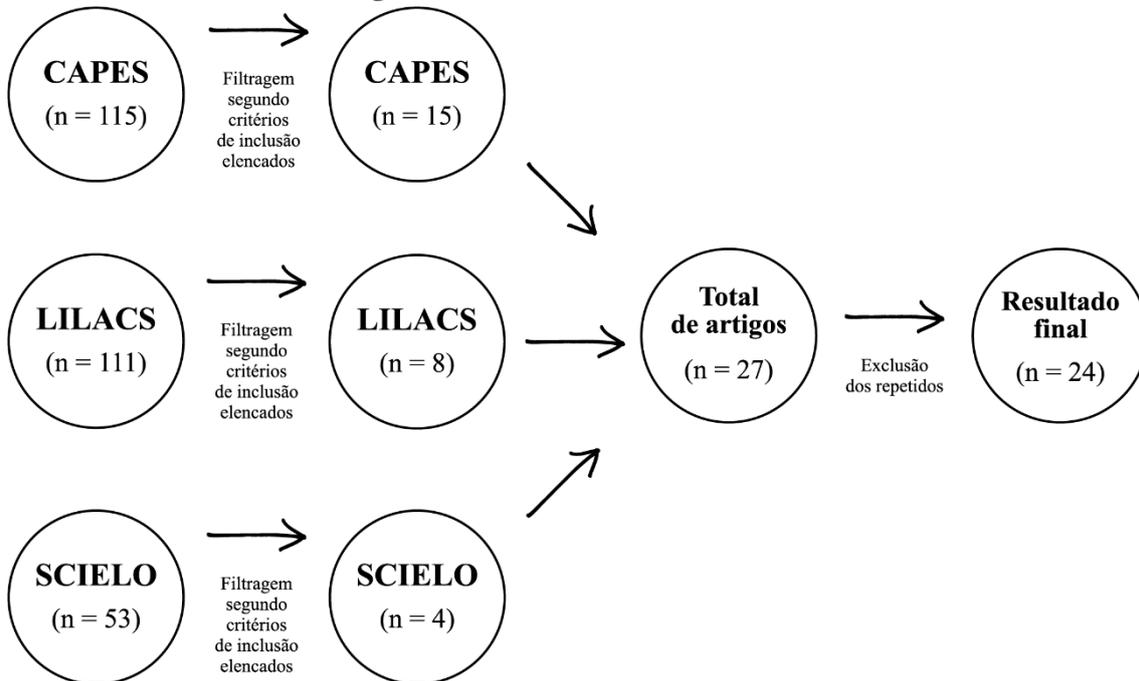
Realizando a busca a partir dos descritores citados, foram localizados 519 artigos considerando todos os tópicos de estudo que constam na plataforma. Após extrair os resultados repetidos, e delimitar o tópico “psicologia” como filtro, foi possível localizar 115 artigos científicos, sendo 15 dentro do escopo definido.

Na base LILACS, foram utilizados os descritores “abrigamento” e “acolhimento institucional”, em buscas separadas. Ao todo, foram encontrados 111 artigos, sendo 8 acerca do processo de desinstitucionalização de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional.

No portal da SciELO foram utilizados os mesmos descritores do LILACS. Foram encontrados 53 artigos sobre acolhimento institucional atendendo aos critérios estabelecidos. Desses, apenas 4 artigos versavam sobre desinstitucionalização, sendo 3 repetidos das outras bases pesquisadas.

A Figura 1 ilustra o processo de busca elencado para a revisão.

Figura 1

Percursos de busca dos artigos nas bases indexadoras SciELO e LILACS e Portal CAPES**2.1 Resultados e Discussão**

Ao todo foram identificados 24 artigos relacionados à temática de abrigo e desinstitucionalização publicados na faixa de tempo especificada (Tabela 1), que se encaixam na área da psicologia e satisfazem todos os requisitos previamente definidos na pesquisa.

Tabela 1

Listagem dos artigos selecionados, com identificação do ano de publicação, fonte e categoria

Nº	Ano	Título	Fonte	Categoria
1	2005	O significado do abandono para crianças institucionalizadas	<i>Psicologia em Revista</i>	Adoção
2	2007	Retornando para a família de origem: fatores de risco e proteção no processo de reinserção de uma família institucionalizada	<i>Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano</i>	Reinserção familiar
3	2008	Abrigar/desabrigar: conhecendo o papel das famílias nesse processo	<i>Estudos de Psicologia</i>	Reinserção familiar
4	2008	Família substituta: uma proposta de intervenção clínica na adoção tardia	<i>Psicologia: Teoria e Prática</i>	Adoção
5	2008	Que perfil da família biológica e adotante, e da criança adotada revelam os processos judiciais?	<i>Psicologia: Reflexão e Crítica</i>	Adoção

6	2010	Abrigo e abrigados: construções e desconstruções de um estigma	<i>Estudos e Pesquisas em Psicologia</i>	Desligamento por maioria
7	2010	Os segredos da adoção e o imperativo da matriz bioparental	<i>Revista Estudos Feministas</i>	Adoção
8	2010	Processo de reinserção familiar: estudo de casos de adolescentes que viveram em instituição de abrigo	<i>Estudos de Psicologia</i>	Reinserção familiar
9	2010	Institucionalização e reinserção familiar de crianças e adolescentes	<i>Revista Mal-Estar e Subjetividade</i>	Reinserção familiar
10	2011	Estudo sobre a Lei Nacional de Adoção: institucionalização, acolhimento familiar e cadastros.	<i>Contextos Clínicos</i>	Adoção
11	2011	O luto em instituições de abrigamento de crianças	<i>Estudos de Psicologia</i>	Inclui as três categorias
12	2012	Acolhimento de crianças e adolescentes em situações de abandono, violência e rupturas	<i>Psicologia: Reflexão e Crítica</i>	Adoção
13	2012	O processo de desligamento de adolescentes em acolhimento institucional	<i>Estudos de Psicologia (Natal)</i>	Desligamento por maioria e Reinserção familiar
14	2013	Recuperação desenvolvimental após a adoção: características da criança e da família adotiva	<i>Psicologia: Reflexão e Crítica</i>	Adoção
15	2013	Abandono e acolhimento institucional: estudo de caso sobre maioria e desinstitucionalização	<i>Psicologia Argumento</i>	Desligamento por maioria
16	2014	O processo de reinserção familiar sob a ótica das equipes técnicas das instituições de acolhimento	<i>Temas em Psicologia</i>	Reinserção familiar
17	2015	Da maternidade como invenção de novas possibilidades de vida	<i>Civitas</i>	Desligamento por maioria
18	2015	Sentidos de desacolhimento de mães sociais dos sistemas de casas lares	<i>Psicologia & Sociedade</i>	Adoção e Reinserção familiar
19	2015	Acolhimento institucional: percepções de familiares que o vivenciaram	<i>Arquivos Brasileiros de Psicologia</i>	Reinserção Familiar
20	2016	Mothers and Grandmothers in Social Vulnerability: Conceptions About Care and Institutional Shelter	<i>Interpersona</i>	Reinserção familiar
21	2016	Acolhimento institucional e adoção: uma interlocução necessária	<i>Revista da SPAGESP</i>	Adoção
22	2017	Políticas de identidade no sistema de acolhimento a crianças: a história de vida de uma pós-abrigada	<i>Psicologia & Sociedade</i>	Desligamento por maioria
23	2017	Comportamentos Pró-Sociais de Adolescentes em Acolhimento Institucional	<i>Psicologia: Teoria e Pesquisa</i>	Desligamento por maioria
24	2017	Voltando pra casa: a experiência do acolhimento institucional e os impactos na família	<i>Pensando Famílias</i>	Reinserção Familiar

Após a leitura dos artigos, foram formuladas categorias representadas por temáticas contidas nos estudos sobre acolhimento institucional e desinstitucionalização. As referidas categorias se configuraram como proposições não apriorísticas, de modo que sua formulação só foi possível mediante leitura criteriosa dos estudos correspondentes à amostra utilizada neste estudo, tendo em vista a identificação de unidades de análise recorrentemente referidas.

O procedimento supracitado foi importante para evidenciar os fenômenos de interesse entre os pesquisadores que têm realizado estudos sobre este tema. Também foi possível identificar algumas convergências e divergências de conceitos, além de identificar tópicos aparentemente pouco abordados no Brasil. Chegou-se, então, à seguinte relação de categorias, que serão discutidas adiante: a) Reinserção Familiar; b) Adoção; e c) Desligamento por Maioridade.

A categoria *Reinserção Familiar* diz respeito a estudos acessados que tratam sobre o fenômeno, associado ao acolhimento institucional, caracterizado por estratégias utilizadas pelas instituições de abrigo para viabilizar a reintegração da criança ou adolescente institucionalizado à sua família de origem.

A categoria *Adoção* diz respeito a estudos acessados que se referem à inserção da criança ou adolescente em família substituta, como uma das vias potenciais para a transição entre a situação de institucionalização e a saída do processo de acolhimento institucional.

A categoria *Desligamento por Maioridade* diz respeito ao fenômeno de desinstitucionalização obrigatória que ocorre quando adolescentes em situação de acolhimento institucional completam a maioridade legal – dezoito anos, segundo a legislação específica. A partir dessa idade, o ECA não respalda mais o sujeito com a medida protetiva de acolhimento e o jovem deve deixar as instalações do abrigo e orientar-se sem a tutela do Estado frente à sociedade.

Inicialmente, é preciso referir que, a partir daquilo que foi verificado nos estudos acessados, foi possível perceber que o processo de desinstitucionalização tem sido alvo de investigações por parte de pesquisadores. Esse interesse se sustenta sobre a concepção de que o abrigo deve funcionar como espaço transitório para a criança ou adolescente em situação de vulnerabilidade (Poker, 2017; Fernandes & Monteiro, 2017; Souza & Brito, 2015). Portanto, o processo de desligamento da instituição deve representar a conclusão de um trabalho no qual etapas foram superadas, no sentido de combater as situações de vulnerabilidade nas quais a criança e/ou adolescente se encontrava (Poker, 2017; Silva, 2010).

Os estudos levantados nesta revisão de literatura evidenciaram três principais modalidades de desinstitucionalização para crianças e/ou adolescentes em situação de

abrigo, a saber: reinserção familiar, adoção e desligamento por maioria. Cada uma destas modalidades apresenta suas ressalvas e suas estratégias perante a concretização da garantia dos direitos da criança e do adolescente que passa por esse processo.

Não foram localizados trabalhos que tematizassem outras formas de desinstitucionalização, a exemplo da evasão ou transferências. Um trabalho cita um caso no qual a adolescente abrigada precipita sua saída da instituição para viver com o companheiro, após descobrir-se grávida (Cruz, 2015). Pela escassa abordagem, este tópico não se constituiu como categoria, diante dos objetivos desta revisão de literatura.

Dito isto, abaixo serão apresentadas as proposições dos estudos acessados a partir da categorização previamente apresentada na seção de resultados.

2.2.1 Reinscrição familiar

Há grande quantidade de estudos que abordam a esfera familiar como essencial na política de acolhimento institucional. Tal componente aparece em basicamente três maneiras nos estudos encontrados, ora se trata da convivência familiar, ora do acolhimento familiar, e ora da reinserção familiar.

O *Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente* (CONANDA) e o *Conselho Nacional de Assistência Social* (CNAS) abordam a importância da convivência familiar justificando que toda família, por maior que seja a sua condição de vulnerabilidade, é capaz de se reorganizar e maximizar suas potencialidades contanto que haja políticas de apoio sociofamiliar executadas pelo Estado (CONANDA & CNAS, 2006). Esse processo consiste em garantir a aproximação da criança e/ou adolescente em situação de abrigo com a sua família de origem, com a qual ela mantém referência socioafetiva. A convivência familiar é, então, direito garantido a crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional e tem sido abordada em estudos que buscam compreender as implicações do componente familiar de origem para esses sujeitos (Rossetti-Ferreira et al., 2012; Zappe, & Dell'Aglio, 2016).

A esfera familiar diante da situação de abrigo também tem sido investigada a partir da proposta do acolhimento familiar (Lazzaretti De Souza et al., 2010, Oliveira, & Pereira, 2011; Rossetti-Ferreira et al., 2012; Zappe, & Dell'Aglio, 2016). O acolhimento familiar pode ser conceituado como sendo

Uma medida protetiva, a qual possibilita à criança e ao adolescente em vulnerabilidade e afastado de sua família de origem ser colocado sob a guarda de uma outra família. Essa família é previamente selecionada, cadastrada e vinculada a um programa. Ela acolherá a criança ou adolescente por um período (Costa, & Rossetti-Ferreira, 2009, p. 112).

Esse processo deve ocorrer concomitantemente ao trabalho da rede de políticas públicas para auxiliar as famílias que perderam a guarda destas crianças e adolescentes a superarem a condição de vulnerabilidade e, desta forma, favorecer a reinserção familiar conforme preconizado pelas normativas brasileiras. Como tratado anteriormente, apesar de a legislação considerar o acolhimento familiar preferível em relação às instituições de acolhimento, por aproximarem a criança ou adolescente de um contexto mais próximo de uma família, esta medida protetiva ainda é pouco difundida no Brasil, possivelmente por ir de encontro à cultura da institucionalização de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, tal qual explicitado nos capítulos prévios.

Uma última abordagem da esfera familiar que vem sendo estudada e pôde ser identificada nesta revisão de literatura é a reinserção familiar (Siqueira & Dell'Aglio, 2007; Siqueira, Zoltowski, Giordani, Otero, & Dell'Aglio, 2010; Teixeira & Villachan-Lyra, 2015; Ferreira, 2015; Lima, Pedroso, Cruza, & Aguiar, 2016). O processo de reinserção familiar se configura como uma modalidade de desinstitucionalização, pois consiste no retorno da criança ou adolescente a sua família de origem após período de abrigamento.

O retorno à família de origem ou extensa é priorizado pelas normativas brasileiras, pois compreende-se que, quando dadas as condições necessárias, estar sob os cuidados da família denota o melhor contexto para que a criança possa se desenvolver de maneira saudável. Entretanto, segundo Conceição (2017), este processo tem sido dificultado pela falta de recursos econômicos das famílias, bem como pela incompreensão das famílias acerca do seu papel social⁸. São também agravantes a falta de cobertura das famílias por políticas públicas que objetivem promover apoio familiar e o prolongado período em que as crianças e adolescentes têm sido mantidas abrigadas, o que acaba fragilizando os laços familiares.

Um estudo realizado com o objetivo de identificar sentidos e significados construídos em torno do estigma associado ao egresso de processo de acolhimento institucional refere que adolescentes institucionalizados tendem a enxergar-se a partir de uma sensação de instabilidade, já que comumente são acolhidos em instituições e reinseridos em suas famílias (Poker, 2017). Estas, por sua vez, acometidas por uma diversidade de situações que as colocam

⁸ O ECA, em seu Art. 4º, explicita que “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” (Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990). Isso significa que a responsabilidade pelo desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes brasileiros deve ser compartilhada entre o Estado, a família e a sociedade em geral, quebrando assim uma noção de Estado totalmente tutelador bem como a de família como única encarregada pelo cuidado integral dos filhos. Assim, de acordo com a legislação, nenhuma das partes se exime desse papel de responsabilidade.

em situações de vulnerabilidade social – tais como alcoolismo e demais adicções, baixa renda, acesso dificultado a dispositivos de saúde e educação, dentre outros fatores – se tornam instáveis diante da possibilidade de readmitir suas crianças em ambiente doméstico (Poker, 2017). Ademais, famílias que tiveram crianças e adolescentes institucionalizados frequentemente passam por processos de sofrimento e sentimentos de impotência e fracasso, diante da reafirmação do Estado acerca da sua falta de condições para proporcionar um desenvolvimento sadio para os filhos (Rocha, Arpini & Savegnago, 2015; Líbio & Zacharias, 2017).

Assim, a literatura reforça a necessidade de uma atuação integral que tenha como foco não só a criança ou adolescente institucionalizado, mas também as pessoas com quem ela mantém relações. Famílias em situação de vulnerabilidade social devem ser alvo de políticas públicas e intervenções eficientes no provimento de melhores condições e qualidade de vida, visto que, de acordo com Poker (2017), as interrelações estabelecidas a partir de outras esferas sociais, para além daquelas relacionadas à situação de abrigo, tais como grupos escolares, relações com professores, contribuem para a superação do estigma social do abandono e da institucionalização.

Em estudo longitudinal, foram acompanhados três adolescentes que passavam pelo processo de reinserção familiar (Siqueira, Zoltowski, Giordani, Otero & Dell'Aglio, 2010). Os resultados dessa pesquisa corroboram a situação anteriormente descrita. Os jovens e familiares participantes não foram devidamente preparados para a retomada da convivência mútua, não houve acompanhamento após o desligamento institucional e as situações de vulnerabilidade vivenciadas pelas famílias que ocasionaram a institucionalização dos adolescentes não foram sanadas. Como consequência, constatou-se a necessidade de nova institucionalização dos adolescentes que passaram por reinserção familiar, quando este processo é pensado de forma inapropriada.

O processo de preparação para o desligamento deve ser constante, em especial com a criança ou adolescente abrigado (Cavalcante, Silva & Magalhães, 2010). No caso da reinserção familiar, é fundamental a atenção em relação aos afetos e sofrimentos manifestados pelo sujeito acolhido, de modo a subsidiar as decisões judiciais. Afinal, ainda que haja mudanças na situação familiar que gerou a institucionalização, a reinserção deverá ocorrer conforme ambas as partes apresentem condições para tanto. A convivência familiar, direito que embasa a política de acolhimento, revela seu papel facilitador do processo de reinserção, já que permite uma aproximação gradual entre criança ou adolescente abrigada e família de origem, o que pode auxiliar no fortalecimento de vínculos. Reafirma-se, aí, a importância da equipe

multidisciplinar nas instituições de acolhimento de modo a possibilitar que tal processo ocorra de forma condizente com o preconizado na lei e não ponha a criança ou adolescente em risco psicossocial.

É possível constatar que as preocupações acerca do processo de reinserção familiar permeiam aspectos comumente questionados quando se trata da política de abrigamento no Brasil. Apesar das normativas priorizarem o retorno de crianças e adolescentes abrigadas às famílias de origem, há sempre a preocupação acerca deste retorno. Uma das razões versa sobre o fato da institucionalização ter sido causada, por vezes, por conta de comportamentos adotados pelos familiares (negligência, violências e/ou abandono). Questiona-se, portanto, como a instituição pode garantir que as dificuldades apresentadas pela família que teve um membro abrigado foram realmente superadas.

Por outro lado, há uma perspectiva que procura trazer à tona a responsabilidade do Estado diante desse processo, pois, para que se garanta um bom retorno da criança ou adolescente abrigada à família de origem, é necessário que haja um trabalho intersetorial da rede de políticas públicas de saúde, assistência social e educação. Isso se deve, em especial, à necessidade de garantir que essa família possa se desenvolver de uma forma autônoma mas respaldada, em especial no que se refere ao cuidado com os filhos, tal qual defendem as legislações vigentes.

2.2.2 Adoção

Em contrapartida à reinserção familiar, há o fenômeno da adoção. A adoção é um processo extremo ao qual se recorre apenas quando a família de origem da criança ou adolescente não possui condições de acolher este sujeito e tem seu poder familiar destituído pelo Estado. Pode-se também recorrer à adoção quando a criança ou adolescente não possui vínculo com seus familiares por conta de óbitos ou outros fatores de afastamento. Observa-se, portanto, que há critérios para que um jovem abrigado esteja apto para adoção e, em virtude disso, há mais crianças abrigadas indisponíveis do que disponíveis para adoção. Segundo dados do *Cadastro Nacional de Adoção* (CNA), em julho de 2018 havia 4.929 crianças e adolescentes em situação de abrigamento disponíveis para adoção (<http://www.cnj.jus.br/cnanovo/pages/publico/index.jsf>, recuperado em 31, julho, 2018). Diante da complexidade da temática, nos últimos anos têm sido conduzidos estudos na área da psicologia que buscam compreender os fatores envolvidos no processo de adoção (Oriente & Souza, 2005; Bento, 2008; Oliveira & Pereira, 2011; Baptista, Soares & Henriques, 2013; Hueb, 2016).

O estigma carregado pelas crianças e adolescentes em situação de abrigamento foi um tema abordado ao longo dos artigos encontrados nesta revisão. Teixeira Filho (2010) analisou discursos permeados pelos protagonistas envolvidos nos casos de adoção e pontuou algumas crenças mantidas por pais adotivos e profissionais das instituições de abrigamento. Dentre essas crenças há uma que supõe que a falta de amor da mãe biológica aos filhos entregues a adoção gera problemas ao longo da vida desta criança. Essa crença se baseia na ideia de que as crianças que são encaminhadas ao abrigo lá estão porque suas famílias não a amaram o suficiente. Como consequência, há uma tendência de os pais adotivos atribuírem problemas de comportamento, dificuldades de aprendizagem, dentre outras intempéries que porventura sejam apresentadas no desenvolvimento dos filhos adotivos ao processo de institucionalização.

Mariano e Rossetti-Ferreira (2008) realizaram um levantamento a partir de processos de adoção de uma instituição em Ribeirão Preto (São Paulo) objetivando compreender o perfil das famílias adotantes. As autoras identificaram variações nos fatores que motivaram as famílias a buscar a adoção, com destaque para a infertilidade e a criação prévia de vínculo com a criança. Neste estudo foi possível identificar que grande parte das adoções ocorre através daquilo que as autoras nomeiam como “adoções prontas”, ou seja, os adotantes solicitam a regularização da parentalidade de crianças específicas com quem já tiveram uma prévia convivência. Essa aproximação ocorre a partir do contato dos adotantes com as famílias biológicas, ou de outras maneiras, alheias à mediação da justiça. Diante da análise dos processos de adoção, é questionada a pequena ou nenhuma participação dos pais biológicos, considerando a exígua referência a estes.

A partir da leitura dos estudos componentes da presente categoria, tornou-se possível identificar a necessidade de mapear de maneira mais detalhada quais as características dos grupos sociais que entregam crianças para adoção. Esse mapeamento se justifica pela possibilidade de avaliação das condições socioeconômicas e vulnerabilidades dos referidos grupos, com o objetivo de formular estratégias voltadas para a modificação dessa realidade e, por conseguinte, para a garantia de uma melhor qualidade de vida. Aponta-se, também, a necessidade de compreender o processo de “adoções prontas” e os fatores envolvidos, bem como seus impactos para a família e a pessoa adotada.

Nos trabalhos sobre este tópico, foi possível constatar que há uma tendência a explorar questões relacionadas ao estabelecimento de vínculo entre a criança e/ou adolescente e os pais adotivos, as relações com o sistema judiciário e os fatores psicológicos e sociais relacionados à família adotante. Os estudos acerca da adoção apresentam diferentes características, perpassando abordagens mais clínicas e abordagens de caráter sócio-histórico.

A Tabela 1 demonstra que a temática da adoção é, dentre as categorias de desinstitucionalização elencadas, uma das mais tratadas, juntamente com a temática da reinserção familiar. Este dado sugere que há uma maior preocupação acerca desse processo, dada a sua complexidade. Esta complexidade desperta a inquietação de pesquisadores e profissionais sobre aspectos que perpassam o processo de adoção, que é tido como mobilizador para a criança e para a família, o que requer acompanhamento constante, no intuito de garantir um desfecho satisfatório para os envolvidos.

2.2.3 Desligamento por maioridade

No contexto de abrigamento de crianças e adolescentes há outra possibilidade de desinstitucionalização que, apesar da crucial importância, demonstrou possuir pouca visibilidade, tal qual sugere o leque de artigos aqui levantados: o desligamento por maioridade (Ayres, Coutinho, & Albernaz, 2010; Tinoco & Franco, 2011; Cruz, 2015). Em suma, após completar dezoito anos, o adolescente – agora jovem adulto – tem decretada a sua desinstitucionalização do abrigo, já que não é mais público da lei que anteriormente o regia, o ECA, que considera essa idade o fim da adolescência. Retoma-se que, apesar do ECA e a Lei Nº 12.010 (2009) estabelecerem o abrigamento como uma situação provisória, a quantidade de adolescentes abrigados revela que ainda há muitos jovens que passaram grande parte de suas vidas nessa situação. Então, cabe às instituições que ofertam esse serviço garantir a preparação gradativa para o desligamento desses adolescentes: “tais programas deveriam incluir, além do apoio psicológico, todas as demais garantias para a sobrevivência do egresso” (IPEA, 2003, p. 46).

Para além das garantias previstas em lei no que tange ao direito à educação e profissionalização – que, conseqüentemente, preparariam o adolescente egresso do sistema de abrigamento para uma vida autônoma em sociedade –, o *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária* (CONANDA & CNAS, 2006) sugere que o Estado ofereça residências que acolham estes jovens adultos após seu abrigamento e os auxiliem no processo de conquista de protagonismo, tal como refere Poker (2017). Entretanto, nesse quesito, é notório o hiato entre a legislação e a prática e, frequentemente, os egressos, após o alcance da maioridade comumente tomam rumos que permeiam a situação de rua, o ingresso na criminalidade, o retorno às famílias (que muitas vezes foram autoras de violência para estes jovens) ou a reinserção no abrigo, agora de forma irregular, trocando trabalho voluntário pelo sustento básico.

Em geral, adolescentes institucionalizados possuem longo histórico de institucionalização e tentativas frustradas de reinserção familiar e alocação em família substituta. Portanto, estudos têm sido realizados no intuito de compreender os efeitos da institucionalização prolongada e suas consequências para a vida do adolescente acolhido. Fernandes e Monteiro (2017) realizaram uma investigação acerca de comportamentos pró-sociais em adolescentes abrigados. Estes comportamentos são exemplificados como: dividir objetos pessoais, dividir oportunidades, interessar-se pelo que outras pessoas sentem, ajudar pessoas com necessidades imediatas, dentre outros. Os autores concluíram que, quanto menor o tempo de permanência em situação de acolhimento institucional, maior a probabilidade de desenvolvimento de comportamentos pró-sociais esperados para adolescentes socializados de maneira saudável e coerente com a referida fase do ciclo vital. Esse aspecto sublinha a necessidade de aprofundar as investigações científicas frente ao desligamento por maioridade, visto que a postergação da vivência de abrigamento parece influenciar negativamente no processo de socialização e desenvolvimento de comportamentos socialmente adaptados e adequados (Monteiro & Fernandes, 2017).

Para Figueiró e Campos (2013), a própria transição para o mundo adulto pode acarretar mudanças de comportamento em adolescentes abrigados. Lidar com a necessidade de se inserir no mercado de trabalho e com o novo código legal ao qual deve cumprir se somam ao processo de destituição proporcionado pela desinstitucionalização compulsória.

Outros estudos reforçam a importância da institucionalização diante da condição de risco vivida por algumas crianças e adolescentes (Arpini, 2003; Siqueira & Dell'Aglio, 2006; Rosa, Nascimento, Matos & Santos, 2012). Apesar da importância em identificar aspectos intrínsecos ao sujeito abrigado, como sofrimento, autoestima, sociabilidade, dentre outros, é fundamental entender o papel da instituição de acolhimento na promoção de um desenvolvimento e preparação dos adolescentes abrigados para uma vida autônoma.

Percebe-se que, no tocante à política de acolhimento institucional, é notória a complexidade do processo de desinstitucionalização na realidade brasileira. Estudos realizados acerca desta temática apontam que há falta de políticas públicas adequadas a assistir jovens que completaram 18 anos após passarem grande parte de sua vida em abrigos (Azôr & Vettore, 2008; Cavalcante, Silva, & Magalhães, 2010; Martinez & Soares-Silva, 2008; Silva, 2010; Siqueira, Zoltowski, Giordani, Otero, & Dell'Aglio, 2010; Souza & Brito, 2015). A existência de estereótipos negativos associados à relativa falta de preparação quanto à autonomia requerida pelos espaços sociais além das fronteiras do abrigo, relações interpessoais e institucionais fragilizadas, dentre outros aspectos, podem contribuir com a formação de adolescentes sem

condições para a vivência em sociedade além das proteções instituídas pelo ECA. Adolescentes que saem das instituições de acolhimento de modo compulsório após alcançarem a maioridade frequentemente apresentam baixas perspectivas de futuro pós-abrigamento que driblem as situações de vulnerabilidade que ocasionaram a institucionalização.

Apesar da importância de estudos sobre este processo, muitos dos artigos elencados por esta revisão de literatura que se enquadram nesta categoria abordam a questão do desligamento por maioria não como temática central, mas como conceito necessário que emergiu no contexto de pesquisa. Isso merece destaque, já que os outros tópicos aqui apresentados (reinserção familiar e adoção) figuram tanto como subtópicos, nos trabalhos identificados, quanto como temática central de estudo. Em linhas gerais, o desligamento por maioria tem sido descrito como uma possibilidade não desejada, a qual massifica os estereótipos negativos e reduz as oportunidades que a pessoa gozaria se houvesse tido a chance de ser desinstitucionalizada por outra via.

2.3 Algumas Reflexões Possíveis

Esta revisão permitiu identificar que houve uma expansão nos estudos acerca do tema abrigamento e desinstitucionalização. Este aumento pode ter ocorrido por fatores relacionados à política de acolhimento institucional, que, na configuração em que se encontra, é recente e tem paulatinamente se desenvolvido e demonstrado acertos e contradições. Outro fator possível é a ampliação do número de crianças e adolescentes em situação de abrigamento, o que expande a demanda de trabalho e estudos nesta área.

Identifica-se, também, a existência de uma variabilidade considerável de linhas de pesquisa sobre o processo de abrigamento de crianças e adolescentes e que há esforço dos pesquisadores em descrever e explorar os fenômenos que envolvem esse processo, no intuito de propor maior efetividade para essas políticas de proteção a crianças e adolescentes e garantir os direitos expressos nas normativas orientadoras.

No que se refere à abordagem sobre as famílias, os artigos elencados apresentam perspectivas múltiplas. Enquanto algumas afirmativas tendem a evidenciar as situações de vulnerabilidade vividas e as violências reproduzidas no contexto familiar, identifica-se a prevalência de proposições que defendem a crença de que é junto a uma família – de preferência aquela de origem – que a criança e/ou adolescente pode se desenvolver adequadamente.

Especificamente sobre adoção, conclui-se a necessidade de compreender melhor os grupos que entregam as crianças para adoção, de modo a avaliar suas condições socioeconômicas e possíveis desamparos e privações para que seja possível a adoção de

estratégias com intuito de reverter esse quadro, garantindo melhor qualidade assistencial aos referidos grupos sociais e, quem sabe, uma redução no contingente de crianças entregues para instituições de acolhimento.

Por fim, apesar de diversos estudos levantados citarem o caráter de brevidade do acolhimento institucional, há ainda uma escassez de pesquisas que abordam esse fenômeno, principalmente no que se refere ao desligamento compulsório quando o adolescente completa a maioridade.

Sugere-se, com isso, que esse campo seja mais explorado, visto que a desinstitucionalização de adolescentes abrigados merece atenção, pois há falta de políticas públicas adequadas voltadas para assistir jovens que completaram 18 anos após passarem grande parte de suas vidas em abrigos. É fundamental compreender como a preparação (ou não) para este momento ocorre, levando em conta o adolescente inserido em uma rede social dinâmica, na qual estabelece relações interpessoais e institucionais ao passo em que revisita e constrói a sua história e suas interpretações acerca do que vive.

3 NARRATIVAS E CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA: ASPECTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS

Como sublinhado acima, as crianças e adolescentes não passam incólumes pelo processo de institucionalização. Apesar da sua configuração como medida protetiva que é adotada no intuito de promover um ambiente saudável onde os sujeitos acolhidos possam se desenvolver em um período provisório até serem reinseridos em sua família de origem ou em família substituta, foi possível constatar que seu prolongamento pode gerar consequências negativas. Adolescentes institucionalizados vivenciam cotidianamente a ambiguidade da proteção e da vulnerabilidade apontada pelos estudos acerca do processo de acolhimento institucional. Este estudo busca compreender, a partir das narrativas elaboradas por adolescentes, como ocorreu o processo de construção identitária e qual sua relação com a vivência de institucionalização, bem como a possibilidade de desinstitucionalização compulsória por maioridade. Este capítulo, portanto, aborda como o estudo das identidades tem sido conduzido no contexto da adolescência e busca adentrar no processo de construção identitária a partir da perspectiva narrativista da psicologia, recurso teórico-metodológico utilizado para elucidar o fenômeno aqui tratado.

3.1 Identidade e Narrativas

Ao longo do tempo, as ciências humanas e sociais adotaram diferentes conceitos para definir identidade. Tais conceitos subjazem a paradigmas e perspectivas teóricas que buscam explicar o ser humano a partir de visões próprias. Tantas perspectivas geraram diferentes formas de caracterizar identidade, que ora é tratada como propriedade do indivíduo, ora como produto emergente nas relações sociais; ora localiza-se na mente, ora nos comportamentos concretos; ora existente independente do contexto em que o indivíduo se encontra, ora apenas manifestada diante das configurações sociais em que a pessoa se localiza (De Fina & Georgakopoulou, 2011).

Rich (2014) destaca quatro categorias que, cronologicamente, marcaram as concepções acolhidas pelas ciências sociais acerca da identidade: a) a visão racionalista, lastreada pelos ideais iluministas, na qual a identidade era uma característica inerente humana, estando ela localizada internamente no indivíduo; b) as visões sociais, marcadas pelas teorias de autores como Marx e Freud, que buscavam compreender a identidade humana a partir de seu diálogo com o exterior, tendo seu foco as relações interpessoais, ou a interação com a organização social

para além das particularidades do indivíduo; c) as visões pós-modernas, que sustentam-se na égide do homem biopsicossocial e questionam possíveis determinismos vinculados à visão anterior e defendiam uma noção de *self* mais dinâmica, que se transformam continuamente quando em contato com sistemas culturais e relações interpessoais complexas, sem deixar de lado a agência do indivíduo nesse processo (Farias & Souza, 2011); d) mais recentemente, observa-se uma visão acerca da formação identitária baseada na concepção de humano enquanto ser constituído na linguagem. Adota-se, nessa perspectiva, um paradigma com base na noção de *self* narrativo, cuja construção decorre das trocas simbólicas presentes no intercâmbio entre os indivíduos e sociedade. Esta concepção se baseia em uma visão de identidade em constante construção e formada nesse diálogo entre indivíduo e cultura, no qual a pessoa constitui-se como ser de linguagem e possui um papel ativo nas relações sociais.

A partir da chamada virada linguística das ciências humanas e sociais, autores como Valsiner (2001, 2012) e Bruner (1991, 1987) propõem uma nova forma de abordar a psicologia em interface com a cultura. Nesta perspectiva, a ênfase é dada aos processos facilitados pela cultura, sendo esta uma provedora de ferramentas e signos que permitem ao indivíduo a construção de sentidos e a organização da prática social. Neste contexto, a linguagem emerge com um importante papel para o desenvolvimento humano, pois opera como uma ferramenta essencial “*no processamento do mundo, no planejamento e na ação humana*” (Correia, 2003, p. 509).

Dada a importância da linguagem e dos discursos e compreendendo sua relevância diante das trocas entre indivíduo e sociedade, entende-se que a forma de ter acesso e interpretar os dados provenientes deste campo de estudo é através da narrativa, visto que “*a narrativa possui características que a colocam em um lugar relevante na investigação da mente, tais como sequencialidade de eventos e envolvimento de estados mentais*” (Correia, 2003, p. 509).

Este trabalho parte de uma vertente narrativista, a qual compreende identidade a partir de uma noção historiada de *self*. Ou seja, entende-se aqui que há uma construção de sentido de si a partir do processo narrativo, já que, segundo Oliveira (2006), este se expressa na forma de histórias – vividas, contadas, recontadas e intersubjetivamente transformadas. Guanes e Japur (2003) sugerem que a concepção de *self* narrativo

Refere-se às narrativas e explicações que as pessoas desenvolvem sobre si mesmas, através da organização temporal de eventos pessoais, quando então estabelecem conexões entre eventos vividos, na tentativa de construção de uma história que as tornem inteligíveis a elas mesmas e aos outros (p. 140).

Ou seja, a perspectiva narrativista assume que a pessoa se vale de recursos narrativos no intuito de elaborar as experiências vividas que, por sua vez, constituem uma noção de identidade que é sempre contextualizada. Conceber a identidade como um processo contextualizado implica em assumir que essa só possui materialidade quando observada no curso da experiência. Identidade é um processo dinâmico que se constrói continuamente na prática social. Por prática social, compreende-se toda interação, construções de sentido e trocas simbólicas entre indivíduo e mundo. Portanto, nesta perspectiva, não é possível estabelecer uma definição de identidade como estrutura rígida e definitiva. Esta se configura a partir da relação da pessoa consigo mesma, com os demais e com o mundo, então só pode ser compreendida quando tais referências são situadas em sua análise.

Destaca-se que o estudo das narrativas como ferramentas de construção de sentido e, portanto, vias de acesso às experiências de quem narra, segue em diferentes linhas. Genette (1988) adota três definições no intuito de abordar a narrativa e os processos que a transpassam. A primeira definição é a de história (*story*), que se refere ao conteúdo narrado, com ênfase aos fatos que estão sendo relatados pelo narrador. Uma segunda definição é a de narrativa (*narrative*), referindo-se ao discurso, seja ele oral ou escrito, utilizado para narrar a história desejada. Esta definição enquadra a narrativa como uma ferramenta discursiva que objetiva narrar histórias factuais ou não. Por fim, há a narração (*narration*). Esta definição refere-se ao ato de narrar. Neste ato, são empregados recursos cognitivos e discursivos de modo que o processo se apresente e repercuta conforme o intuito de quem narra. Ou seja, o narrar apresenta intencionalidade como característica fundamental.

Neste sentido, Bamberg (2007) advoga que, mais do que uma fotografia estática do que já ocorreu, as narrativas são ações e, como tais, exercem influência em tempo real na construção do *self* daquele que narra. O ato de narrar convoca o narrador a elaborar estratégias sobre o que dizer, sobre a forma adequada de transmitir o que se deseja e quais as possíveis e prováveis implicações daquilo que é narrado. Isso ocorre concomitantemente a um resgate de experiências passadas em diálogo com aspectos presentes e prospectivos. Para o autor, em contraste com uma visão de narrativa que toma como foco o “sobre o quê se fala”, é fundamental observar que há uma sobreposição dos tempos no ato de narrar, já que “*o momento de narrar se desenvolve como uma reação ao passado imediato da interação e, deste modo, orientado para o futuro: há uma antecipação da resposta que a audiência dará*” (Bamberg, 2007, p. 3, tradução nossa). Esta afirmação ratifica uma noção de narrativa ativa e orientada, não apenas operando como registro do passado.

Ao refletir acerca do papel das narrativas na construção de configurações do *self*, Bruner (1987) ressalta que a narrativa é a forma de representar a experiência vivida. De modo dialógico, as narrativas agem sobre a experiência ao passo que o indivíduo busca nelas as redes de significações que o orientam na prática social. Segundo o autor (Bruner, 1991), esta perspectiva fornece maiores explicações acerca do processo de representação do mundo e das experiências do que as visões que atribuem um modelo lógico-científico de formação da mente. Bruner enfatiza, portanto, que as experiências, organizadas em formato de narrativas, funcionam sob uma lógica que transcende o empirismo e representam melhor o diálogo e a convenção entre o indivíduo e a cultura.

Oliveira (2006) destaca que a narrativa possui dois vieses: a prática social, na medida em que está presente nas trocas sociais; e a autoepistemologia, pois o ato de contar uma história é uma atividade “*por meio da qual o sujeito se reconhece e se transforma, ao engendrar novos significados e comportamentos e ao tomar posição frente a eles, numa perspectiva ética*” (p. 431). Ao realizar uma narrativa, seja ela sobre si próprio, sobre o outro ou ficcional, o indivíduo apresenta sobre quais aspectos ancora seu posicionamento diante das situações narradas. Este processo aprofunda o indivíduo na construção de repertórios sociais (Bamberg, 2012), guiando suas práticas e concepções.

Ao constituir uma narrativa, a pessoa dialoga consigo mesma e com a história e cultura na qual está imersa. Gergen (1994) aborda a importância do outro, enquanto coparticipante na organização do *self*. Segundo o autor, ao desenvolver uma narrativa, a pessoa traz outros indivíduos relevantes, que atuam como apoiadores deste processo construtivo. O *self*, portanto, “*não é fundamentalmente uma propriedade do indivíduo, mas dos relacionamentos – produto do intercâmbio social*” (p. 186).

Em concordância com este paradigma, Falmagne (2004) afirma que o *self* se constitui tomando por base três instâncias, que dialogam constantemente: a) o nível macro, ou societal; b) o nível local e; c) o nível ontológico. O *nível societal* é composto pelos discursos hegemônicos, transmitidos na socialização, e pela base material-histórica na qual estes discursos se sustentam. O *nível local* se relaciona com o papel social ocupado pelo indivíduo (por exemplo, a posição de mulher, de abrigada, de usuária de substância psicoativa etc.). Por último, o *ontológico*, que versa sobre a particularidade de cada indivíduo. Para compreender a constituição do *self*, é necessário entender como estas instâncias dialogam e como o indivíduo se constitui e se relaciona a partir disso.

Nessa proposta teórica, Campos (2011) traz o conceito de “identidade” como sendo o enquadre do *self* diante da prática social. Identidade, portanto, equivale ao *self* em contexto.

Buscando especificar estas definições, Vieira e Henriques (2014) expressam que a identidade atua como uma qualidade do *self*, que funciona proporcionando uma “*integração sincrônica e diacrônica do self capaz de situar a pessoa em algum nicho psicossocial*” (p. 163). É dessa forma que a dinâmica do *self* se relaciona com a performance social de cada indivíduo, em determinado contexto, dialogando constantemente com a realidade em que o indivíduo se insere.

Narrativa e identidade se vinculam, portanto, pois é no ato de narrar que as trocas simbólicas entre pessoa e mundo se evidenciam e se relacionam. É nesse processo que emergem os posicionamentos de quem narra, bem como os recursos discursivos elencados para situá-los diante do contexto vivido.

3.2 Três Dilemas que Envolvem as Identidades

Bamberg (2005, 2010) defende a abordagem narrativa no processo de investigação acerca do *self* e das identidades. Para o autor, a narrativa, como mecanismo dialógico, permite o acesso aos signos compartilhados e formulados pelo indivíduo. As análises narrativas como forma de acesso à subjetividade se sustentam na visão de que a linguagem opera como forma de expressão e de produção de conteúdos psíquicos. São, portanto, ferramentas fundamentais para compreender tais conteúdos. Salienta-se que, para Bamberg (2012), a narrativa é mais que um texto, consiste numa *prática*. Portanto, ao estudar narrativas, é preciso destacar conteúdos textuais, gestos, silêncios e demais aspectos que auxiliem a contextualizar o conteúdo narrado. As narrativas evidenciam trajetórias que transitam entre passado e presente, dialogando com intencionalidades e perspectivas futuras do indivíduo.

Bamberg (2010) evidencia sua posição ao enfatizar a adoção do termo “*narration*” no lugar de “*narrative*” em seu texto. Segundo o autor, assim como a identidade não deve ser vista como um rótulo, mas sim como um processo de relação entre pessoa e mundo, mediado pelos recursos simbólicos da cultura. Desse modo, a narrativa deve ser concebida enquanto processo e não como registro do passado, sob risco do pesquisador deixar de voltar o olhar para os fenômenos dialógicos e simbolizações que operam no ato de narrar.

Essa perspectiva afasta-se de uma definição estanque de identidade. Entretanto, alguns pressupostos são apresentados, como a noção de que identidade não é reificada, algo que se possui. Identidade é uma prática que emerge no discurso que se manifesta e se constrói constantemente nas vivências cotidianas através das narrativas elaboradas pelo indivíduo (Bamberg, De Fina & Schiffrin, 2011).

No processo de construção identitária, a pessoa se depara com posições contrastantes que também tomam corpo no que Bamberg (2010, 2012b) apresenta como dilemas. Deve-se levar em consideração três dilemas inerentes à compreensão do que é identidade: a) continuidade/mudança ao longo do tempo; b) diferença/igualdade em relação aos outros; c) agentividade/passividade na relação entre pessoa e mundo.

a) Continuidade/mudança

O primeiro dilema surge das noções de constância e mudança envolvidas no processo de formação identitária. A perspectiva apresentada neste estudo intenta evidenciar a conexão entre narrativa, identidade e desenvolvimento humano. Para tanto, demonstrar o caráter temporal de continuidade e mudanças presentes nas narrativas torna-se fundamental.

Afinal, reconhece-se que, apesar de compreendermos identidade como um fenômeno dinâmico, há a percepção de constância em sua manifestação para uma mesma pessoa. Esta constância, entretanto, não deve ser traduzida como uma representação mental monolítica que a pessoa tem de si mesmo e os outros têm dela (Bamberg, 2010), já que isso inviabilizaria qualquer concepção de dinamismo e elaboração permanente.

Ademais, segundo Oyserman, Elmore e Smith (2012), o sentimento de estabilidade e de permanência exerce um papel importante como ferramenta reguladora ao indivíduo. O conhecimento sobre si, ainda que sempre apresente um componente falho que não dá conta de fornecer todas as respostas ao indivíduo, da dinâmica da vida e suas incongruências em relação ao que pode ser esperado, orienta a pessoa na construção de significados e tomada de decisões.

De acordo com o exposto, Teichert (2004) sugere que tal dilema envolve duas dimensões, a qual nomeia: a) o senso de continuidade (*sameness*), e b) o senso de individualidade (*selfhood*). O estudo das continuidades presentes nas histórias narradas possibilita a identificação dos aspectos que permanecem em voga pelo indivíduo através das mudanças de contextos tempo-espaciais. Entretanto, segundo Negele e Habermas (2010, p. 2):

Especialmente na adolescência, um tempo de mudanças social e biologicamente determinadas, as discontinuidades se apresentam como um problema central nas narrativas de vida, as quais precisam ser integradas para permitir um sentimento de constância pessoal e identidade, mas ao mesmo tempo dar espaço para a mudança e para o desenvolvimento (tradução nossa).

Ou seja, torna-se fundamental voltar o olhar às discontinuidades presentes na narrativa e na história narrada, pois esses pontos operam de modo crucial ao desenvolvimento do adolescente, pois são momentos críticos nos quais se pode rever e reinterpretar os sentidos de

si. A adolescência é, em geral, tomada como um período nas quais as trocas sociais se intensificam e há forte presença de mudanças biológicas. Este contexto esboça, segundo Oliveira (2006), uma ampliação na tensão entre continuidade e mudança, que marca todo o ciclo de vida, e encontra na adolescência uma expressão peculiar.

Evidencia-se, através da perspectiva narrativista, que há um deslocamento da questão que envolve o dilema constância/mudança e a concepção das identidades. Segundo Bamberg, De Fina e Schiffrin (2011), não se trata de questionar se a pessoa, em seu âmago, permanece a mesma ao longo do tempo ou se houve alguma mudança que a tenha feito alguém diferente. O foco se torna o processo de construção desenvolvido pelo indivíduo ao passo em que articula elementos passados e ações presentes orientadas ao futuro no intuito de organizar um todo coerente. Afinal, conforme relembra Bruner (2003, p. 210), nós construímos e reconstruímos constantemente nosso *self* face às necessidades emergentes nas novas situações que experienciamos. Esse processo de construção e reconstrução, segundo o autor, ocorre guiado pelas memórias do passado, mas mantém-se vislumbrando as esperanças e medos que espreitam no futuro.

Portanto, retomamos a compreensão do *self* enquanto uma construção narrativa e, assim sendo, como mais do que uma simples representação que a pessoa tem de si. As identidades, por conseguinte, carregam para si esse dinamismo, já que estão em constante processo de formação conforme a pessoa experimenta novos contextos internos e externos. Por outro lado, não se pode ignorar que há um sentido de permanência nessa construção. A pessoa desenvolve recursos que estabelecem uma linha de constância nas manifestações identitárias e essa estabilidade exerce um papel balizador nas trocas culturais estabelecidas.

b) Diferença/igualdade em relação aos outros

O dilema da diferenciação que ganha destaque na abordagem narrativa da psicologia já demonstrava força em teorias predecessoras. Como destaque, observa-se as abordagens que tratavam a construção identitária como um reflexo da interação com os grupos, assumindo que a condição de membro de um grupo orienta a expressão das identidades (Baker, 1997; Sacks, 1972). Tal compreensão repercute na ideia de que a identidade ganha sentido a partir do referencial grupal e a pessoa lança mão de repertórios particulares que a aproximem do grupo (Bamberg, De Fina & Schiffrin, 2011), fortalecendo sua identidade social por vezes em detrimento da individualidade. Emerge, portanto, a discussão de como a pessoa constrói um sentido de si particular e diferenciado dos demais apesar de fazer parte de diversos grupos.

Ao debater o funcionamento das individualidades em contextos grupais, Erikson (1968) apontava que a noção de identidade se sustenta a partir de duas observações: a observação de uniformidade⁹ pessoal e de constância da existência no espaço-tempo, e a percepção de que os outros reconhecem essa uniformidade e constância da pessoa. Portanto, as individualidades são agentivas, mas emergem no intercâmbio com o outro, que reconhece e reafirma as particularidades da pessoa.

Nesse sentido, Bamberg, De Fina e Schiffrin (2011) afirmam que, na prática discursiva, a pessoa transita por polos distintos, ora fortalecendo as particularidades de si, ora reconhecendo-se e ocupando a condição de pertencente a um grupo. Esse é um dilema notável nas narrações, já que a todo momento a pessoa mensura sua aproximação ou distanciamento em relação ao outro, revelando uma vivência ora de igualdade, ora de particularidade, quando participante das práticas sociorrelacionais.

A perspectiva narrativista da psicologia não se volta a explicar qual parte da identidade é fruto da sociedade e qual parte é particular ao indivíduo. Como demonstrado, as fronteiras entre indivíduo e sociedade são permeáveis e estão em constante troca e construção mútua. A preocupação central na perspectiva narrativista é compreender como a pessoa trafega entre esses polos, assumindo-se um indivíduo único ou alguém que compartilha sentidos com o grupo com o qual estabelece trocas sociais.

c) Agentividade/passividade

Um terceiro fator a ser considerado é a agentividade. Bamberg, De Fina e Schiffrin (2011) destacam que a questão do protagonismo do indivíduo diante do contexto no qual ele está imerso não é recente no campo da psicologia narrativista. Para compreender este fenômeno, os autores apresentam duas grandes perspectivas de compreensão dos discursos que orientaram teorias e análises neste campo.

Alguns autores se voltaram ao que Bamberg, De Fina e Schiffrin (2011) classificam como estudos do “Discurso-com-D-maiúsculo” (*capital-D discourse perspective*). Essa corrente considera como principal foco de análise os discursos que orientam ideologias e éticas em contextos sociais amplos ou específicos. Tal perspectiva busca compreender fenômenos sócio-históricos que mantêm os discursos dominantes em voga e os eleva como status de verdade. Incluem-se aí autores de vertente estruturalista, com destaque a Foucault (2007a;

⁹ Originalmente o autor utiliza a palavra “*selfsameness*”.

2007b), que defendiam a existência de verdades construídas a partir de discursos dominantes sustentados pela cultura através das suas instituições e da sua organização de poder.

Assim, as práticas exercidas por aquelas pessoas imersas em tais campos seriam, em menor ou maior grau, guiadas pelos discursos dominantes presentes naquele contexto. Ou seja, nessa perspectiva, ainda que a pessoa tenha alguma liberdade em elencar suas ações, as escolhas são limitadas aos recursos que o discurso dominante apresenta. Portanto, em quesito de agentividade, nesse prisma, entende-se que a identidade subjaz a uma estrutura societal macro, que determina sua configuração.

Uma segunda corrente, denominada por Bamberg, De Fina e Schiffrin (2011) como perspectiva do “discurso-com-d-minúsculo” (*small-d discourse perspective*), tem como principal foco de análise os aspectos linguísticos empregados pelas pessoas. Nessa concepção, busca-se estudar a relação entre o que se fala, a forma como se fala e a ação da pessoa em seu contexto de vida. Esta perspectiva assume que as escolhas feitas pela pessoa que utiliza o discurso estão limitadas por condições pré-determinadas, que orientam a língua e as demais formas de comunicação em cada contexto social. Entretanto, aqui se volta ao estudo de como as escolhas linguísticas são feitas e seu efeito nas práticas sociais. Afinal, ao optar por dizer uma frase em detrimento de outra, escolher um tom específico, dentre outros recursos, a pessoa antecipa possíveis respostas e busca orientar a compreensão do ouvinte.

Para Bamberg (2010), o debate sobre agentividade no processo de construção identitária ultrapassa os questionamentos clássicos sobre interno (indivíduo) *versus* externo (cultura). Na prática narrativa, a pessoa navega entre ambos os polos ao elencar recursos discursivos que a posicionam com maior ou menor controle sobre o conteúdo e consequências da narração. Ademais, ainda que sejam empregados recursos discursivos preexistentes, cada contexto sempre oferece espaço para a reelaboração dos sentidos, para a transformação e para as particularidades.

Sobre este debate, Schachter (2010) reforça que as construções narrativas apresentam sempre valores agregados e são orientadas a um objetivo, visando ao futuro. Ou seja, apesar das infinitas formas de se posicionar na narrativa e construir sentido através dela, a pessoa age tendo sempre alguma finalidade, não de modo randomizado. Por exemplo, uma narrativa pode ser executada de modo diferente pela pessoa a depender do público que a ouvirá. Há a possibilidade de elencar recursos que alterem seu conteúdo e seu formato de modo a condizer com as intenções do narrador. O modo como a pessoa constrói a narrativa e apresenta sua identidade varia conforme a sua escolha diante das possibilidades lapidadas socialmente.

Considerando a narrativa como um processo agentivo e uma ferramenta discursiva de construção de sentido, torna-se válido compreender como esta opera na construção identitária. Bamberg busca integrar uma proposta que compreende o indivíduo como “*ser posicionado*” (na qual a direção mundo-sujeito predomina, sendo o sujeito menos ativo no processo) e uma proposta que versa sobre o indivíduo que “*posiciona a si mesmo*” (na qual a direção predominante é a sujeito-mundo, sendo o sujeito mais ativo no processo). Desse modo, infere-se que, “*a posição, nesse entendimento, é defendida como uma construção de sentidos na qual o narrador assume um lugar moral*” (Moutinho & Conti, 2016, p. 2).

A noção de posicionamento parte do pressuposto da construção narrativa do *self* e afirma que o ato de narrar opera como um contexto no qual ocorrem as negociações e conflitos que refinam e constroem a identidade (Bamberg, 2007, 2010). Segundo Bamberg (2007), compreender a noção de posicionamento e a construção identitária a partir dessa perspectiva é fundamental para o rompimento das dicotomias comumente encontradas nos estudos sobre posicionamento, os quais focam com frequência em como a pessoa se posiciona diante do mundo ou em como ela é posicionada pelos discursos dominantes externos.

3.3 Identidade e Posicionamentos

Como destacado anteriormente, o ato de narrar é, ao mesmo tempo, uma atividade social e um recurso cognitivo. Entretanto, a narração é também uma atividade autoepistêmica (Wortham, 2000), visto que há uma constante elaboração do senso de si por parte daquele que narra no intuito de se destacar em relação ao outro, ou de demarcar de onde partem as concepções do narrador acerca dos demais personagens.

Através das narrativas, é possível identificar o que Bamberg (2012a, 2012b) define como posicionamento. A análise narrativa permite perceber como o indivíduo se posiciona diante de elementos internos e externos a ele. Dessa forma, são construídos espaços para identificar questões relevantes acerca da agentividade deste indivíduo, ou seja, sua forma ativa de ser-no-mundo e de interpretá-lo. Moutinho e Conti (2016) e Deppermann (2013) apresentam a concepção de posicionamento trazida por Bamberg, explicitando como o estudo destes posicionamentos opera durante o processo de análise narrativa. Observa-se aí o objetivo central da análise narrativa, nesta perspectiva: compreender como o indivíduo interpreta a si mesmo criando significados e, conseqüentemente, ações no mundo a partir destas interpretações. De acordo Bamberg (2004, p.150):

A análise de posicionamento é concebida como um procedimento empiricamente fundamentado de como os sujeitos se constroem a partir das posições que são ativamente

e agentivamente adotadas em suas narrativas em contraste com discursos normativos. Assim, a análise de posicionamento evita a visão dos sujeitos como simplesmente executando os papéis de seus Eus e identidades preestabelecidos. Também evita ver Eus e identidades como rigidamente tomadas do leque de discursos normativos preexistentes. Em vez disso, os sujeitos são inquiridos para construir agentivamente suas posições situadas e, nesse processo, tanto os discursos normativos quanto os sentidos individuais de si são chamados à existência e podem emergir (tradução minha).

Evidencia-se, portanto, como os dilemas observados no processo de construção narrativa das identidades toma corpo através da análise de posicionamentos. Os posicionamentos engajados no discurso revelam o caráter agentivo da pessoa no que se refere à construção identitária, bem como sua condição de diferenciação e particularização diante dos discursos preexistentes e a noção de construção diacrônica da identidade.

Bamberg (2012b) apresenta uma diferenciação primária nas pesquisas narrativas que subjazem ao papel que a narrativa ocupa em distintas perspectivas: *research with narratives* e *research on narratives*. A primeira versa sobre pesquisas que utilizam a narrativa como representação da experiência, memórias e acontecimentos; ela opera, portanto, como um retrato que revela os fenômenos que o pesquisador deseja alcançar (análise da narrativa). A segunda versa sobre pesquisas que têm a própria narrativa como objeto de estudo; busca-se aqui analisar não apenas a representação narrada, mas também os processos e recursos utilizados ao longo da narrativa através dos quais o indivíduo elabora sentidos sobre a experiência vivida (análise narrativa). Deste modo, nesta esfera de pesquisa, “a narrativa é tomada como o ‘lugar’ no qual as pessoas constroem sentidos, com uma dada audiência, em determinado tempo e espaço” (Moutinho, & Conti 2016, p. 2).

Ao narrar, a pessoa se posiciona em três planos que, em um processo investigativo, ocupam os processos de análise (Bamberg, 2004; Deppermann, 2013; Moutinho, & Conti 2016): a) posicionamento *Eu-Eu*; b) posicionamento *Eu-Outro*; c) posicionamento *Eu-Discurso dominante*. O intercâmbio entre esses planos e a variação que ocorre internamente em cada um desses remetem à construção identitária, pois é através desse recurso que as trocas simbólicas e construções de sentido operam e novas narrativas são elaboradas diante dos novos contextos e vivências que a pessoa realiza.

a) Posicionamento *Eu-Eu*

Em uma narrativa, a pessoa revela elementos que a situam nas dimensões espacial e temporal, de modo a dar sentido à personagem elaborada. Em um primeiro plano, observa-se o

posicionamento da pessoa diante dela própria. Como, na narração, a pessoa constrói-se como personagem.

Para Deppermann (2013), neste nível a pessoa apresenta seus componentes biográficos mais explícitos, na medida em que elabora os espaços e contextos ocupados pelas personagens e por si própria no intercurso da narrativa. Assim, apresenta componentes que revelam sua maneira de se mostrar ou se ocultar, apresentando construções sobre si e elaborações contraditórias que a constituem, identificando como constrói os sentidos de si ao longo do ato narrativo (Bamberg & Georgakopoulou, 2008).

b) Posicionamento *Eu-Outro*

Em um segundo plano, observa-se como ocorre a construção identitária a partir da relação estabelecida entre a pessoa e demais personagens elencados na narrativa. Este nível, Segundo Deppermann (2013) tem como foco as relações interpessoais presentes na narrativa elaborada.

Acerca deste nível, Bamberg (1997) sinaliza a construção das personagens como agentes ativos ou passivos nas narrativas, bem como os papéis que elas ocupam. Ao narrar, a pessoa elenca recursos qualificadores, verbos, advérbios e outras ferramentas gramaticais que modelam as personagens. Busca-se, portanto, compreender como essas personagens, tal qual são formuladas nas narrativas, interagem com o indivíduo que narra. Ao narrar acerca dos outros personagens que compõem a história, a pessoa apresenta suas percepções e julgamentos relativos às suas ações e características.

c) Posicionamento *Eu-Discurso dominante*

Em suma, os discursos dominantes são narrativas socialmente compartilhadas que orientam ideais e modos de ser-no-mundo (Moissinac, & Bamberg, 2004; Bamberg, De Fina e Schiffrin). Esses discursos são perpetuados por instituições e mantidos através de recursos de dominação que os elevam ao status de verdade (Foucault, 2007a; 2007b). Por fim, ao narrar a pessoa se posiciona diante das grandes narrativas - discursos dominantes - que permeiam o contexto que ocupam.

Moutinho e Conti (2016) destacam alguns elementos que compõem o processo narrativo. Dentre esses elementos, destacam-se a atividade, os recursos explicativos e o contexto. A atividade se refere às ações executadas ou planejadas pela personagem ao longo da narrativa; os recursos explicativos representam as estratégias de justificativa e explicação das

ações executadas e aos objetos das ações; por fim, o contexto se configura como o espaço-tempo que lastreia a narração.

Para as autoras, a interação entre esses três elementos oferece recursos para a compreensão do posicionamento da pessoa diante das narrativas dominantes. Através deles, é possível identificar concepções que orientam as ações das personagens, bem como os significados atribuídos a essas ações diante de cada contexto narrado.

A compreensão do processo de formação identitária a partir dessa perspectiva possibilita a exploração de dilemas clássicos das abordagens que trabalham com a noção de posicionamento: constância e mudança, especificidade e universalidade, agentividade e influência do mundo externo (Deppermann, 2013). Reitera-se que a identidade aqui não é entendida como estrutura, mas como posicionamento que emerge diante dos contextos em que o indivíduo opera.

Tais posicionamentos observáveis na narrativa e que operam situando a pessoa no processo de construção identitária não ocorrem de modo segmentado no discurso. Uma mesma frase pode carregar diferentes intencionalidades e significados para o narrador, a depender do contexto em que se narra, da plateia presente, das experiências anteriores e expectativas presentes. A narrativa e a construção identitária possível através dela são processos vivos, em constante construção diante das experiências da pessoa no mundo.

Propõe-se, então, em um contexto de pesquisa, que o olhar se volte não só às experiências prévias narradas, vistas como fotografias do que ocorreu, mais aos recursos e processos utilizados pelo indivíduo na narrativa para reelaborar as vivências passadas, definir ações presentes e voltar-se ao futuro. Assim, não se busca, nessa abordagem, delimitar qual é “a identidade” do indivíduo participante da pesquisa, mas as construções que emergem das suas vivências e das narrativas que constrói e implicam nas diversas formas que ele dá sentido ao mundo e como age diante dele.

3.4 Adolescências e Identidades

Ozella (2002) destaca que a psicologia pode nos auxiliar a compreender a adolescência na medida em que se afasta do adolescente hermético, que protagonizou por muito tempo os manuais de psicologia do desenvolvimento, e passa a considerar o adolescente concreto, real, imerso em uma realidade sócio-histórica, cuja adolescência “*é constituída como significado na cultura, na linguagem que permeia as relações sociais*” (Ozella, 2002, p. 21) e pode, a depender da sociedade em que se observe, nem existir enquanto elemento social e etapa diferenciada do

desenvolvimento. Em consonância com esta afirmação, muitos estudos têm abordado a adolescência a partir da perspectiva narrativista, que visa a compreender os fenômenos que permeiam a adolescência em contexto cultural sem afastar-se do processo de agentividade engendrado pelos adolescentes (Oliveira & Vieira, 2006; McLean & Pasupathi, 2010; Silva, 2003). Ou seja, buscam elucidar melhor os processos dialógicos que ocorrem entre o adolescente e o mundo, através das trocas simbólicas que são executadas.

Tal modo de abordar a adolescência mostra-se adequada ao estudo deste período que, em nossa sociedade, é marcado como um processo ao longo do qual a pessoa revive continuamente experiências passadas buscando compreender o fluxo de transformações do presente e elaborar as possibilidades vindouras com a idade adulta. Neste processo de elaboração, o adolescente organiza narrativas acerca de si “*as quais têm uma função de construir um mínimo de unidade e de propósito a suas próprias vidas e ao mundo*” (Vieira e Henriques, 2013, p. 145-146). Elas têm a capacidade de integrar diacronicamente os diferentes episódios e situações de vida vividas ao longo dos anos em histórias carregadas de sentido. Estes episódios aparecem ao longo da narrativa denotando a noção de continuidade inerente ao conceito de identidade.

A perspectiva apresentada neste estudo intenta, portanto, evidenciar a conexão entre narrativa, identidade e desenvolvimento humano. Para tanto, demonstrar o caráter temporal de continuidade e mudanças presentes nas narrativas torna-se crucial. Buscando aprofundar os conhecimentos sobre o aspecto temporal das narrativas, Negele & Habermas (2010) desenvolveram uma pesquisa longitudinal na qual pessoas eram convocadas a narrar suas biografias em dois momentos separados por quatro anos. Foi possível, através da pesquisa, averiguar as continuidades e descontinuidades apresentadas nas narrativas e levantar impressões sobre o processo narrativo dos indivíduos em diferentes faixas cronológicas. Constatou-se que os adolescentes frequentemente trazem, no processo narrativo, conteúdos relacionados a família, sexualidade e relação com os pares. Também verificaram que os adolescentes selecionam eventos que dialogam com os aspectos que, para eles, constituem sua identidade.

Conforme trazido anteriormente, a adolescência é território profícuo para que as tensões entre continuidades e mudanças, fenômenos mobilizadores da construção de si, se intensifiquem (Oliveira, 2006). Silva (2003) reafirma a importância da dinâmica entre continuidade e mudança na construção dos sentidos de si exercida pelos sujeitos. Para a autora, esse intercâmbio entre reconhecer-se único e o mesmo e perceber as mudanças que ocorrem ao longo da trajetória de vida é um falso paradoxo, pois as posições não se excluem, mas se

complementam. Como, então, se estabelece esse diálogo interno em cada adolescente institucionalizado?

Destaca-se aqui a emergência constante de eventos disruptivos do *self*, “*experiências que promovem uma quebra de continuidade e coerência do self e exigem do sujeito a ativação de mecanismos adicionais de reorganização de si, tingindo de cores mais vivas os processos identitários em curso*” (Oliveira, 2016, p. 433). São situações nas quais os indivíduos se deparam em novos enquadres e, a partir destes, atualizam suas significações de si e do mundo.

Apesar de, à primeira vista, estes fenômenos parecerem conflituosos, segundo Zittoun e Perret-Clermont (2009), os eventos disruptivos do *self* são oportunidades para o crescimento. Outrossim, estas experiências podem ser facilitadas quando o adolescente encontra suporte em elementos internos (ressignificações, reposicionamentos pessoais, dentre outros) e externos (agentes de referência e instituições) que o auxiliam nos processos de ajustamento da identidade e de reposicionamento social.

Nessa situação, a continuidade marcada pela história de cada adolescente institucionalizado se mantém coerente apesar das mudanças impulsionadas pelas dinâmicas institucionais. A pessoa mantém uma trajetória que reafirma suas significações de si, mas lida constantemente com a iminência de um rompimento, pois o abrigo é, supostamente, transitório. O adolescente abrigado é impulsionado a exercer o papel de adolescente alocado em família hospedeira, adolescente em processo de inserção em família substituta, adolescente em convivência familiar, dentre outros contextos que exigem a variação e quebra das continuidades.

Entende-se, portanto, que é fundamental contextualizar de qual adolescente falamos quando buscamos compreender a construção das identidades. Afinal, a institucionalização insere a pessoa em protocolos que transpassam sua vida e, apesar da fluidez e de pontuais permissividades, agem de modo majoritário na trajetória das adolescentes nessa condição.

Tratar da adolescência a partir da perspectiva narrativista expressa um diferencial no que tange à concepção deste período do desenvolvimento. Diferente dos paradigmas mencionados no início deste trabalho, a perspectiva narrativista não busca normatizar a adolescência com etapas e “sintomas” universais que, supostamente, existem independente da realidade social na qual este sujeito se encontra. Ademais tais perspectivas direcionam uma compreensão da adolescência como fase inacabada (Buckingham, 2008), na qual há um objetivo ao fim da trajetória: atingir uma identidade adulta, teoricamente mais estável e potente que as identidades anteriores. Esta concepção favorece a desvalorização da pessoa adolescente pois a posiciona na condição de *becoming* (vir-a-ser pessoa) e o distancia da condição de *being*

(indivíduo que é, em si próprio, pessoa). Através da perspectiva narrativista, buscamos localizar o adolescente como ser e como vir-a-ser, simultaneamente. O adolescente pode falar por si, retomar sua história e elaborar suas conexões e significados e, com isso, projetá-los para o futuro, reavaliá-lo e reformulá-lo agentivamente.

Uma segunda característica a ser pontuada a partir das diferentes formas de concepção da adolescência é o fator de crise que os estudos na área das ciências sociais, em especial, na psicologia e psicanálise têm atribuído à adolescência. Supõe-se a adolescência como uma fase “naturalmente patológica”, pois se destaca por sintomas negativos expressos nas trajetórias dos indivíduos nesta etapa. Costuma-se atribuir essa visão ao teórico Hall (1904), como precursor nos estudos sobre adolescência e seus percursos conturbados. Entretanto, como anteriormente foi destacado, ainda se associa a adolescência a aspectos subjetivos conflituosos e, conforme visto em Aberastury e Knobel (1992), procura-se situar a formação da identidade na adolescência a partir de processos que ocorrem neste território conflituoso. Conforme Buckingham (2008), esta noção negativa de adolescência também vigora nos estudos sociológicos, que frequentemente classificam os jovens como tendentes a se tornarem “problemas sociais” ou ocuparem a condição de “grupos vulneráveis”. Neste caso, esta condição se justifica a partir de explicações também de ordem social, como sendo diretamente afetadas por fatores socioeconômicos como pobreza e desigualdades sociais de diversas ordens.

A perspectiva narrativista, por outro lado, enfatiza o adolescente enquanto ser histórico-cultural. E estar nesta condição supõe uma imersão na linguagem e nos significados que são dialogados entre os atores de uma dada realidade social. Dessa forma, “a linguagem deixa de figurar como uma função cognitiva para constituir um meio para a ação, a ferramenta por excelência dos processos interdependentes de interação social e formação pessoal” (Oliveria, 2006, p. 429). Neste sentido, a pluralização das experiências psicossociais observada nas práticas adolescentes no contexto contemporâneo ocidental torna a adolescência um frutífero período para o desenvolvimento do *self*. As narrativas protagonizam como instrumento de organização autoepistêmica e auto-hermenêutica da experiência subjetiva e social do adolescente, que tem seu mundo expandido no que tange às relações sociais e possibilidades de protagonismo perante a sociedade.

Nesse sentido, Carbaugh (2001) chama atenção para a necessidade de compreender as significações de si diante das formas narrativas construídas pelos contextos sócio-culturais. Conforme citado anteriormente, os discursos que são culturalmente sustentados influenciam no modo como as pessoas vivenciam suas experiências no mundo. Assim, torna-se relevante compreender como cada contexto propicia construções identitárias particulares, sem com isso

pende para um determinismo, dada a noção de agentividade defendida e sustentada pela fundamentação teórica aqui adotada.

Ao longo deste texto, buscou-se trazer importantes linhas teóricas que procuram conceituar noções de self e identidade através da articulação entre indivíduo, sua ontologia, aspectos maturacionais e sua relação com a cultura e sociedade. Foi possível destacar correntes que focam um ou mais destes aspectos no intuito de elucidar o processo de construção identitária representado pela significação de si elaborada pelos indivíduos.

Dentre as teorias apresentadas, houve destaque para a perspectiva narrativa de construção do self e identidade. Esta corrente teórica compreende a pessoa como constituída na cultura através da troca simbólica executada com outros agentes sociais. A noção de linguagem torna-se fundamental, neste aspecto, pois é através desta que os indivíduos organizam suas representações e significações do mundo e de si mesmo, em forma de narrativas. A partir disso, a pessoa orienta suas ações e pensamentos, sempre exercendo um diálogo entre experiências passadas, presentes e perspectivas futuras.

A vivência social, suas emergências e descontinuidades opera, portanto, como terreno propício para a construção identitária. Toma-se, aqui, uma concepção de identidade não estanque, mas construída continuamente no diálogo entre o indivíduo e ele mesmo, entre ele e os outros e entre ele e a cultura. A adolescência, portanto, conforme se configura em nossa sociedade ocidental contemporânea, emerge como um período vasto de possibilidades para o desenvolvimento do self. É um período em que intensificam-se as vivências e as relações sociais, bem como os questionamentos acerca de si mesmo – reflexo das mudanças frequentes ocorridas nesta época.

A perspectiva narrativista adequa-se teórica e metodologicamente ao estudo das identidades na adolescência, pois busca compreender sua construção identitária diante do contexto cultural em que processos de trocas sociais e significações ocorrem continuamente. Entretanto, há aspectos que precisam ser mais explorados e aprofundados, a exemplo da vivência adolescente em contextos culturais diferenciados, de modo a particularizar os argumentos em relação a grupos específicos. Questiona-se, portanto, como ocorre a construção identitária de significação de si em adolescentes em situação de vulnerabilidade.

4 SOBRE A PESQUISA

4.1 Justificativa

A desinstitucionalização de adolescentes abrigados merece atenção, pois há falta de políticas públicas adequadas a assistir jovens que completaram 18 anos após passarem grande parte de sua vida em abrigos. Existência de estereótipos negativos, relações interpessoais e institucionais fragilizadas, dentre outros aspectos, podem contribuir com a formação de adolescentes sem preparação ou boa perspectiva de futuro pós-abrigamento. Portanto, é importante compreender como ocorre o processo de construção identitária de adolescentes que vivenciam a institucionalização, reconhecendo como tal processo pode impactar na trajetória de vida desses sujeitos. Ademais, salienta-se a importância da investigação de tal problemática de modo a identificar pontos a serem reforçados e a serem questionados dentro da proposta de acolhimento institucional. Por fim, este estudo busca promover um diálogo entre a perspectiva narrativista da psicologia e a pesquisa com adolescentes em situação de vulnerabilidade, o que pode contribuir com este campo acadêmico, aproximando o debate teórico elencado a novos contextos de investigação.

4.2 Problema de Pesquisa

Como ocorre o processo de construção narrativa da identidade em adolescentes em situação de acolhimento institucional e qual sua relação com a possibilidade de desinstitucionalização compulsória por maioridade?

4.3 Objetivos

4.3.1 Objetivo geral

Analisar o processo de construção narrativa das identidades de adolescentes em situação de abrigamento considerando seus posicionamentos diante da possibilidade de desinstitucionalização compulsória por maioridade.

4.3.2 Objetivos específicos

- Analisar como as adolescentes experienciam a situação de abrigamento, considerando seus posicionamentos perante si mesmas, apresentados nas narrativas;

- Explorar como as adolescentes experienciam a situação de abrigo, a partir do seu posicionamento diante dos outros atores da instituição (adolescentes e crianças, equipes, voluntários);
- Examinar como as adolescentes experienciam a situação de abrigo, considerando seus posicionamentos em relação aos discursos sociais dominantes e as instituições que envolvem esse processo (abrigo, escola, sistema de justiça);
- Identificar como o processo de construção identitária das adolescentes se relaciona com suas expectativas diante da possibilidade de desinstitucionalização compulsória por maioridade.

4.4 Métodos

4.4.1 Delineamento da pesquisa

Este é um estudo empírico qualitativo de caráter exploratório e de cunho idiográfico, cuja estratégia de investigação adotada é a pesquisa narrativa. O estudo idiográfico se caracteriza por reconhecer a unicidade dos casos individuais, mas buscar a sua generalização a partir do estudo sistemático (Valsiner, 2012). Os resultados produzidos são, então, contrastados com novos casos individuais, garantindo uma gradativa acumulação de conhecimentos acerca dos fenômenos estudados. Nessa perspectiva, as particularidades são vistas como fundamentais e não se contrapõem à construção de um saber geral.

A pesquisa narrativa, por sua vez, é um procedimento que apresenta diversas possibilidades, conforme a concepção teórica encara a narrativa. Conforme visto, a concepção de narrativa pode polarizar entre sua associação com um retrato do passado, ou focando no seu processo de produção de histórias (Bamberg, 2012a). Essas concepções se remetem à narrativa como um fenômeno predominantemente estancado a um fenômeno predominantemente dinâmico. No campo da psicologia, ambas as abordagens se respaldam na narrativa – seja ela vista como ato, ou como produção – como uma via de acesso à realidade psicológica daquele que narra (Paiva, 2008). Essa realidade, na abordagem adotada por este estudo, embora esteja ancorada em fatos do passado, é reconstruída conforme o narrador articula as memórias com situações presentes e prospecções futuras, utilizando recursos linguísticos que compõem a narrativa que ele deseja tecer.

4.4.2 Local e contexto de pesquisa

A pesquisa ocorreu em uma instituição de acolhimento não governamental sem fins lucrativos que se destina a acolher crianças e adolescentes com perfil para esta política.

A instituição possui duas unidades, sendo uma localizada em Simões Filho e uma localizada em Salvador. Essa segunda foi o local onde ocorreu a pesquisa de campo. Na unidade de Salvador, há, aproximadamente, 18 pessoas abrigadas, dentre crianças e adolescentes, sendo a maior parte meninas, foco da instituição.

A aproximação inicial do pesquisador com a instituição ocorreu no início de 2016, quando este iniciou um estágio curricular por intermédio da universidade em que estudava. Ao concluir a graduação, manteve-se acompanhando algumas crianças e adolescentes em caráter voluntário, dando continuidade ao vínculo iniciado no estágio. Há, portanto, grande proximidade com a política institucional e a dinâmica do local.

Devido à menor rotatividade entre as adolescentes, é mais fácil contabilizar este grupo. No período da pesquisa, este número variou. Atualmente há 3 meninas entre 13 e 15 anos de idade. As crianças e adolescentes acolhidas na instituição frequentam as aulas, em sua maioria, no turno matutino. O turno vespertino é reservado para a realização de tarefas escolares, encontros com profissionais voluntários e demais atividades. Foi nesse turno que se concentraram as entrevistas.

As adolescentes são acostumadas com o quantitativo de visitas, seja de voluntários, seja de órgãos fiscalizadores, e até estudantes e professores universitários em execução de projetos acadêmicos. Assim, a realização da pesquisa não destoou da dinâmica institucional.

É importante pontuar que, no ano de 2018, dois casos de adoção tardia ocorreram na instituição. Uma das adolescentes foi adotada aos 15 anos pela família hospedeira que a acompanhava. Essa adolescente havia chegado à instituição ainda na infância, junto com quatro irmãos, e teve sua adoção confirmada em audiência judicial no início de 2018. Cabe salientar que uma das irmãs dessa adolescente que passou pelo processo de adoção tardia permanece no abrigo e colaborou com esta pesquisa. Maiores contextualizações serão expressas na análise do caso.

A outra adolescente citada foi adotada aos 17 anos, e também foi institucionalizada ainda criança. Sua adoção foi confirmada no mês em que completaria 18 anos. Por ser a mais velha da instituição, essa adolescente ocupava um espaço de referência e respeito por parte das demais, apesar de aparentemente não gozar da posição de liderança. Apresentava maturidade e revelava uma postura responsável no abrigo.

Durante a realização desta pesquisa, a instituição estava passando por processos rotativos de entradas e saídas, institucionalizações e desinstitucionalizações. As adolescentes que cresceram no abrigo, apesar de estarem acostumadas com essa realidade, porém este contexto específico pode ter produzido expectativas maiores acerca das possibilidades de

desinstitucionalização. Vale salientar, então, que a adoção tardia, como relatado anteriormente, é um fenômeno raro, apesar de estimulado pelos órgãos judiciais.

4.4.3 Participantes

Inicialmente, participariam da pesquisa 3 adolescentes. Entretanto, com os processos de adoção que foram ocorrendo ao longo do ano, este número foi reduzido para 2, mediante permissão institucional e interesse das meninas. As adolescentes participantes tinham 14 e 15 anos e foram nomeadas conforme seus interesses profissionais: a Veterinária, e a Atriz. A aproximação ocorreu devido à inserção do pesquisador na instituição de acolhimento, conforme relatado anteriormente.

4.4.4 Instrumentos e materiais

4.4.4.1 Entrevista narrativa

Esta pesquisa adotou duas etapas no procedimento de coleta e produção de dados. A primeira etapa foi composta de uma entrevista narrativa, na qual as adolescentes foram estimuladas a narrar acerca da sua experiência de adolescente em situação de acolhimento institucional. Vale lembrar que a entrevista narrativa é um recurso valioso na pesquisa qualitativa, pois se configura como uma “ferramenta não estruturada, visando a profundidade, de aspectos específicos, a partir das quais emergem histórias de vida, tanto do entrevistado como as entrecruzadas no contexto situacional” (Muylaert, Sarubbi Jr, Gallo, Neto, & Reis, 2014). Para engatilhar a entrevista narrativa, é importante que o entrevistador exponha ao participante o tema a ser trabalhado de modo que o motive a iniciar a narração. No contexto desta pesquisa, foi lançada às adolescentes a seguinte questão disparadora no intuito de estimulá-las a narrar suas trajetórias: *Conte-me sobre suas memórias relacionadas ao abrigo se remetendo do dia em que você chegou até os dias atuais.*

4.4.1 Livro da Vida

Na segunda etapa do estudo, utilizou-se uma estratégia nomeada pelo pesquisador responsável como “Livro da Vida”. Essa estratégia metodológica consiste em solicitar que a adolescente retrate, nas páginas de um livro em branco, episódios, fatos sobre pessoas e sentimentos, dentre outras informações relevantes acerca da sua história, considerando o passado, o presente e as perspectivas futuras. O Livro da Vida foi adotado aqui como um recurso metodológico por já ter sido utilizado pelo pesquisador nos atendimentos individuais realizados

com outras adolescentes da mesma instituição. Sua utilização foi relevante no contexto de acompanhamento psicológico, proporcionando a emergência de narrativas importantes para o trabalho no abrigo. Devido ao êxito, buscou-se adequar tal instrumento ao contexto de pesquisa ora relatada.

Os conteúdos das páginas seguiram temáticas levantadas previamente a partir da entrevista narrativa previamente executada. Novos conteúdos puderam ser adicionados durante o processo, caso fosse interesse de ambas as partes.

As adolescentes foram estimuladas a ilustrar, colar e escrever acerca das temáticas que compunham cada página. Associado a isso, os conteúdos e os significados por elas evocados na construção do livro foram narrados e frequentemente indagados pelo pesquisador.

Foram realizados encontros a partir dos quais ocorreram entrevistas abertas contemplando os conteúdos presentes e desenvolvidos no “Livro da Vida”. As falas provenientes deste processo serviram para qualificar a entrevista inicial, trazendo mais informações e novas narrativas sobre os fatos expressos. Tais conteúdos foram tratados conforme método de análise aqui apresentado.

Os encontros foram individuais e ocorreram no interior do próprio abrigo. Vale ressaltar que não houve um número máximo de encontros estabelecido previamente. A duração de cada encontro ocorreu conforme a produção narrativa relacionada por cada adolescente a partir dos seus respectivos “livros da vida”. Os encontros foram devidamente gravados em áudio e posteriormente transcritos na íntegra, para fins de análise. No intuito de contextualizar a história de vida de cada adolescente, seus prontuários foram acessados e informações sobre o histórico familiar e de institucionalização foram coletadas.

4.4.5 Análise de dados

As falas gravadas foram interpretadas com base em um processo de análise narrativa. Há diferentes formas de executar tal análise. Autores como Bamberg & Georgakopoulou (2008), Bamberg (2005, 2012), Barrett & Stauffer (2009) refletem acerca da análise de narrativas e apresentam propostas concernentes a esta perspectiva. Os autores convergem ao atribuírem ao processo de investigação narrativa uma ferramenta importante para os estudos sobre identidade. Através da análise narrativa, o pesquisador se aproxima dos sentidos de si elaborados pelos participantes em interação com si mesmos, com o outro e com a cultura (Moutinho, & Conti, 2016).

O modelo de análise narrativa a ser explicitado parte da abordagem explorada por Bamberg em seus estudos (1997, 2012b). Destaca-se que, para Bamberg (2012b), a narrativa é mais que um texto, mas uma prática. Ao estudar narrativas, é preciso destacar conteúdos textuais, gestos, silêncios e demais aspectos que auxiliem a contextualizar o conteúdo narrado. As narrativas evidenciam trajetórias que transitam entre passado e presente, dialogando com intencionalidades e expectativas futuras.

Segundo o autor, ao conceber a narrativa como contexto de análise, ela apresenta-se em duas dimensões: a) a dimensão da experiência, na qual o indivíduo relata através do processo narrativo as experiências que viveu; e b) a dimensão dos meios e ferramentas utilizadas pelo indivíduo para dar sentido à narrativa. O primeiro refere-se ao já citado processo de análise de narrativa (*research with narrative*), e o segundo refere-se ao processo de análise narrativa (*research on narrative*). É possível, portanto, que o pesquisador foque seu trabalho analítico priorizando uma das dimensões, a partir do que se encaixa melhor à sua pesquisa. Bamberg (2012b), entretanto, sinaliza que esta segmentação é didática e que ambas as dimensões acabam sendo abarcadas durante uma pesquisa que adota a narrativa.

Uma questão fundamental ao se realizar uma análise narrativa neste modelo é identificar os posicionamentos. Bamberg (2012a, 2012b) explana que a partir da narrativa é possível perceber como o indivíduo se posiciona e, desta forma, abre-se espaço para identificar questões relevantes acerca da agentividade deste indivíduo, ou seja, sua forma ativa de ser-no-mundo e de interpretá-lo. Moutinho e Conti (2016) e Deppermann (2013) apresentam a concepção de posicionamento trazida por Bamberg, explicitando como o estudo destes posicionamentos opera durante o processo de análise narrativa. Compreende-se aí o objetivo central da análise narrativa, nesta perspectiva: compreender como o indivíduo interpreta a si mesmo e cria significados e – consequentemente – ações no mundo a partir destas interpretações.

Bamberg busca integrar uma proposta que compreende o indivíduo como “ser posicionado” (na qual o a direção mundo-sujeito predomina, sendo o sujeito menos ativo no processo) e uma proposta que versa sobre o indivíduo que “posiciona a si mesmo” (na qual a direção predominante é a sujeito-mundo, sendo este mais ativo no processo). “A posição, nesse entendimento, é defendida como uma construção de sentidos na qual o narrador assume um lugar moral” (Moutinho & Conti, 2016, p. 2), no qual entra em jogo a agentividade da pessoa. Conforme relatado, a pessoa varia seus posicionamentos considerando três instâncias: a) a posição que o indivíduo ocupa perante ele mesmo durante a narrativa (*Eu-Eu*); b) a posição em que o indivíduo ocupa entre os outros personagens da narrativa (*Eu-Outro*); e c) a posição em que o indivíduo ocupa entre ele e o discurso dominante no qual se insere (*eu-narrativa*

dominante). Nesse último caso, a identificação do discurso dominante depende do foco da investigação, embora este foco não impeça o narrador de posicionar-se em relação a outros discursos. Neste estudo, o discurso dominante elencado para contraste é o discurso jurídico sobre a infância e adolescência proposto pelo ECA. Esse público é tomado como prioritário para as políticas públicas e cabe ao Estado, à família e à sociedade a sua proteção e garantia de direitos. Demais aspectos sobre essa narrativa dominante serão apresentados ao longo das discussões.

Essas posições se apresentam de múltiplas formas ao longo da narrativa, não assumindo um caráter estanque ou sempre explicitamente delimitado. A análise destes posicionamentos torna possível compreender melhor como o indivíduo que narra concebe sua participação na cultura e como opera diante desta. Daí a relevância dessa modalidade de análise em estudos que abordam a questão da identidade. Compreender a narrativa como um processo de construção constante de posicionamentos e não a restringindo a uma verdade sobre o passado permite a análise dos dados aqui produzidos através da perspectiva teórica adotada.

Cabe pontuar que Bamberg e colaboradores (Bamberg, 1997, 2007, 2010; Bamberg & Georgakopoulou, 2008; Korobov & Bamberg, 2006) têm voltado suas análises às chamadas “pequenas histórias”. Tais histórias são produzidas nos diálogos cotidianos e casuais, não aparecendo como respostas expressas a perguntas que demandam narrativas extensas. Bamberg (2007, 2010) advoga a favor da relevância das pequenas histórias para a compreensão dos posicionamentos diante da narração. Entretanto, esta pesquisa se vale das chamadas “grandes histórias” que, segundo Freeman (2010), apresentam semelhante capacidade de acesso ao processo de construção identitária, por dar espaço ao processo reflexivo dos sujeitos que, ao serem inquiridos, remontam a memórias pessoais e autobiográficas que endossam a narrativa. O estudo das grandes narrativas pode ser preterido quando o interesse do pesquisador se volta a fenômenos que dificilmente serão debatidos em situações cotidianas, por apresentarem uma representação subjetiva negativa, ou serem tabus em uma dada comunidade, por exemplo.

Neste contexto de pesquisa, o debate sobre desinstitucionalização – em especial, a compulsória por maioria – é uma atitude que, apesar de fazer parte do cotidiano institucional, ainda é permeado por conteúdos subjetivos que geram hesitação e dificilmente emergiria em situações corriqueiras. Deste modo, corrobora-se aqui com a perspectiva de Moutinho (2010) que apresenta a fragmentação de grandes histórias em unidades menores com sentido. Esses fragmentos, aqui nomeados *excertos*, operam como pequenas histórias com enredo próprio que compõem a narrativa maior. Mantém-se, entretanto, a concepção de

narrativa adotada pela perspectiva de Bamberg aqui pontuada, sendo tratada como um ato de produção constante e não como uma representação literal do passado.

Moutinho e Conti (2016) apresentam um grupo de indicadores analíticos que lastreiam a análise narrativa. Esses indicadores são utilizados para guiar o pesquisador no processo de análise, pois a identificação desses elementos corrobora a identificação dos aspectos de coesão do texto e permitem o seu encaixe à proposta teórica adotada. São estes: personagem (os agentes presentes na narrativa), atividade (as ações executadas), recursos explicativos (justificativas de ações e qualidades atribuídas pelo narrador), qualificadores e contexto (tempos e espaços que emergem na narrativa). As autoras abrem espaço para que outros indicadores surjam, caso a pesquisa exija.

Sugere-se que o pesquisador identifique esses indicadores ao longo da narrativa, tornando lúcido o modo como eles emergem em quaisquer dimensões de posicionamento que o indivíduo esteja executando. O pesquisador pode optar por organizar os dados em tabelas, separando-as por tema abordado, contexto narrado, personagens, posicionamentos ou quaisquer categorias relevantes para a pesquisa. Cabe ao pesquisador, nesse processo, identificar tensões, lacunas e contradições que surjam ao longo da narração.

O estudo das identidades a partir dessa teoria possibilita ao pesquisador explorar dilemas clássicos das abordagens que trabalham com a noção de posicionamento: constância e mudança, especificidade e universalidade, agentividade e influência do mundo externo (Deppermann, 2013). A identidade aqui não é entendida como estrutura, mas como posicionamento que emerge diante dos contextos em que o indivíduo opera. Em contrapartida, a instituição possui acompanhamento psicológico para as adolescentes em situação de abrigo e, caso necessário, será possível fortalecer esse acolhimento.

4.5 Aspectos Éticos

Esta pesquisa considera as determinações da Resolução Nº 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, que versa sobre pesquisa com seres humanos. Serão cumpridos todos os itens do Termo de Consentimento Livre Esclarecido. A participação foi voluntária, sendo garantido o anonimato das entrevistadas. A aprovação na Plataforma Brasil pode ser localizada através do Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) de número 86406618.8.0000.5686, com parecer favorável número 2.607.612.

Considerando a proposta de adentrar nas histórias das participantes através de suas narrativas, é possível destacar que os riscos desta pesquisa são concernentes à possibilidade de,

no processo de investigação, serem tratados conteúdos que abalem psiquicamente as entrevistadas. Em contrapartida, a instituição possui acompanhamento psicológico para as abrigadas e, caso necessário, será possível fortalecer este acolhimento.

Os resultados desta pesquisa poderão servir de base para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes para as egressas desta e de outras instituições. Em nível individual, o ato de narrar e dialogar acerca da sua biografia e suas perspectivas pode ser, por si só, um estímulo para o crescimento das adolescentes. Isto, porventura, refletirá no modo em que elas pensam a desinstitucionalização e poderão arquitetar melhor propostas para esse momento.

5 ANÁLISE DOS CASOS: A VETERINÁRIA E A ATRIZ

5.1 Caso 1: A Veterinária

A veterinária é uma adolescente de 14 anos que se encontra institucionalizada desde que era recém-nascida. Sua chegada na instituição ocorreu de um modo que atualmente é pouco comum, mas que remonta o histórico do abandono de crianças no Brasil. Ela foi deixada na porta do abrigo e acolhida pelas trabalhadoras e, em especial, pela diretora da instituição.

Essa situação não era incomum em sua família. Conforme consta nos registros institucionais, pelo menos três irmãs da mesma família foram institucionalizadas em tempos distintos. Além da Veterinária, uma irmã mais velha já havia sido acolhida e evadido da instituição. Mais recentemente, sua irmã mais nova, também acolhida, foi inserida em família substituta aos 3 anos de idade.

O tempo entre a institucionalização das irmãs demonstra um padrão que se manteve na família da Veterinária em não conseguir manter seus filhos conforme prezam as normativas do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGD). Evidencia-se, com isso, uma falta de atuação do Estado na direção de inserir essa família em uma vivência comunitária e econômica pertinente, sem que haja violações e privações de direitos e, por conseguinte, que propicie um preparo e autonomia para o cuidado com os filhos.

A Veterinária, entretanto, não seguiu o comportamento da irmã mais velha, tendo optado por permanecer na instituição. Essa permanência é fortemente marcada por seu vínculo com a diretora da instituição, apelidada carinhosamente de “Mamãe” pelas crianças e adolescentes institucionalizadas e alguns trabalhadores do abrigo. Importante destacar que a família biológica da Veterinária reside próximo à instituição de acolhimento, no mesmo bairro, o que propicia encontros casuais entre a adolescente e alguns familiares pelas ruas.

Sua convivência com as crianças e adolescentes da instituição não é marcada por conflitos graves, não havendo registros de situações que demandassem a interferência dos órgãos de justiça e conselho tutelar. Uma das principais preocupações relatadas pela coordenação da instituição é a dificuldade apresentada pela Veterinária acerca da sua escolarização. Ela possui alta defasagem idade-série, estando atualmente no 6º ano do ensino fundamental, tendo repetido esta mesma série por três vezes. Esse histórico de fracasso escolar levou profissionais que passaram pela instituição a realizar avaliações psicológicas com a adolescente, no intuito de compreender a origem de sua dificuldade. Em um dos laudos existentes, há o diagnóstico de discalculia e dislexia. Esses diagnósticos têm servido de

justificativa à gestão da instituição, que vê como explicada a dificuldade da adolescente no processo ensino-aprendizagem.

Reitera-se que tal diagnóstico não veio acompanhado de um trabalho crítico que buscasse compreender a fundo os aspectos relacionais presentes na dinâmica escolar que a adolescente vivencia. Tampouco levaram em consideração a vivência de institucionalização prolongada e seus possíveis efeitos nos diversos âmbitos da vida da adolescente. Entretanto, é importante destacar tal característica, pois esse diagnóstico, de certo modo, subsidia uma visão institucional de incapacidade acerca da adolescente em sua construção escolar.

A Veterinária, atualmente, não se encontra em programas de apadrinhamento. Entretanto, devido à sua idade, a 1ª Vara da Infância e da Juventude da comarca de Salvador a inseriu em um processo de busca ativa. No processo de busca ativa, uma equipe especializada entrevistou a adolescente destacando características da família que ela gostaria de se inserir. Assim, o sistema de justiça procura no cadastro de famílias habilitadas para adoção alguma família que se encaixe nos critérios apontados pela adolescente.

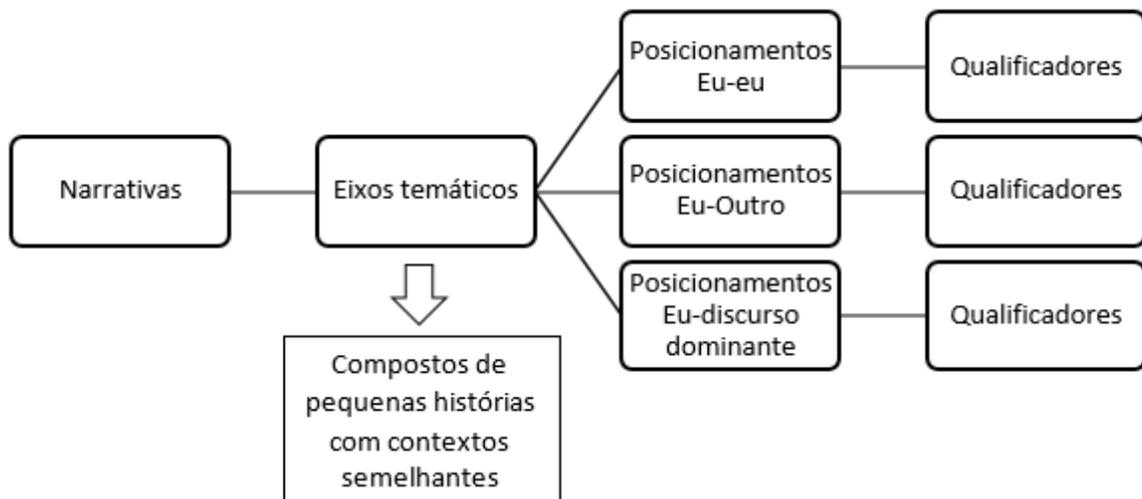
Realizada a breve contextualização acerca da trajetória institucional da Veterinária, segue a análise e discussão do caso a partir do delineamento metodológico deste estudo. Foram realizadas três entrevistas com a adolescente. A primeira foi uma entrevista narrativa, disparada através da seguinte consigna: *Conte-me sobre suas memórias relacionadas ao abrigo se remetendo do dia em que você chegou até os dias atuais*. Essa entrevista durou 34:23 minutos. A partir do conteúdo dessa entrevista, foram levantados pontos para compor o Livro da Vida a ser construído pela adolescente. Cada ponto originou uma página do livro, que foi completada com desenhos e textos feitos pela adolescente. Para fins de análise, cada página do livro constituiu-se em um Eixo Temático (ET). Durante a construção do livro, foi realizada uma entrevista aberta com a adolescente acerca da sua produção, com duração de 14 minutos. Após a finalização do material, uma última entrevista aberta sobre o livro foi realizada, com duração de 18 minutos.

Após transcrição integral das entrevistas, separou-se os eixos temáticos no intuito de analisar seus posicionamentos em cada um. Essa separação propiciou uma visão mais detalhada acerca dos conteúdos expressos nas entrevistas. Em cada Eixo Temático foram destacadas pequenas histórias compostas por excertos das narrativas da adolescente ao longo das entrevistas. As pequenas histórias revelavam posicionamentos exercidos pela adolescente nas três dimensões apontadas pela perspectiva narrativista de Bamberg e colaboradores, já destacada anteriormente (Bamberg, 1997; Bamberg & Georgakopoulou, 2008; Deppermann, 2013): *Eu-Eu, Eu-Outro, Eu-Discurso dominante*.

O último passo para caracterizar os posicionamentos da adolescente diante das narrativas foi eleger qualificadores que se referiam aos aspectos que emergiam em cada pequena história. Moutinho (2010) destaca que os qualificadores representam as adjetivações atribuídas aos personagens das narrativas e podem ser construídos a partir de adjetivos que expressam características explicitamente, ou aparecer de modo implícito a partir de recursos narrativos utilizados pelo narrador. Segue representação gráfica do processo de construção analítica do caso (Figura 2).

Figura 2

Representação dos elementos abordados no processo analítico realizado



A partir da entrevista narrativa com a Veterinária, foram construídos 11 eixos temáticos: ET 1 - Chegada no abrigo; ET 2 - Creche; ET 3 - Escola; ET 4 - Família; ET 5 - Casa de Mãe; ET 6 - Abrigo antes X Abrigo depois; ET 7 - Animais; ET 8 - Família hospedeira; ET 9 - Profissão; ET 10 - Futuro feliz; ET 11 - Saída do abrigo. Após reiterada leitura das entrevistas brutas e dos eixos temáticos elaborados, foram destacados 26 qualificadores ao todo. Os qualificadores permitem ao pesquisador traçar a construção narrativa que a adolescente faz de si, tendo como referencial ela mesma, as demais personagens que emergem ao longo das narrativas e o discurso dominante, nesse caso, o discurso jurídico sobre a infância e adolescência.

Cada nível de posicionamento será destacado individualmente, trazendo elementos de todos os ET construídos, buscando traçar uma unidade acerca da construção narrativa da identidade da adolescente.

5.1.2 Posicionamento *Eu-Eu*

A análise do posicionamento *Eu-Eu* corresponde ao que, para Bamberg (2005), representa a aproximação mais direta da resposta à “questão quem sou eu?”, pois nesse nível fica mais explícito o diálogo que o narrador costura no intuito de construir sua identidade perante aquele com quem fala. Deppermann (2013) afirma que esse nível se configura a partir das características atribuídas pelo narrador a si mesmo ao longo da narração.

No caso da Veterinária, foram destacados 14 qualificadores que despontaram ao longo da análise, caracterizando seu posicionamento perante si mesma na narrativa. É importante destacar que alguns dos qualificadores se repetem em diferentes eixos temáticos (Tabela 2). A identificação desse posicionamento foi orientada a partir dos momentos em que, explicitamente, a adolescente falava ou refletia sobre si mesma, utilizando verbos e pronomes na primeira pessoa. Esse posicionamento também pôde ser destacado em excertos em que a adolescente falava de si utilizando outros recursos linguísticos para lançar uma fala generalizada, que em essência reforça uma ideia pessoal.

Tabela 2

Listagem dos qualificadores por Eixo Temático, no nível de posicionamento *Eu-Eu* – Caso 1: A Veterinária

Qualificador	Eixo Temático
Vulnerabilidade	ET 1 – Chegada no abrigo
Desmemória	
Auxílio	ET 4 – Família
Não-família	
Afeto	
Cuidado	ET 5 – Casa de Mamãe
Ambiguidade	
Transição	ET 6 – Abrigo antes X Abrigo depois
Paixão pelos animais	ET 7 – Animais
Projeto de vida	
Poder de decisão	ET 8 – Família Hospedeira
Interessante	
“Besta”	
Paixão pelos animais	ET 9 – Profissão
Projeto de vida	
Projeto de vida	ET 10 – Futuro Feliz

A Veterinária inicia sua narrativa falando da chegada na instituição. Essa chegada, conforme foi relatado, é marcada pelo abandono, porém tal traço não é destacado diretamente de imediato. Por diversas vezes, a Veterinária destaca que chegou bebê, dando ênfase a dois aspectos principais desse fato. Em primeiro lugar, por ter chegado bebê, ela não se recorda de como foi sua chegada na instituição, e traz explicitamente essa incapacidade em lembrar como foi esse processo, o que responde a uma suposta curiosidade do pesquisador em saber como ela chegou na instituição e, ao mesmo tempo, a priva de entrar em mais detalhes sobre esse momento. Emerge, aí, o qualificador *desmemória*, que ocupa um papel de reforçar o qualificador destacado a seguir, o de *vulnerabilidade*. Destaca-se que, embora a Veterinária diga que não se recorda da sua chegada, ela acaba trazendo alguns fatos que diz ter ouvido de outras pessoas acerca dos seus primeiros momentos na instituição.

Em segundo lugar, chegar na condição de bebê é associado à *vulnerabilidade* em que a Veterinária se encontrava naquele período. Essa *vulnerabilidade* surge anteriormente ao abrigamento, já que, segundo ela, ao chegar ela estava com assaduras.

V: Eu tava toda assada.
(Excerto 4, ET 1)

Construir-se como alguém vulnerável na sua chegada possivelmente delimita o entendimento acerca da situação de negligência que a adolescente se encontrava antes da institucionalização. Ela identifica tal situação e destaca que, se tivesse permanecido com sua família, não teria sobrevivido. Essa construção, por sua vez, se relaciona com o modo como a Veterinária encara a institucionalização, pois se referindo à vulnerabilidade que possuía, quando chegou na instituição, ela reafirma que o abrigo foi um bom lugar para ela.

V: Por que eu sou bem tratada. Lá não. Eu já estaria morta.
(Excerto 4, ET 1)

O processo de institucionalização é marcado pela separação da adolescente do contexto familiar. Entretanto, a família biológica emerge nas narrativas da Veterinária, ocupando distintas posições. Ao falar da família, a adolescente expressa-se trazendo perspectivas de não vinculação até perspectivas de desejo de apoio. Foram formulados, aqui, três qualificadores que

abarcam o posicionamento *Eu-Eu* da Veterinária no Eixo Temático correspondente à família: auxílio; não-família; e afeto.

O qualificador de maior presença na narrativa da Veterinária é o de afeto. Ele aparece nos momentos em que a adolescente se refere como alguém que gosta dos familiares, ou sente sua falta. Ela utiliza verbos como “gostar”, ou expressões que dizem que ela queria ficar junto à família. Explicita que teve um dia feliz quando conheceu os familiares, apesar da ocasião ter sido ruim: o enterro do seu irmão.

P: E você conheceu alguém da sua família biológica?

V: Irmão, padrasto, mãe, irmãos, pai... não. Irmãos, mãe e padrasto.

P: E conheceu como?

V: Vó, tios. Que no dia do enterro do meu irmão, no dia da missa do sétimo dia eu fui. A missa foi aqui (aponta indicando a igreja que tem na rua). Eu tava indo pra escola, queria ficar.

P: Aqui?

V: Não, na escola. Ô, escola o quê... Na igreja. Ficar com meus familiares. Primeira vez que conheci minha vó, meus tios. Aí eu fui, rezei um pouquinho com meu irmão. Eu gostava dele muito.

P: Era mais velho?

V: Tem 17 anos. Ele morreu. Aí eu fui, conheci minha avó. Esse dia foi muito feliz pra mim.

(Excerto 10, ET 4)

O qualificador *auxílio* emerge em complementaridade ao *afeto*. A Veterinária destaca o seu interesse em ajudar os outros, em especial a sua família biológica. Tal qualificador também é reafirmado quando a Veterinária expõe que, quando for adulta, irá adotar uma criança. Embora não haja maior explanação sobre esse fato, a adolescente constrói-se, nesse processo, como alguém que se importa com os outros e busca ser alguém que colabora. Essa definição toma corpo ao longo das narrativas, transpassando seu projeto de vida e a escolha da sua profissão.

V: Ajudar. Ajudar. E ser feliz, né, também. é o que eu penso. Ajudar minha família, ajudar os outros. Os próximos, os necessitados. Eu quero ajudar é, quando eu crescer, vou ser veterinária. Eu amo bicho.

(Excerto 10, ET 4)

Apesar da formulação de qualificadores positivos acerca de si, em relação ao Eixo Temático referente à família, a Veterinária apresenta uma ambiguidade em sua fala ao afirmar-

se como alguém que não possui família. Emerge, então, o qualificador *não-família* que a orienta nesse aspecto. Após ser indagada acerca do desenho que realizou no Livro da Vida, a adolescente traz o seguinte relato:

V: (*Desenhei*) *A que eu vou ter. Eu não tenho família.*

P: *Você acha que não tem família?*

V: *Eu tenho tios. Daqui.*

(Excerto 11, ET 4)

A adolescente, nessa ocasião, levanta o questionamento acerca do que considera ser família. O desenho que ela realizou na página correspondente ao Eixo Temático *família* não se refere à família que ela tem, pois ela compreende-se como alguém que não possui família. As pessoas que trabalham na instituição ocupam, nesse caso, o papel de “tios”, sendo entendidos como familiares de consideração. A situação de abrigamento, por si só, pode ser motivo relacionado a esse posicionamento. Judicialmente, quando uma criança ou adolescente é identificada como alguém cuja reinserção familiar não é mais possível, o juiz responsável opta por destituir o poder familiar, delegando ao Estado a tutela pelo sujeito e o disponibilizando para o cadastro de adoção. Não ter família, nesse caso, é o que permite que a Veterinária possa ser adotada e não sair da instituição aos dezoito anos de modo compulsório. Assim, compreende-se a função da afirmação da adolescente como alguém sem família e sua construção ao longo da narrativa em contraste com os excertos da narrativa relacionados ao afeto que sente pelos familiares biológicos.

Levando em consideração a dimensão espaço-temporal, observa-se que as narrativas que englobam esse Eixo Temático ocorrem referentes ao passado (fala das irmãs, quando tinha convivência; se remete ao enterro do irmão), ao presente (adolescente fala quem é a sua família, atualmente) e ao futuro. Esse último tempo se refere à possibilidade de ela adotar uma criança quando estiver adulta, sendo ela a pessoa que vai proporcionar uma família a uma criança que não tem.

Ao expandir o debate sobre família, surge a o Eixo Temático *família hospedeira*. Família Hospedeira é um programa de apadrinhamento executado na comarca de Salvador através do qual adolescentes e crianças com longo tempo de institucionalização, prioritariamente, são inseridos temporariamente em famílias com quem convivem nos finais de semana e feriado. As famílias habilitadas para compor o quadro de famílias hospedeiras no município não necessariamente almejam a adoção, embora esse desejo possa emergir a partir da convivência e dos vínculos firmados.

Ao falar sobre família hospedeira, a Veterinária traz narrativas referentes ao passado, quando relata as várias famílias com quem conviveu. Foca, entretanto, na ocasião mais recente, ocorrida no final de 2017. Ela fala do presente ao avaliar que não obteve sucesso com o comportamento que estabelecia com as famílias hospedeiras e informa que pretende adotar outra estratégia para facilitar uma adoção a partir do programa. Isso também manifesta aspectos do tempo futuro apreciado pela Veterinária, pois se configura no planejamento da adolescente em não permanecer no abrigo até os 18 anos.

Os qualificadores que emergem desse diálogo se referem a como a Veterinária constrói seu sentido de si diante do processo de convivência com famílias hospedeiras. O primeiro qualificador ressalta a concepção da adolescente como uma pessoa interessante. A adolescente utiliza os adjetivos “gente boa” e “legal” para qualificar-se como *interessante* e, por conseguinte, como alguém que possivelmente despertaria o desejo das famílias em tê-la em convivência através dos programas de apadrinhamento. Em outro momento, a Veterinária revela que é a adolescente que mais teve famílias hospedeiras dentre as demais. Essa informação é relatada com orgulho, reafirmando seu status de pessoa interessante.

P: E em relação às famílias hospedeiras, você já teve alguma?

V: Oxe, várias.

P: Mais de dez?

V: Eu fui a que tinha mais aqui.

(Excerto 26, ET 8)

O qualificador *poder de decisão* corresponde aos trechos da narrativa em que a adolescente se define como alguém com poder decisório acerca das questões que envolvem sua vida no abrigo, em especial, a escolha da permanência em uma família hospedeira – possível família substituta.

V: Eu fui para uma, não gostei, veio outra pessoa pedir, aí eu fui...

[...]

V: Vê meu perfil, de onde eu sou, a idade que eu... aí vai ver se eu quero. Aí eu vou pra lá. Ver se eu quero ou não.

[...]

V: É. Se eu quiser. Aí às vezes eu vou. Vejo se acho gente boa. Às vezes eu não gosto, desisto de ir e volto.

(Excerto 27, ET 8)

Observa-se que esse movimento ocorre de duas formas: a) a família habilitada solicita ser a família hospedeira da adolescente; ou b) a adolescente indica seu interesse específico em

um processo de busca ativa. Em ambos os casos, a decisão da adolescente se sobrepõe, e a Veterinária goza dessa posição.

V: Eu já fui no juizado. Que eles me chamaram e perguntou. Aí eu falei que queria. Aí me deram um desenho lá pra escrever. A família que eu queria ter. Aí eu fiz.

(Excerto 27, ET 8)

Entretanto, se por um lado o poder de decisão emerge como um qualificador positivo, sendo demarcador de um protagonismo da adolescente nos processos relativos à desinstitucionalização, este toma um teor negativo quando sua utilização não é feita satisfatoriamente. Posteriormente, a adolescente avalia que seu comportamento tem relação com o fato de não ter sido adotada ao longo do tempo, tomando para si a culpa pela institucionalização prolongada. O qualificador “*besta*” organiza os adjetivos e locuções adjetivas que usa para descrever-se por ter optado por não ficar com nenhuma família hospedeira até então. Se por um lado ela classifica-se “*besta*”, por outro, ela elabora uma justificativa para essa posição: estar acostumada com a instituição, já que foi institucionalizada ainda bebê.

V: Que eu era muito besta. Eu me acho besta.

P: Por quê?

V: Porque não fui.

P: Nas outras vezes?

V: É.

P: E por que você acha que você escolheu não ir?

V: Porque eu sou mais aqui. Eu moro aqui desde bebê. Aí sabe, né?

(Excerto 27, ET 8)

Siqueira e Dell'Aglio (2016) destacam que a institucionalização prolongada pode acarretar em efeitos sobre a capacidade de sociabilidade e de manter vínculos afetivos. Cavalcante, Magalhães e Pontes (2007) apresentam estudos que relacionam a institucionalização precoce e prolongada a danos desenvolvimentais, em especial por conta de intercorrências nas relações de apego que a criança desenvolve com a família durante os primeiros meses de vida. Entretanto, ambos os estudos apontam para o fato de que as condições ambientais proporcionadas pela instituição de acolhimento podem reduzir os riscos provenientes do processo de institucionalização.

Nota-se que a adolescente, ainda que sem um crivo científico, associa sua relação de institucionalização com a forma com que lida com processos do presente, como o de vincular-

se a uma família substituta, ainda que de modo temporário. Ela, entretanto, demonstra passar por um momento de transição no qual reavalia seu posicionamento e busca reconstruir-se de modo a oportunizar uma desinstitucionalização por via da adoção.

Constatou-se aqui que a análise do posicionamento *Eu-Eu* reitera a função autoepistêmica da narrativa (Oliveira, 2006; Wortham, 2000). Essa capacidade se refere à possibilidade de, ao longo da narrativa, a adolescente promover reflexões e atualizações sobre si. Quando a Veterinária afirma que foi *besta* e, por isso, perdeu oportunidades de ser inserida em alguma família substituta, ela traz uma visão sobre si mesma do passado que está composta de elementos do presente. Ela enxerga que foi *besta* porque, apesar de interessante, não soube se valer dessa qualidade. E, por compreender essa característica pessoal, agora pode se organizar e promover novos direcionamentos, traçando um futuro mais pertinente com o que almeja.

Outro ponto marcante na trajetória institucional da adolescente é sua percepção de mudança diante da passagem do tempo na instituição. Muitas mudanças ocorreram com relação ao abrigo, incluindo mudança de sede, alteração do seu público, troca de profissionais e entrada e saída de crianças e adolescentes. Por ter vivenciado diversos momentos na instituição, dado o seu longo período de institucionalização, a Veterinária destaca algumas transições pelas quais teve que passar para acompanhar o processo de mudança do abrigo. O qualificador *transição* emerge para tratar de como a adolescente percebe-se diante das alterações ao longo do tempo na instituição.

A adolescente destaca que, conforme cresce, tem suas responsabilidades alteradas e passa a contribuir com a instituição através da execução de pequenas tarefas. Em observação e diálogo com a Veterinária, nota-se que ela demonstra orgulho em ser a responsável por pentear os cabelos das crianças e assumindo esse papel de referência para as demais crianças.

Quando relata acerca do abrigo anteriormente, a Veterinária faz referência à maior quantidade de adolescentes. Em pouco tempo, muitas adolescentes foram desinstitucionalizadas por terem atingido a maioridade, casado ou por adoção. Com isso, seu contato com pares foi ficando mais restrito dentro do abrigo. O processo transitório para a adolescência ganha um papel no discurso da Veterinária. Ela apresenta uma fala supostamente encabulada acerca das mudanças que tem passado, jogando ao pesquisador a interpretação do que se alterou ao longo do tempo.

P: E você percebe que mudou alguma coisa quando você ficou adolescente?

V: Claro, né tio. Várias coisas. Você sabe.

(Excerto 17, ET 6)

Assumir responsabilidades durante a institucionalização tem sido tratado de modo positivo diante da importância da preparação da autonomia do adolescente para uma vivência fora da instituição. Segundo Figueiró (2012), a existência de experiências que estimulam o adolescente institucionalizado a assumir pequenas responsabilidades ainda em situação de abrigo influencia nesse processo preparatório. A veterinária percebe que suas responsabilidades na instituição vão se alterando conforme ela cresce, sem elencar embates diante disso.

Outro contexto relevante é o convívio da Veterinária com a senhora conhecida como Mamãe. Ao descrever as idas à casa de Mamãe, a Veterinária traz alguns destaques que iniciam seu posicionamento diante de como ela própria se enxerga perante o que pretende realizar em sua vida. Em uma das pequenas histórias contadas pela Veterinária, ela relata que encontrou um gato na rua e, embora não seja permitida a criação de animais na instituição, ela acabou o levando e cuidando escondido dele por alguns dias.

O qualificador *cuidado* foi construído a partir dos excertos das narrativas da adolescente que demonstram essa identificação de si como uma pessoa cuidadosa. Ao tratar dos animais, identificar-se como cuidadosa ganha um tom especial, já que é essa identificação que ancora seu desejo profissional em tornar-se veterinária.

Ao falar da casa de Mamãe, assunto que se tornou um eixo temático particular, a Veterinária relata que não gosta do lugar por não ter muito o que fazer. Entretanto, ao descobrir que a adolescente escondia um gato na instituição, Mamãe acabou pegando o animal e levando para sua casa. Esse comportamento surpreendeu a Veterinária e a orientou em uma posição de *ambiguidade*, pois apesar de não gostar de ir à casa de Mamãe, a presença do gato lá lhe despertava interesse e a fazia querer frequentar esse espaço.

V: Eu não gosto de ir pra lá, mas quando a gata foi, todo dia eu fui. "Deixa eu ir pra lá, Mamãe". E Mamãe: "Ah, você quer ir por causa da gata, né?". "Ah, Mamãe, deixa eu ir". Ela vai lá e deixa. Ai lá ela ficava comigo, ela cresceu e ficou grandona lá. Ai Mamãe botava na garagem lá, casão. Ração, comprava ração, leite, comprava comida lá.

(Excerto 13, ET 5)

Apesar da proibição de manter animais na instituição, a Veterinária relata que desenvolveu uma paixão pelos bichos. Seu contato com eles é sempre em espaços alternativos, como na rua, na casa de vizinhos ou nas casas de famílias que frequenta nos programas de apadrinhamento. Para ela, o convívio com os bichos – em especial, domésticos – é sempre instigante e lhe causa agrado. Isso é decisivo no seu comportamento como adolescente

abrigada, pois a presença de animais na casa de pretendentes para adoção ou de famílias cadastradas em programas de apadrinhamento sempre advoga positivamente para a sua inserção e aceitação. Em processo de busca ativa, ter animais na família foi um ponto explicitado pela Veterinária como condição para a sua tentativa de adoção.

V: Ah, desde pequena eu brinco com os cachorros na rua. Não aguento ver cachorro que fico doida. Eu vejo os cachorros de lá de cima até hoje. Aí disfarço, vou até a porta, devagarinho pra ninguém ver, aí brinco com eles.

(Excerto 31)

V: Mas eu não gosto só de cachorro não. Foi o que eu vi. Gosto de cachorro, de papagaio, de pássaro, de leão, de elefante, gosto de todo bicho.

(Excerto 32)

Alguns qualificadores emergem quando a adolescente traz à tona sua relação com os animais. O qualificador *cuidado*, anteriormente citado, se relaciona com o qualificador *paixão pelos animais*. Esses qualificadores são fundamentais, pois a adolescente os utiliza como balizadores do seu *projeto de vida*, delineado também como um qualificador. Ela constrói-se, na narrativa, uma adolescente que gosta dos animais, que deseja cuidar deles e que tem como objetivo trabalhar ajudando-os, na condição de veterinária. Eis a escolha do seu pseudônimo, na construção deste caso.

Ao ser indagada se retornaria ao abrigo para auxiliar de alguma forma, a Veterinária nega com veemência. Em seguida, se retrata dizendo que pode vir ajudar, mas não tem o desejo de trabalhar na instituição, pois quer ser veterinária, ter uma clínica e trabalhar no zoológico. Essa construção é bastante significativa pois parte das adolescentes que retornam à instituição após terem sido desinstitucionalizadas por maioria ocupam a posição de cuidadoras voluntariamente em troca de algum sustento. Falar do âmbito profissional e, em conjunto, debater a relação com o abrigo após a desinstitucionalização causou um desconforto que foi suprimido pelas sucessivas afirmativas de que a adolescente se enxerga como uma futura veterinária.

O qualificador *projeto de vida* reafirma o que tanto para Bamberg (2010, 2005) quanto para Bruner (2003) compõe uma das principais características da narrativa: a conexão entre passado e futuro. Para Bruner (1987), a narrativa autobiográfica possui a potência de organizar experiências e orientar não apenas a vida presente, conforme o narrador acessa suas memórias, mas promove um direcionamento à construção futura. No caso em questão, a Veterinária se

vale das experiências que retoma ao narrar para afirmar como se compreende como pessoa e reforçar o que deseja se tornar e o que não deseja reproduzir.

A saída da instituição é construída como um último Eixo Temático, na qual a adolescente deixa evidente como se posiciona diante desse processo. Os qualificadores anteriormente citados são basilares para a construção da identidade da adolescente como alguém que, apesar da vivência prolongada de institucionalização, apresenta características que a compõem como uma pessoa que tem potencial para ter um futuro feliz e autônomo fora do abrigo. A veterinária constrói-se como alguém cuidadosa, afetuosa, mas consciente dos embates que vivencia no contexto da institucionalização. Entretanto, ancorada no projeto profissional, ela reforça seu protagonismo diante da própria vida.

Ao narrar a saída desejada da instituição, a adolescente retoma o qualificador *ambiguidade*. Segundo ela, o abrigo não é um lugar feliz como deveria ser. Anteriormente, na narrativa, a adolescente revela o quando associa a instituição como um lugar de proteção, mas adota posicionamentos que levam a crer que estar institucionalizada de fato não é o que ela almeja.

P: Como é que você sabe... pensa na sua saída daqui?

V: É bom. Ter uma família legal. Ser feliz, porque aqui é ruim. Aqui é feliz, mas não do jeito que você quer.

(Excerto 37)

A *saída ideal*, último qualificador destacado no nível de posicionamento *Eu-Eu*, reúne traços dos aspectos apontados ao longo desta análise. Embora afirme gostar da instituição, a Veterinária não almeja vivenciar esse espaço de modo contínuo após a sua saída. Ela planeja ajudar a instituição, mas sem o estabelecimento de vínculo empregatício que demande uma longa aproximação com o lugar.

P: Como que você imagina que vai ser?

V: Bom... Seguir meu caminho, que aqui não vou seguir. Entendeu?

(Excerto 39)

Outro componente da *saída ideal* é o não desejo de ser desinstitucionalizadas compulsoriamente por maioria. Mais que isso, a adolescente revela que não sairá da instituição aos dezoito anos. Essa certeza pode ter relação com o contexto em que a instituição se encontra, apresentando grande número de adoções tardias em um único ano. Mas também é respaldada pelos posicionamentos já pontuados aqui, nos quais a adolescente se enxerga como

alguém interessante e protagonista nas decisões sobre sua vida institucional, tendo, portanto, parte do controle sobre seu destino como adolescente institucionalizada.

5.1.2 Posicionamento *Eu-Outro*

No caso da Veterinária, foram destacados 12 qualificadores que compõem o seu posicionamento *Eu-Outro* (Tabela 3). Os qualificadores foram organizados a partir das narrações nas quais a adolescente explicita sua relação com personagens presentes nas falas. Esses personagens abarcam um papel crucial, pois ao construí-los, a adolescente revela detalhes sobre si, trazendo aprovações e desaprovações e reforçando características pessoais em contraste com as ações dos outros.

Tabela 3

Listagem dos qualificadores por Eixo Temático, no nível de posicionamento *Eu-Outro* – Caso 1: A Veterinária

Qualificador	Eixo Temático
Proteção	ET 1 - Chegada no abrigo
Abandono	
Diversão	ET 2 - Creche
Desvio	ET 4 - Família
Indiferença	
Consideração	
Proteção	ET 5 - Casa de Mamãe
Afeto	
Ordem	
Diversão	ET 6 - Abrigo antes X Abrigo depois
Sem graça	
Reconhecimento	ET 7 - Animais
Afeto	
Poder de decisão	ET 8 - Família Hospedeira
Casamento	ET 11 - Saída do Abrigo

Destaca-se aqui as personagens mais relevantes ao longo das narrações. Posteriormente, caso necessário, essas personagens serão detalhadas individualmente. São trazidos como personagens, pessoas da família biológica da adolescente (mãe, irmão, avó, padrasto, irmãs), trabalhadores do abrigo e profissionais voluntários (psicólogo, coordenadora, diretora), colegas da própria instituição de acolhimento, da escola e da creche, membros das famílias hospedeiras

com quem conviveu, cachorros e gatos com quem teve contato e o próprio abrigo opera como personagem em algumas ocasiões.

Como visto, a Veterinária constrói-se na narrativa, ao tratar do momento da sua chegada na instituição, como alguém vulnerável. Ao inserir personagens no momento em que narra a sua chegada, duas se destacam: sua genitora e Mamãe, a diretora do abrigo.

A primeira, carrega a responsabilidade de tê-la deixado na instituição, tal qual fez com suas irmãs. Para a Veterinária, o comportamento da sua genitora revela o *abandono*, apresentado com cunho negativo, configurando um primeiro qualificador a ser mencionado nesse nível de posicionamento.

V: Eu não vim com o Conselho (Tutelar) não.

P: Não veio o quê?

V: Com o conselho, não. Minha mãe que me botou aqui na porta. Quando eu era pequena.

(Excerto 3, ET 1)

Como vimos, a condição de bebê representa uma vulnerabilidade para a adolescente, principalmente porque chegou debilitada na instituição. O abandono é tido como algo reproduzido pela genitora, pois ocorreu com suas irmãs de modo semelhante a ponto de ser referido como “normal” pela adolescente.

Ao ser questionada sobre o abandono, a adolescente, contraditoriamente, afirma que ter sido deixada na porta do abrigo foi “bom”. Ao longo da construção da narrativa, a adolescente reorganiza seu pensamento, ora trazendo o abandono como algo ruim, ora como bom, contrastando esse fato com os ganhos que teve ao ter sido abandonada na instituição em que reside.

Outra personagem relevante é Mamãe, que exerce uma função oposta à sua genitora. Ela, nesse caso, emerge como figura de *proteção*, um segundo qualificador construído a partir das narrativas. A Veterinária identifica-se como alguém protegida ao ser institucionalizada diante dos cuidados de Mamãe, que a acolheu e medicou. Isso surge posteriormente na narrativa, quando a adolescente diz que o abrigo é um espaço feliz e que não lhe falta nada. O caráter protetivo da institucionalização e o sentir-se protegida se materializa nas personagens que exercem essa proteção, como Mamãe e o personagem abrigo.

A figura de Mamãe como alguém que protege também emerge quando a adolescente relata o momento em que pegou um gato sem autorização e o manteve no abrigo. Porém, Mamãe descobriu e – em vez de obrigá-la a devolver o gato às ruas – cuidou do animal. Entretanto, Mamãe aparece, concomitantemente, como uma figura que representa a *ordem*, pois

define, nesse caso, a proibição de animais dentro do abrigo. Por outro lado, seu comportamento de cuidado se sobrepõe à ordem estabelecida, e ela não pune a adolescente por ter subvertido a norma institucional. Ancorada nessa personagem, a adolescente refere-se às características complementares da instituição: ser um lugar de cuidado, de proteção, mas, ao mesmo tempo, um ambiente que respeita as rotinas e as normas.

Ao tratar da sua família, o qualificador *indiferença* emerge possivelmente em complementaridade ao *abandono* relatado acima. Ela também aparenta operar como complementar ao qualificador *não-família*, trazido na análise de posicionamento *Eu-Eu*. A adolescente informa que ao passar pelos parentes nas ruas não se interessa em entrar em contato e estabelecer vínculos com eles, se restringindo a rápidos cumprimentos.

Outro qualificador relevante destacado nas narrativas acerca da família é o *desvio*. O qualificador *desvio* constitui-se na ocasião em que a adolescente fala da fuga das irmãs do abrigo. Revela que elas fugiram mais jovens e que hoje ambas possuem filhos. É um desvio que parte de uma responsabilidade e agentividade perante a própria vida. Entretanto, a Veterinária traz aspectos de si quando fala das irmãs. Ela reforça que não tomou a mesma decisão, e isso leva a crer que havia alguma motivação nessa escolha. Quando questionada, a adolescente hesita em responder o que achou da decisão das irmãs, mas concorda que no abrigo elas estariam mais protegidas. A decisão de não fugir da instituição, por si só, já é uma resposta à situação de desvio. Ademais, ao trazer o abrigo como um lugar de proteção e acolhimento, a adolescente ancora seu posicionamento de modo coerente com as decisões e planos que formula para si.

Por fim, o qualificador *consideração* opõe-se ao qualificador *não-família*. A adolescente se vê como alguém sem família, entretanto questiona sobre qual família se refere no diálogo. Ou seja, ela diz não ter família, mas elege pessoas que exercem o papel de família por *consideração*, o que a torna alguém com vínculos familiares, diferente da afirmação dada anteriormente. Para configurar-se como alguém pertencente à família, a adolescente acaba questionando o próprio modelo de família que permeia o diálogo com o pesquisador, afastando os laços biológicos como único demarcador da constituição familiar.

V: Família.

P: Mas que família. A que você vai ter, ou a que você tem?

V: A que eu vou ter. Eu não tenho família.

P: Você acha que não tem família?

V: Eu tenho tios. Daqui.

P: E as pessoas daqui que têm esse lugar de família para você?

V: Hã?

P: As pessoas daqui que ocupam esse lugar de família?

V: É, tá. Agora entendi.

P: É isso?

V: De consideração.

(Excerto 11, ET 4)

Pensar a construção identitária nesse contexto exige uma aproximação acerca da função exercida pelas relações familiares para adolescentes em situação peculiar, como o abrigo. Arpini e Quitana (2003) destacam que a construção identitária de adolescentes em situação de vulnerabilidade é frequentemente permeada pelo viés da desqualificação social, que os coloca em um lugar marginalizado da malha social, promovendo uma baixa autovalorização. A família, portanto, ocupa distintos papéis nesse processo. A família de origem, por exemplo, é vista como a culpada e promotora das vulnerabilidades que as adolescentes vivenciam. Já as possíveis famílias substitutas exercem uma função prospectiva de boa expectativa, sendo responsáveis por um possível rompimento do ciclo de vulnerabilidades.

Aqui observa-se a interação entre particularidade e pertencimento ao grupo, bem como à dinâmica da instituição. O contexto de abrigo estimula a adolescente a orientar-se na tarefa de se inserir em uma família substituta, porém cada uma precisa balizar sua particularidade e seus interesses individuais diante dessa proposta. Quando a Veterinária afirma que não foi adotada porque era muito “besta”, e que agora pretende rever seu comportamento no intuito de inserir-se em uma família, ela explicita o caráter de negociação entre a acomodação perante a situação de abrigada, que não lhe causa estranhamento, e a possibilidade de abdicar dessa posição para inserir-se em um grupo que lhe é estranho.

O papel dos pares emerge nas narrativas da Veterinária em geral de modo positivo. Na creche, o qualificador *diversão* representa a interação que a adolescente narra ter com seus colegas (alguns deles, também institucionalizados). Esse qualificador se expressa quando a adolescente contrasta as mudanças que o abrigo passou ao longo do tempo. Quando havia mais pessoas na sua faixa-etária residindo na instituição, era mais divertido permanecer naquele contexto. A adolescente revela que conforme foi crescendo e as pessoas com quem mantinha maior afinidade foram saindo da instituição – por maioria, transferências ou adoção – sua motivação em permanecer no abrigo se reduzia.

O abrigo passava de divertido a *sem graça*. Surge, nessa situação, um contraste entre o outro que era institucionalizado, do mesmo modo que a Veterinária, e agora não é mais. Isso acaba diferenciando sua posição perante as adolescentes que haviam sido adotadas e instiga a Veterinária a repensar seu lugar.

Conforme relatado na análise de posicionamento *Eu-Eu*, a adolescente reconhece-se como alguém que possui protagonismo na sua trajetória institucional, podendo decidir se aceita ou não seguir adiante com um processo de apadrinhamento ou adoção. Entretanto, o qualificador *poder de decisão* também ganha corpo quando a Veterinária fala acerca das Famílias Hospedeiras. Não basta ser uma pessoa interessante, a família teria que achá-la uma pessoa interessante. A adolescente apresenta elementos na fala que indicam compreensão sobre a necessidade de existência de vínculo prévio à convivência que permita o contato mais próximo com uma família na condição de Família Hospedeira ou de pretendente a adoção.

Foi sinalizado que todo o processo se inicia a partir de um interesse da família em adotar, em seguir os trâmites e em se mobilizar para levar uma adolescente ou criança para casa. Ou seja, seu protagonismo é restrito, já que a decisão sobre o encaminhamento dos processos de desinstitucionalização ou apadrinhamento são feitas de ambos os lados – família interessada e adolescente.

Outro aspecto relevante nesse nível de posicionamento e que também aparece na análise de posicionamento *Eu-Eu* é a construção que a adolescente faz de si como alguém cuidadosa e afetuosa com os animais. Ao analisar seus posicionamentos diante das personagens que emergem na narrativa, percebe-se que essa construção de si se mantém e se reforça. Alguns animais são referidos pela adolescente, e em todos os casos há menção ao afeto que se firma entre ela e eles. O qualificador *afeto* se estabelece reforçando uma noção que a adolescente mantém de si e que é significativa para a sua prospecção de vida, adotando a profissão de veterinária.

V: Tem uma vizinha que tem um salsicha. Amora. Ela se mija quando me vê. Se mija, vêi. O nome dela é amora. Ela fica feliz quando me vê. Brinco com ela, ela toda hora que abro a porta pra ver ela. Ela fica passeando aí e eu fico "AMORA". Aí ela vem logo aqui pra a porta.

(Excerto 19, ET 7)

V: Mamãe não assiste novela não, só gosta de (inaudível). Eu ficava lá. Aí hoje esse dono, Marcos que é o filho dela, ele agora tem um rottweiler.

P: Grande?

V: Grandão, meu fi, rabo deste tamanho. Gordinho. Pense que eu vi ele quando fui pra a igreja. Ele era pequenininho, tio. Pense num cachorro pequeno. Era tão fofo. Eu acho que ele tinha dois anos, não tinha nem dente e era grandão, já. Eu brincava com ele e ele ficava brincando, abriu os dentes.

(Excerto 20, ET 7)

V: Aí o nome dele era Raj. Tinha banzé, que era o poodle. Agora Raj, no dia que cheguei lá encantei com Raj. Raj pulou em mim, brincou comigo. O outro também, né. Aí eu passei Natal e Ano Novo na casa dessa tia.

(Excerto 20, ET 7)

V: Foi, pra fazer outra atividade lá. Ah, eu amo quando eu vou pra lá. Ela tem um coelho tão fofo, parece gato, véi. De tão grande, de tão fofo, é preto e amarelo. O nome dele é Paçoca. Ele se esconde, véi. Ele entra no buraco e não sai mais nunca quando tem gente lá. Eu vi ele quando era pequeno, Paçoca, agora já tá grande. Aí eu fui no petshop né, aí ela foi e passou lá no petshop e me levou pra mim ver. Aí eu vi a veterinária, entrei no banheiro dos cachorros.

(Excerto 23, ET 7)

O qualificador *reconhecimento* forma-se porque essa relação entre a adolescente e os animais é reverberada nas narrativas por outras personagens. São citadas, então, pessoas que reconhecem a sua vinculação com os bichos, reafirmando sua concepção de alguém que tem boa interação com os animais. Nesse caso, o reconhecimento parte dos moradores do condomínio onde passou os últimos festejos de final de ano com uma família cadastrada em programas de apadrinhamento e o psicólogo que executou oficinas com as adolescentes ao longo do primeiro semestre de 2018.

V: Eu encantei com Raj, queria levar Raj pra casa. Aí todo mundo do condomínio disse assim, ó "ô, quando você for embora, Raj vai sofrer, viu." Que Raj não aguentava me ver, brincava comigo, eu levava Raj tod... e não tinha um dia... E nem é um dia só, né, de tarde, né. Toda hora eu levava esse cachorro pra passear.

(Excerto 21, ET 7)

V: Luna. No colar tem ela e um cachorrinho.

P: Como você conseguiu?

V: Eu ganhei no psicólogo. O último dia dele foi sábado. Aí eles deram colar e quando eu fui abrir o meu tinha um cachorrinho. Eu falei "Ihhh, só sei que vai ser Luna", ainda com um lacinho bem bonitinho.

(Excerto 20, ET 7)

Esse reconhecimento possivelmente corrobora a construção do projeto de vida que a adolescente mantém. Entretanto, ao ser questionada acerca do papel da instituição de acolhimento no auxílio ao seu projeto de vida, ela não sabe informar como o as atividades do abrigo podem ajudá-la a cumprir seus objetivos.

Ao relatar seu ideal de saída da instituição, a Veterinária contrasta seu desejo em sair antes dos 18 anos com o modo concreto como duas das adolescentes que eram institucionalizadas deixaram a instituição: o *casamento*. Para a Veterinária, as duas

adolescentes que saíram da instituição – uma por ter casado e outra por maioria de idade, porém casou assim que foi desinstitucionalizada – se encontram em momentos felizes de suas vidas.

V: Nancy¹⁰ é gente boa, meu fi. Aí, ó. Feliz, foi morar com o marido dela, ter o filho dela.

P: Ela foi morar com o marido?

V: É, o marido dela tava aí, não sei se você chegou a ver. O que tava aí de chapéu.

Ele é gente boa, chamo ele de meu tio.

(Excerto 38, ET 11)

É interessante que essa temática tenha despontado, pois parte dessa pesquisa foi motivada pelos discursos que prevaleciam na instituição, advindo de algumas das adolescentes. Estudar a construção que a Veterinária faz de si perante esses casos e o modo como ela organiza um projeto de vida centrado no próprio desenvolvimento profissional demonstra as possibilidades de atuação na política de acolhimento institucional. O caso demonstra ser possível identificar potencialidades e desejos que resgatem a autonomia e o desejo em conduzir a própria história, ainda que sua trajetória tenha sido marcada por um período prolongado de institucionalização.

5.1.3 Posicionamento *Eu-Discorso dominante*

Conforme trazido no primeiro capítulo, o modo como o direito e a assistência à infância e adolescência no Brasil foi se constituindo ao longo de diferentes marcadores históricos e documentos jurídicos. O principal documento que rege esse campo, hoje em dia, é o ECA. Esse documento é atualizado e complementado constantemente com novos marcos lógico-legais como resoluções, leis, decretos, planos e programas. Essas complementações são firmadas no intuito de materializar os dizeres do ECA e adequá-lo à realidade de políticas públicas que surgem para atender as crianças e adolescentes brasileiros.

Constrói-se, com isso, um ordenamento jurídico que firma uma narrativa acerca de como o Estado e a sociedade civil deve tratar as crianças e adolescentes brasileiros. Essa narrativa é reverberada no trabalho de profissionais que atuam no SGD, bem como – ainda que com menor peso – na sociedade civil em geral. Observa-se que, inevitavelmente, as narrativas que compõem esse discurso transpassam as vivências das crianças que estão institucionalizadas em instituições de acolhimento. Elenca-se aqui alguns pontos que se destacam dentro dessa grande narrativa jurídica sobre a infância e adolescência.

¹⁰ Adolescente egressa da instituição.

a) Prioridade de atenção à infância e adolescência

Segundo o ECA,

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude. (Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990).

Este trecho materializa o posicionamento adotado pelo Estado brasileiro, por lei, acerca da garantia e efetivação dos direitos fundamentais para crianças e adolescentes. Esse público é tomado como prioridade para as ações do Estado, mas essa priorização deve ser corroborada com as ações da família, comunidade e sociedade civil. Incumbir responsabilidades a essas outras instâncias no processo de atenção à infância e adolescência surge como um recurso de fortalecimento que evidencia a pertinência em garantir os direitos e preservar o bom desenvolvimento desse público.

A despeito desse discurso, Telles, Suguihiro e Barros (2011) identificaram a partir de análises orçamentárias voltadas às políticas direcionadas à infância e adolescência que alguns aspectos englobados por essa área são priorizados em detrimento de outros. Por exemplo, as medidas socioeducativas aparecem como principal encargo orçamentário, enquanto as políticas de proteção – como o acolhimento institucional – ainda recebem baixos recursos, considerando sua alta complexidade. Entende-se, entretanto, que há uma preocupação de setores da sociedade em firmar o compromisso apontado pelo ECA em priorizar a infância e adolescência nas políticas sociais.

b) Proteção

O termo “proteção” é um dos mais constantes ao longo do ECA. Ele se remete a um compromisso legal em garantir uma proteção integral a crianças e adolescentes, o que significa lançar mão de políticas sociais e estratégias legais que assegurem a prevenção da violação e a promoção dos direitos alcançados por esse público. Para tanto, órgãos como as Varas da

Infância e Juventude, Conselhos Tutelares, organizações da sociedade civil e serviços complementares atuam buscando efetuar essa proteção.

Segundo o ECA,

Art. 98. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:

I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;

II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;

III - em razão de sua conduta.

(Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990).

O acolhimento institucional é um dos recursos organizados para garantir a proteção das crianças e adolescentes. O documento de Tipificação dos Serviços Socioassistenciais (CNAS, 2009) que orienta o funcionamento desse serviço reforça tal posição. As instituições de acolhimento devem funcionar como espaços de proteção que atuam quando houve violação de direitos a crianças e adolescentes, propondo ações que – em diálogo com outras políticas públicas – permitam a superação dessas violações e reinserção da criança ou adolescente em sua família de origem ou em família substituta.

c) Convivência familiar e comunitária

O ECA tem como marco a valorização da convivência familiar e comunitária. Em outros momentos históricos, conforme tratado no primeiro capítulo, a família ocupava uma posição de principal culpada pelas situações de risco em que as crianças e adolescentes se encontravam. A aproximação entre os sujeitos institucionalizados e suas famílias não era prioridade para o Estado, já que essa convivência poderia ser corruptora e dificultar o trabalho exercido nas instituições. Entretanto, o ECA vai de encontro a essa lógica, assumindo a convivência familiar como um direito fundamental.

Destaca-se que a condição de pobreza não é motivo suficiente para afastamento da criança da sua família, devendo os riscos ser avaliados mais profundamente, levando em conta outros fatores, antes de o judiciário tomar sua decisão. Outro aspecto relacionado à convivência familiar e comunitária se refere ao modelo de incompletude institucional adotado pelas instituições de acolhimento (Nery, 2010). Diferente das chamadas instituições totais, espaços onde o contato com o mundo exterior à instituição é restringido e seus habitantes passam a conviver com regras e rotinas próprias da realidade institucional, as instituições de acolhimento reconhecem a ineficiência de tal modelo e buscam recursos externos para garantir a execução dos seus objetivos. Assim, as crianças e adolescentes devem manter contato com seus

familiares, caso sejam conhecidos, e devem conviver nos espaços disponíveis no território da instituição, como escola, espaços de cultura e lazer.

d) Prioridade da reinserção familiar

Como consequência da nova forma de encarar a família, o ECA assume uma centralidade na reinserção familiar de crianças e adolescentes institucionalizados. A sua inserção em família substituta (adoção) só ocorrerá caso todas as tentativas de reinserção familiar sejam esgotadas. As equipes técnicas das instituições de acolhimento devem buscar formas de garantir que a criança ou adolescente retorne à sua família biológica ou família extensa. Esse trabalho inclui a mobilização da rede de políticas públicas de saúde, assistência social, previdência ou quaisquer outras que possam garantir que a situação que promoveu o risco que levou à institucionalização da criança ou adolescente seja superada e, com isso, a família tenha condições de protegê-lo adequadamente.

e) Brevidade da institucionalização

Por fim, destaca-se o princípio da brevidade da institucionalização. Conforme já foi apresentado, nos capítulos iniciais, a institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil foi alterando sua configuração e passando a ser vista como um recurso excepcional. Isso emerge em conjunto com as pesquisas que apontam danos relacionados ao tempo prolongado de institucionalização. Por outro lado, a pressão do Estado pela brevidade da institucionalização promove uma maior rotatividade nas instituições de acolhimento, e evita que o processo burocrático dificulte um encaminhamento adequado para os sujeitos institucionalizados. Ou seja, além de ser relacionada a intercorrências no processo desenvolvimental (Cavalcante, Magalhães & Pontes, 2007; Silva & Magalhães, 2010; Fernandes & Monteiro, 2017), conforme o tempo de institucionalização se prolonga, as crianças envelhecem e paulatinamente se afastam do perfil pretendido pela maior parte das famílias interessadas em adotar.

Diante disso, o período máximo de institucionalização instituído por lei é de 18 meses (Lei Nº 13.509, de 22 de novembro de 2017). Ao longo desse tempo, são executadas as tentativas de reinserção familiar e há constante avaliação judicial no intuito de identificar se a melhor estratégia é a inserção da criança ou adolescente em família substituta.

Diante da complexidade do campo, outros aspectos, às vezes despontados de modo mais ou menos sutil, a depender da problemática apresentada, podem compor esse discurso. Espera-se, aqui, compreender como as adolescentes posicionam-se perante esse discurso dominante que orienta as decisões judiciais acerca das suas vidas.

No caso da Veterinária, foram destacados 3 qualificadores que compõem o seu posicionamento *Eu-Discurso dominante* (Tabela 4). Os qualificadores foram organizados a partir das narrações que a adolescente realizou acerca da função do sistema de justiça e aspectos a ele relacionados, trazendo as interfaces entre ela própria e a realidade jurídica que envolve sua vivência institucional.

Tabela 4

Listagem dos qualificadores por Eixo Temático, no nível de posicionamento *Eu-Discurso dominante* – Caso 1: A Veterinária

Qualificador	Eixo Temático
Proteção	ET 1 - Chegada no abrigo
Burocracia	ET 8 – Família hospedeira
Proteção	
Proteção	ET 11 – Saída do abrigo
Maioridade	

O primeiro qualificador a ser destacado foi nomeado *proteção*, para reiterar que, de acordo com as narrativas da adolescente, a relação entre ela e o sistema de justiça é o de garantir sua proteção diante de possíveis riscos. Conforme trazido anteriormente, no discurso jurídico se reverbera que crianças e adolescentes devem ser protegidos pelo Estado, família e sociedade civil. Em contato com essa realidade, a Veterinária identifica que ela ocupa um lugar de interferência do sistema de justiça, o qual ela protagoniza.

Essa proteção se respalda principalmente no processo de inserção em um contexto mais propício para o seu desenvolvimento. Segundo a Veterinária, por diversas vezes houve tentativas de inseri-la em famílias substitutas. Em paralelo, a adolescente realizou visitas à Vara da Infância e da Juventude, nas quais manifestou o seu ideal de família, no intuito de facilitar esse processo de adoção. O procedimento conhecido como “busca ativa”, anteriormente mencionado, também foi executado com a adolescente, que relatou novamente qual seria sua família ideal para que o órgão responsável procurasse famílias habilitadas que se encaixassem no perfil.

V: Eu já fui no juizado. Que eles me chamaram e perguntou. Aí eu falei que queria. Aí me deram um desenho lá pra escrever. A família que eu queria ter. Aí eu fiz.

P: Aí eles vão adiantar o processo lá.

V: Sim.

(Excerto 31, ET 11)

Essas ações, entretanto, não parecem produzir esperança, sugerindo que a adolescente as entende como processos burocráticos, mas que não trazem resolutividade. Assim, surge o qualificador *burocracia*. Ao ser questionada sobre o papel do juiz, ela afirma que esse não resolve os seus problemas.

A Veterinária faz menção ao Conselho Tutelar quando é questionada sobre o modo como chegou sozinha ao abrigo. Sabendo da existência das suas irmãs, a questão foi lançada no intuito de compreender se ela havia sido institucionalizada ao mesmo tempo de outras crianças da mesma família. Entretanto, ela entende que tal questão fazia referência à forma como chegou ao abrigo, e menciona que não foi trazida pelo Conselho Tutelar.

Ela demonstra, com isso, uma compreensão acerca do papel que o Conselho Tutelar possui. Entende que o Conselho Tutelar, por vezes, tem a função de retirar a criança do núcleo familiar e encaminhá-la para o abrigo, como uma estratégia de *proteção* – o que justifica o qualificador aqui apontado. Esse conhecimento supostamente se construiu diante dos anos em que esteve institucionalizada e a adolescente teve contato com crianças e adolescentes que chegaram no abrigo de diversas formas, sendo essa a mais comum.

Curiosamente, antes de dizer como chegou na instituição, Veterinária nega que tenha sido abrigada através de ações do Conselho; Só depois revela que o seu abrigamento foi originada através de uma ação materna. A informação do modo como foi institucionalizada vem *a posteriori*, o que sugere uma hesitação em explanar tal situação por produzir algum incômodo ou pelo fato de a adolescente não querer despertar algum sentimento ou julgamento no pesquisador.

Por fim, ao narrar como planeja deixar o abrigo, a adolescente também inicia uma série de discursos que se contrapõem ao modo como não deseja sair. Ao ser questionada como pensa a sua saída, ela responde:

P: E você não pensa como seria?

V: Seria legal. Com 18 anos que eu não quero sair daqui.

P: Você não quer sair com 18 não.

V: Quero sair antes.

(Excerto 40, ET 11)

Todas as histórias trazidas sobre seu contato com famílias hospedeiras, o modo que imagina sair da instituição, bem como sua reflexão sobre sua responsabilidade perante a trajetória institucional revelam que a adolescente compreende a institucionalização como um processo transitório. O convívio com inúmeras crianças que foram adotadas ao longo dos anos em que esteve institucionalizada, com os esforços dos profissionais em garantir a

desinstitucionalização e a própria vivência de identificação e não identificação com a lógica institucional podem reiterar essa concepção. O qualificador *maioridade* emerge como um elemento da narrativa no qual a adolescente, respaldada nos posicionamentos que adota como alguém interessante, alguém que planeja uma saída idealizada e alguém que quer se inserir em uma família. Esse qualificador reforça que, apesar de ter convivido com pessoas que saíram da instituição aos 18 anos e, segundo a adolescente, estão felizes, não é a maneira que ela intenta ser desinstitucionalizada.

5.2 Caso 2: A Atriz

Atriz é, atualmente, a adolescente mais velha da instituição. Completou recentemente os 15 anos e estuda na mesma escola que as demais adolescentes. Entretanto, diferente das outras, é a única que não possui defasagem idade-série acentuada, pois nunca teve que repetir as séries do ensino fundamental.

Sua chegada na instituição deu-se por situação de negligência familiar. Junto com ela, foram institucionalizados outros quatro irmãos: duas irmãs mais velhas e dois irmãos mais novos. No momento da institucionalização, a adolescente tinha 5 anos.

Diante da dificuldade em inserir grupos grandes de irmãos em famílias substitutas, o juiz responsável pela pauta da infância e juventude pode decidir desmembrar o grupo de irmãos para facilitar o processo (Rocha, 2013), embora a lei ressalte fortemente que essa opção não é desejável. Esse desmembramento, entretanto, não descarta os demais direitos reconhecidos pelo ECA, dentre eles o direito à convivência familiar. Assim, as instituições de acolhimento e famílias substitutas devem buscar garantir o contato entre os irmãos, ainda que judicialmente eles estejam sob guarda de famílias diferentes.

Houve, com os irmãos de Atriz, a necessidade do desmembramento de grupo dos irmãos. A separação efetiva ocorreu quando os dois irmãos mais novos foram adotados, um deles na modalidade de adoção internacional. Uma segunda separação ocorreu quando a irmã mais velha de Atriz resolveu evadir da instituição. Restaram, do grupo de irmãos, a Atriz e uma irmã mais velha, que também atingiu a adolescência institucionalizada, porém foi adotada em 2018 pela família hospedeira que lhe acolhera. O contato entre a Atriz e sua irmã que foi adotada é mais frequente. Entretanto os demais irmãos telefonam raramente para a instituição para conversar com a adolescente.

Atualmente, a Atriz se encontra inserida em um programa de apadrinhamento. A família que tem convivido com ela já foi família hospedeira de outra adolescente do abrigo, sendo esta a sua segunda experiência com adolescentes da instituição. Além disso, a instituição de acolhimento tem buscado inserir a adolescente em programas de jovem aprendiz, no intuito de preparar a adolescente para um possível desligamento por maioridade.

Os procedimentos metodológicos adotados com a Atriz foram similares aos adotados no caso da Veterinária. Nesse caso, apenas duas entrevistas foram realizadas, já que a Atriz havia finalizado a construção do seu livro da vida integralmente e não desejava realizar acréscimos. Foram, então, realizados apenas dois encontros. No primeiro, ocorreu a entrevista narrativa engatilhada pela consigna anteriormente expressa, durando 23 minutos e 21 segundos.

Já no segundo encontro, tematizado pelo livro da vida construído pela adolescente, a duração da entrevista aberta foi um pouco mais extensa, alcançando 30 minutos e 57 segundos. Isso revela que a utilização do livro foi importante para que a adolescente se aprofundasse nas temáticas trazidas na entrevista narrativa inicial.

Conforme mencionado no caso anterior, os conteúdos que protagonizavam capítulos no Livro da Vida formaram eixos temáticos que balizaram a análise narrativa. Foram organizados 11 Eixos Temáticos a partir da entrevista narrativa inicial, sendo que a adolescente não sugeriu acréscimos. Os eixos temáticos elencados foram: ET 1 - Chegada no abrigo; ET 2 – Irmãos e irmãs; ET 3 – Visitas no abrigo; ET 4 - Passeios; ET 5 – Família hospedeira; ET 6 – Sistema de justiça; ET 7 - Escola; ET 8 – Adolescentes do abrigo; ET 9 - Profissão; ET 10 - Amigos; ET 11 - Saída do abrigo. A partir da leitura das entrevistas transcritas integralmente, bem como da reiterada leitura dos fragmentos que compunham os eixos temáticos organizados, foram formulados 23 qualificadores subdivididos entre os níveis de posicionamento balizadores da análise. Posteriormente esses qualificadores serão destacados, conforme analisemos os posicionamentos da adolescente em cada nível.

5.2.1 Posicionamento *Eu-Eu*

No caso da Atriz, foram construídos 10 qualificadores a partir das narrativas realizadas pela adolescente, caracterizando seu posicionamento perante si mesma. Tal como no caso anterior, alguns dos qualificadores se repetem em diferentes Eixos Temáticos (Tabela 5). A identificação desse posicionamento seguiu a mesma estratégia do caso da Veterinária, através do qual o pesquisador buscou trechos no texto narrado nos quais a Atriz explicitamente falava ou elaborava reflexões sobre si mesma, utilizando verbos e pronomes na primeira pessoa.

Tabela 5

Listagem dos qualificadores por Eixo Temático, no nível de posicionamento *Eu-Eu* – Caso 2: A Atriz

Qualificador	Eixo Temático
Reservada	ET 1 – Chegada no abrigo
Desconhecimento	
Reservada	Et 3 – Visitas no abrigo
Identificação	Et 4 – Passeios
Lazer	
Poder de decisão	ET 5 – Família hospedeira
Arrependimento	
Sociável	
Lazer	
Exigente	

Poder de decisão	ET 6 – Sistema de justiça
Projeto de vida	ET 7 – Escola
Reservada	
Sociável	
Desinstitucionalização	ET 8 – Adolescentes do abrigo
Projeto de vida	ET 9 – Profissão
Desinstitucionalização	
Sociável	ET 10 – Amigos
Desinstitucionalização	ET 11 – Saída do abrigo

A Atriz inicia sua narrativa trazendo aspectos da sua chegada na instituição. Ela foi institucionalizada aos 5 anos, e aponta que desconhece suas primeiras vivências no abrigo. Diferente da Veterinária, que afirmava constantemente que não se lembrava das suas vivências no início da institucionalização, a Atriz reitera que não sabe como era e como se sentia assim que chegou. Ela afirma que aquilo que sabe sobre a sua história parte do relato de outras pessoas. O qualificador “*desconhecimento*” emerge dessa ênfase sobre o seu “não saber”.

P: Venha cá, você tinha quantos anos quando chegou?

A: Quando cheguei? Não sei não. Ó, Priscila¹¹ fala que eu cheguei com seis. Mamãe fala que eu cheguei bebê. Eu não sei.

(Excerto 2, ET 1)

O desconhecimento não é apenas acerca de como ela se sentia quando chegou ao abrigo. Esse lugar era novo, e isso, segundo relata, guiou alguns dos seus comportamentos, tais como o de permanecer reservada enquanto não compreendia a sua situação.

A: Ela falou que a gente ficou tudo sentada no banco, morrendo de vergonha, porque não sabia que estava no orfanato. Aí a gente ficou morrendo de vergonha. Eu tô lembrada disso. Mas eu cheguei aqui pequena.

(Excerto 1, ET 1)

Por outro lado, a adolescente relata que lembra da sua chegada com os irmãos e se identifica como alguém reservada, em especial quando encara novas situações. Essa afirmação de si como alguém reservada (às vezes ela utiliza outros termos, tal como “sou na minha”) se estende para outras situações ao longo da sua vida, trazendo impactos na sua relação com outras adolescentes, nas situações em que visitantes chegam ao abrigo e nas suas experiências com famílias hospedeiras. Formulou-se, então, o qualificador *reservada*, que engloba esse posicionamento adotado diante de si.

¹¹ Coordenadora da instituição.

P: Como é que você vê as visitas que tem aqui? Você gosta? Acha ruim?

A: Eu gosto. De vez em quando eu fico com vergonha, quando tem muita gente, mas quando tem pouca pessoa eu vou...

(Excerto 10, ET 3)

De fato, a Atriz é considerada, na instituição, como uma pessoa mais quieta. Entretanto, ela mantém interação com as outras crianças e adolescentes institucionalizados, embora relate algumas dificuldades, principalmente, nas situações de visita. As visitas são ocasiões nas quais pessoas não vinculadas à instituição se voluntariam a ir ao abrigo e desenvolver atividades, ou apenas passar o tempo e conhecer as crianças e adolescentes do local.

Curiosamente, Atriz afirma que se comporta de modo distinto no contexto escolar. Segundo ela, essa reserva se dissipa quando está na escola.

A: Uhum. Na escola eu sou meio perturbardinha. Sou meu perturbardinha. Eu converso, brinco, faço tudo. Aqui não. Aqui é diferente.

P: Você fica mais na sua.

A: É.

(Excerto 25, ET 7)

A formulação desse contraponto, na medida em que avalia seu comportamento na escola e na instituição de acolhimento, abre espaço para enxergarmos um importante componente do processo de construção identitária da adolescente. Ela revela a assunção de diferentes escolhas de repertório, senão diferentes papéis, a depender do contexto em que se encontra. Estudos apontam que as vivências de exclusão de crianças e adolescentes abrigados se estendem ao contexto escolar (Buffa, Teixeira & Rossetti-Ferreira, 2010; Fonseca, 2017). Entretanto, na escola a condição de adolescente em situação de abrigamento não é tão evidente e se pode estabelecer novas vivências pelo maior distanciamento das normativas institucionais do abrigo e dos estereótipos que o vínculo institucional expressa.

Quando relata suas experiências com famílias hospedeiras, a adolescente revela que a posição de reservada sucumbe quando há uma reciprocidade nas relações que estabelece, dando lugar a uma adolescente dialógica e interativa. A adolescente posiciona-se como *sociável*, o que encabeçou a criação de um qualificador com essa denominação, nas situações em que encontra espaço para tanto. Ser sociável, para a adolescente, tornou possível que ela tivesse amigos de todos os tipos nos espaços que frequenta.

A: E... Amigos. Eu botei que tenho todos... vários tipos de amigos. Tenho velho, tenho novo. Botei isso.

P: Onde é que você tem amigo velho?

A: Velho eu tenho... na escola também, eu tenho os funcionários que eu considero como amigo. São velhinhos assim... não é velho, são pessoas de idade. Eu tenho aqui algumas pessoas de idade.

(Excerto 34, ET 10)

Entretanto, essa sua forma de interação não ocorre com constância. Ao falar das famílias hospedeiras com quem teve contato, a Atriz destaca que não gosta quando as pessoas que querem conviver com ela não são abertas ao diálogo, o que reforça o estereótipo de adolescente reservada e quieta. A não identificação ou a falta de estímulo das famílias hospedeiras à sociabilidade da adolescente já causou seu desinteresse, e das próprias famílias, pela manutenção do contato. Por outro lado, quando o contexto é favorável, a adolescente relata que pode se expressar melhor, com mais conversa, o que torna o convívio com uma família hospedeira mais agradável.

A: Que eu mais gosto?

P: Quando tem o quê?

A: Quando tem Netflix. (Risos). Não, eu gosto de conversar. Mas, de todas aí eu conversava mais com Luci. De todas as famílias. Porque ela também era solta, ela conversava... aí eu gosto de pessoas assim, de conversar. Aí pessoas também que é fechada, eu também fico na minha.

(Excerto 17, ET 5)

Gostar de conversar e interagir é, para a adolescente, uma condição importante para a criação de vínculos quando inserida em família hospedeira, mas essa qualidade individual não basta quando não há reciprocidade. O uso do recurso explicativo “porque ela também era solta, ela conversava” explicita, na narrativa da adolescente, o que produz a sua sociabilidade.

Conforme será exposto ao longo da análise, a Atriz enfatiza bastante sua relação com as famílias hospedeiras com quem já teve contato. Faz uma prospecção a partir da autoavaliação, contrastando arrependimentos e acertos, bem como destacando o que precisa mudar ou se manter em si própria para que sua vinculação com outras famílias funcione ao seu contento. Diante da potência da sua fala que reforça o modo como ela concebe sua abertura às famílias hospedeiras, foi criado o qualificador nomeado exigência. Esse qualificador engloba aspectos da narrativa nos quais a Atriz revela que não é fácil para ela gostar das famílias hospedeiras. Dessa forma, ela acaba centralizando o processo de formação de vínculo que, em princípio, é multidirecional (parte de si para os membros da família e vice-versa), para uma característica que é exclusivamente sua. No trecho em destaque, ela explicita que não é comum gostar de uma

família com quem inicia o processo de convivência, antecipando a dificuldade que espera encontrar, o que reduz as expectativas de uma adoção.

P: Nunca é a mesma coisa. São pessoas diferentes. E aí você acha que vai passar as férias com ela?

A: Eu não sei. Vou ir sábado.

P: Vai lá. Terça feira a gente conversa pra ver se você gostou.

A: É, pra ver se eu gostei, né? Porque é raro.

(Excerto 19, ET 5)

Em outra autoavaliação do convívio com famílias hospedeiras, a Atriz retoma a história sobre o convívio com sua madrinha. Os padrinhos da Atriz foram, por certo tempo, uma família hospedeira que lhe acolhia. Entretanto, esse vínculo foi interrompido a pedido da Atriz, que na época era criança, embora não saiba especificar a idade. Segundo ela, não há muita recordação, porém ela gostava bastante de estar com os padrinhos. Entretanto, acabou pedindo para parar de ir a essa família supostamente porque o seu padrinho a pressionava para estudar. Hoje a adolescente avalia que o motivo foi irrisório e considera que perdeu a oportunidade de estar inserida em uma boa família.

O qualificador *arrependimento* marca essa situação. Tal qualificador merece destaque, pois apesar da adolescente relatar diversas experiências não exitosas de convívio com famílias hospedeiras, apenas neste caso ela julga que poderia ter tomado outra decisão.

A: Hum. Família hospedeira. Eu falei que se fosse pra contar ia tomar o coisa todo aqui. Aí eu botei a que eu mais gostei que foi essa minha madrinha. A única que eu me arrependo, assim, sabe? De não ter ficado. Eu gostava de lá. Só isso.

(Excerto 34, ET 5)

Tal como a Veterinária, a Atriz compreende-se como alguém que possui poder decisório acerca da manutenção de contato com as famílias hospedeiras. O qualificador *poder de decisão* é formulado para contemplar essa visão que a adolescente mantém de si. Ela pode escolher se permanece ou não em convívio com as famílias, embora entenda que essa decisão só é válida se for recíproca. Ao longo do relato, a adolescente revela as vantagens em arraigar esse poder de decisão, pois foi possível com isso interromper o convívio com famílias que não correspondiam ao perfil desenhado por ela. Por outro lado, conforme relatado, o uso equivocado desse poder lhe gerou uma situação de arrependimento.

P: Como é que você traz essas questões assim... por exemplo: quando você vai para a casa de uma família, Priscila chama e te oferece? Como é que funciona?

A: A visita vem aqui visitar, aí a gente fica conversando, aí depois quando acaba tudo pergunta se quer me levar e se eu quero ir. Aí se eu quiser ir, eu vou. Priscila fala com sei lá com quem, aí eu vou final de semana pra ver e se gostar, eu continuo indo. Se eles gostarem também, eu continuo indo.

(Excerto 15, ET 5)

P: Aí se você não gostar você fala com Priscila...

A: É. Aí Priscila fala. Avisa lá que não quero mais ir, e eu não vou mais.

P: E você acha que é tranquilo isso?

A: É.

P: Porque é assim que funciona, né? E quando tem audiência? O juiz já foi alguma coisa te ouvir?

A: O juiz não, mas já foi psicólogo, um bocado de gente.

(Excerto 20, ET 6)

Ao longo das narrativas, a adolescente transita entre os acontecimentos passados (chegada na instituição, inserção em famílias hospedeiras) e futuros (profissão, saída da instituição). O momento presente também desponta no enredo. Ela relata aspectos relacionais entre si e as adolescentes da instituição, bem como vivências que tem enquanto inserida na lógica institucional.

As adolescentes mais velhas são referências para a Atriz. Ela traz histórias sobre as meninas que passaram pela instituição, as que foram adotadas e as que foram desinstitucionalizadas por outras vias. Lembra também que sua relação com as adolescentes da instituição sempre foi de cooperação e suporte.

A: Eu lembro nossa primeira praia, aqui. Foi até a Barra. A gente foi pra a Barra. Eu gostei, porque ainda tava as meninas aqui. Tava Larissa, tava Karina, tava Elba¹². Tava um bocado de gente. Foi massa.

(Excerto 13, ET 4)

A: Estou mais madura. Agora é "adolescentes do abrigo". Eu botei que das meninas do meu tempo eu gostei de todas. Até Margareth¹³, que a gente brigava, discutia assim, eu gostei dela. Mas...

[...]

A: Com as meninas, eu me sentia... a gente fazia tudo junto. Eu gostava, porque era mais gente. Agora, misericórdia... não gosto. Não gosto mesmo. Não vejo a hora de ir embora.

(Excerto 30, ET 8)

¹² Adolescentes egressas da instituição.

¹³ Adolescente egressa da instituição.

O qualificador *identificação* emerge nesse aspecto, quando a Atriz vai revelando que a situação de abrigo era mais tolerável quando havia mais pessoas na sua faixa-etária. Conforme as adolescentes foram saindo da instituição, e diante do contexto de grande número de adoções tardias ocorridas recentemente no abrigo, a Atriz demonstra sentir-se mais solitária, sem ter com quem interagir, o que a motiva a querer ser desinstitucionalizada.

A adolescente demonstra a importância de ter vivências fora do abrigo. O qualificador *lazer* se refere aos trechos em que a adolescente relata o quanto gosta de participar de atividades externas. Isso se intensifica e pode ser notado na convivência com a Atriz e demais adolescentes. As saídas para situações corriqueiras, tais como acompanhar crianças à Unidade Básica de Saúde, ou as idas à universidade onde elas realizam psicoterapia, são tidas como prazerosas pelo fato de promoverem vivências em outros espaços. Além disso, passeios são promovidos pela instituição, para garantir que as crianças e adolescentes tenham experiências de cultura e lazer.

A: É? A gente falou de quê? A gente falou de visitas, tava falando de visitas. Agora... Passeios. Eu botei que aqui a gente não sai muito... eu vou dizer que é raro, a gente não sai muito. Quando a gente vai eu gosto. Eu gostava, porque... sei lá. A gente saía. A gente vai mais pra praia, quando a gente sai a gente vai mais pra praia. Aqui a gente só foi duas vezes.

(Excerto 14, ET 4)

O qualificador *lazer* corresponde aos trechos em que a adolescente expressa seu gosto por atividades lúdicas. Essas atividades, por vezes, reforçam a interação entre as adolescentes da instituição, o que, como visto, possui forte sentido para a Atriz, que se ancora na identificação com os pares. Em outras circunstâncias, as situações de lazer parecem trazer à adolescente um melhor ajustamento à situação de institucionalização. Essa relação pode ser constatada no seguinte trecho:

P: Quando são as férias?

A: As férias tomara que eu passe com alguém, né, que eu não quero passar aqui.

P: Ah, e tem isso ainda, né?

A: E eu vou começar a ir com Eliene, que é a que levava Catarina.

(Excerto 19, ET 5)

Os qualificadores destacados, por fim, se referem predominantemente a aspectos prospectivos da vivência da adolescente. Como visto, faz parte do trabalho da instituição de acolhimento estimular a construção de projetos de vida e a preparação para o desligamento. A Atriz se refere a ambas situações durante a construção do posicionamento perante si própria.

Vale lembrar que a Atriz, supostamente, abdicou da convivência com uma família hospedeira porque era pressionada a estudar. Entretanto, em seu discurso, o estudo não é exatamente um problema. Há um planejamento prévio construído com base em algumas vivências que teve, incluindo diálogos com trabalhadores da instituição e famílias com quem teve contato, acerca do seu futuro profissional. Emerge, aí, o qualificador *projeto de vida*, que agrega suas aspirações pessoais sobre a questão.

A: Eu quero trabalhar como dentista e atriz. Eu ia fazer primeiro o IFBA¹⁴, mas eu não quis mais.

P: Por que não?

A: Porque é quatro anos... ó. Porque tinha uma mulher que ela queria me levar e ela não era daqui. Ela era de algum interior. Aí depois eu não quis mais. Aí eu fiquei pensando, assim ó, o IFBA é quatro anos, aí se eu quiser sair no segundo ano eu vou ter que repetir o primeiro tudo de novo e é muita coisa pra estudar, aí eu ó... quero fazer IFBA não.

(Excerto 23, ET 7)

A interação com uma das famílias hospedeiras - aqui definida como “uma mulher que ia me levar” - tem influência nos seus projetos. Entretanto, permanece seu planejamento pessoal, no qual o fator tempo teve maior impacto. Em vez de investir em um ensino técnico, que dura 4 anos até a sua conclusão, a adolescente prioriza o ensino médio regular. Reitera-se que a Atriz é a única das adolescentes institucionalizadas que mantém regularidade no quesito idade-série. Prolongar a formação pode oferecer um risco, caso ela permaneça institucionalizada até os 18 anos, considerando o fato de que a sua desinstitucionalização ocorreria antes da finalização do ensino médio.

Ao ser questionada sobre a profissionalização, a Atriz destaca alguns cursos realizados por intermédio da instituição, dando destaque ao curso de costura. Essa situação está de acordo com o identificado nos estudos acerca de meninas institucionalizadas, às quais eram direcionados saberes concernentes ao trabalho doméstico e afins (Chaves et al., 2003). Ressalta, entretanto, que não se identificou com o curso, destacando que esqueceu de tudo após a conclusão. Ao pensar na profissão, a adolescente destaca duas carreiras que deseja seguir. A primeira carreira refere-se à profissão de dentista, mas sua explanação não se foca muito nos aspectos pessoais que envolveram a decisão. Ao ser questionada acerca do tema, a Atriz relata:

A: E o dentista é porque eu falo desde pequena, não sei por quê.

P: Não sabe o porquê, mas você gosta da profissão?

¹⁴ Instituto Federal da Bahia

A: É.

(Excerto 32, ET9)

Ao falar acerca da profissão de atriz, a adolescente opta por trazer mais conteúdos acerca da sua identificação. O gostar de ver pessoas atuando, o imaginar-se em um papel diferente parece atraí-la mais do que a outra profissão, daí a razão para que esse pseudônimo fosse escolhido.

A: Profissão. Eu botei que desejo trabalhar futuramente como dentista e atriz. Aí eu falei que atriz é porque eu gosto de ver as pessoas atuando, sabe? Eu fico imaginando eu fazendo as coisas. Tipo na novela, mesmo, Segundo Sol, quando Carola cortou o cabelo eu fiquei imaginando eu fazendo isso.

P: E ela corta de verdade, né?

A: É. E eu fiquei: "essa mulher cortou o cabelo, misericórdia!". (risos).

(Excerto 32, ET9)

Curiosamente, a experiência da institucionalização não emerge nas narrativas como uma associação direta à escolha profissional. Ademais, diferente do que é destacado por Gomide (1998), indicando que a institucionalização prolongada impacta negativamente na formação da autoestima e reflete inclusive nas aspirações profissionais, a Atriz demonstra interesse em prolongar sua educação e enxerga-se com potencial para atingir tais objetivos.

Por fim, destaca-se o qualificador *desinstitucionalização*. Esse qualificador se repete em mais de um nível de posicionamento. Aqui, ele é formulado com base em como a adolescente se define diante das possíveis formas de saída do abrigo. Ao narrar o processo de desinstitucionalização, a adolescente faz referência frequente ao desejo de não permanecer no abrigo. Esse desejo, conforme trazido anteriormente, perpassa muito pela falta de identificação com as crianças e adolescentes que estão atualmente institucionalizadas. A falta de identificação impulsiona a Atriz a motivar-se em prol da sua saída da instituição.

A: Com as meninas, eu me sentia... a gente fazia tudo junto. Eu gostava, porque era mais gente. Agora, misericórdia... não gosto. Não gosto mesmo. Não vejo a hora de ir embora.

(Excerto 30, ET 8)

O excerto destacado revela a explicação apresentada na narrativa. Ela não gosta mais de estar institucionalizada *porque* as meninas que saíram (por adoção, reinserção familiar ou maioria) e promoviam um ambiente mais interativo e cooperativo não estão mais lá. Entretanto, no intuito de compreender se o desejo pela desinstitucionalização surgiu apenas

diante da ausência de pares, a Atriz é questionada se já não mantinha esse interesse anteriormente.

P: É? E você não via a hora de ir embora antigamente, não?

A: Não. Antigamente não, mas agora...

P: E queria ficar aqui, antigamente?

A: Não. Também não. Eu queria ir embora.

(Excerto 37, ET 11)

Ou seja, ao trazer relatos do passado, a Atriz apresenta uma continuidade diante do interesse em ser desinstitucionalizada. Entretanto, sua narrativa revela que esse interesse é potencializado pelas situações ocorridas no contexto institucional, como a saída de outras adolescentes do abrigo. Por outro lado, apesar de abordar o tema da desinstitucionalização diversas vezes, a Atriz relata que não pensa em como ocorrerá sua saída.

A: Eu não sei. Às vezes eu fico achando que vou sair antes, depois eu fico achando que vou sair na idade. Eu não sei. Não penso nisso.

P: Não pensa? (pausa). Você fica achando, mas você não pensa?

A: É. Fico achando, mas não penso não.

(Excerto 31, ET 9)

A adolescente traz duas formas de expressar sua reflexão acerca da saída da instituição. Para ela, há uma diferença entre “ficar achando” e “pensar” sobre a questão. O “pensar”, no caso, parece representar uma maior racionalização acerca da desinstitucionalização, enquanto “ficar achando” parece se referir a um processo mais involuntário de pensamento. As narrativas da adolescente confrontam esse discurso da não reflexão sobre o tema da desinstitucionalização, já que em diversos momentos há referências ao seu posicionamento diante da questão. Ainda assim, há uma resposta concreta acerca do que lhe interessa, nesse sentido. Em diálogo sobre as adoções tardias que ocorreram na instituição, a Atriz sintetiza seu desejo:

P: Mas a gente teve o caso de Karina...

A: Larissa...

P: Isso nos últimos tempos, né? E você, o que é que você quer? O que você fica achando eu já sei, mas o que você quer? Você sabe o que você quer?

A: Ser adotada. (pausa). Como assim?

(Excerto 26, ET 8)

5.2.2 Posicionamento *Eu-Outro*

O nível posicionamento *Eu-Outro* se refere a como a pessoa que narra constrói, elenca e posiciona as personagens ao longo do enredo. As personagens, portanto, ganham destaque ao serem compreendidas como principais autoras das ações narradas ou recebem alguma ênfase na narração. As ações do outro se relacionam com o narrador, evidenciando qualificadores que representam essa relação. No caso da Atriz, foram formulados 6 qualificadores (Tabela 6) que sinalizam esse nível de posicionamento.

Tabela 6

Listagem dos qualificadores por Eixo Temático, no nível de posicionamento *Eu-Outro* – Caso 2: A Atriz

Qualificador	Eixo Temático
Família	ET 1 – Chegada no abrigo
Desinstitucionalização	
Afeto	Et 2 – Irmãos e irmãs
Família	
Afeto	Et 3 – Visitas no abrigo
Conflito	
Reciprocidade	
Afeto	ET 5 – Família hospedeira
Tratamento indevido	
Reciprocidade	
Conflito	Et 6 – Sistema de justiça
Afeto	Et 7 – Escola
Desinstitucionalização	Et 8 – Adolescentes do abrigo
Afeto	
Conflito	
Afeto	ET 11 – Saída do abrigo
Conflito	

A Atriz narra sua chegada dando destaque aos familiares que chegaram com ela na instituição. O qualificador *família* se refere aos excertos da narrativa nos quais a adolescente destaca a relação dos irmãos e demais familiares com ela. Diferente da Veterinária, a Atriz não apresenta dúvidas sobre compor uma família. Retrata a chegada com os irmãos e destaca o destino de cada um, enquanto ela própria permanece institucionalizada. Entretanto, o pertencimento à família supera a condição de institucionalização e a separação ocorrida, pois a adolescente revela interesse em manter contato com os irmãos e buscar reatar vínculos com aqueles familiares cujo paradeiro desconhece.

Destaca-se que a consanguinidade é importante, mas não ocupa um papel essencial para que a adolescente considere família:

A: Ah, eu falei que eles são importantes na minha vida. Falei que quando eles foram embora, quer dizer, falei que quando Karina¹⁵ foi embora - porque eu era mais apegada a Karina - eu chorei. (Pausa). E falei que irmãos pra mim não só é de sangue.

P: E você tem algum irmão que não seja de sangue?

A: Tenho. Veterinária, Solange¹⁶, Larissa...

(Excerto 9, ET 2)

A relação que a Atriz estabelece com as demais adolescentes que passaram pela instituição extrapola o papel de colegas que elas exercem. A colocação das personagens, aqui representadas pelas adolescentes egressas da instituição, reforça o argumento que a Atriz busca construir. A consanguinidade não é condição essencial para que ela se considere parte de uma família (ou de mais de uma, considerando que as três adolescentes citadas foram inseridas em famílias substitutas distintas).

No nível de posicionamento analisado anteriormente, destacou-se a identificação que a Atriz estabelece com as demais adolescentes da instituição. Elas emergem como personagens importantes inclusive na demarcação do tempo. Por vezes, a Atriz narra uma história e indica que alguma das adolescentes ainda estava institucionalizada no período. Essa referência se sustenta nas relações afetuosas que são narradas ao longo das entrevistas. O qualificador *afeto* busca agregar essa relação, reiterando não apenas o vínculo construído, mas a identificação que a Atriz estabelece com o lugar (abrigo) baseado na identificação que sustenta com as adolescentes que residem ou residiram nele. Nesse sentido, a Atriz faz um contraponto entre o abrigo anteriormente e agora que tem menos adolescentes institucionalizadas:

A: Estou mais madura. Agora é "adolescentes do abrigo". Eu botei que das meninas do meu tempo eu gostei de todas. Até Margereth, que a gente brigava, discutia assim, eu gostei dela. Mas...

(Excerto 30, ET 8)

P: E você acha que é uma pessoa de gostar mais das festas ou de ficar mais na sua, quieta?

A: Ah, eu gosto de ficar mais na minha. Não gosto de ficar...

P: É? Mesmo quando não tem visita?

A: Ó. Antes, ficava a gente, quando tinha mais gente, né? As adolescentes. A gente ficava dançando, essas coisas, quando tinha música. Mas agora como só tem eu e a Veterinária e essa aí... (se refere a uma adolescente com quem está brigada).

(Excerto 11, ET 3)

¹⁵ Irmã da Atriz. Adolescente egressa da instituição.

¹⁶ Adolescente egressa da instituição.

O abrigo é cotado como personagem e caracterizado pela Atriz, muitas vezes, em função de quem o ocupa. No excerto mencionado, o abrigo perde a condição de ser interessante quando há menos adolescentes institucionalizadas. Sua vivência, com isso, é também afetada, pois o espaço onde vive torna-se menos instigante e sua urgência pela desinstitucionalização emerge:

A: Com as meninas, eu me sentia... a gente fazia tudo junto. Eu gostava, porque era mais gente. Agora, misericórdia... não gosto. Não gosto mesmo. Não vejo a hora de ir embora.

(Excerto 30, ET 8)

Ao falar sobre a escola, a Atriz relata que possui outras amigas e que pouco tem contato com as adolescentes que moram com ela na instituição:

A: Só isso. Agora é escola. Eu botei que é um lugar que eu gosto porque... isso a gente não sai muito, né. A gente tem mais amigas na escola. Brinca, conversa, perturba na escola. Aí eu botei que é um lugar que eu gosto. Gosto dos professores, de alguns professores, gosto dos colegas.

(Excerto 25, ET 7)

A: Eu acho normal porque teve alguém... não lembro quem foi... falou: vocês se dão tão bem. Porque a gente não é... a gente não fica brigando toda hora. Eu acho a gente normal.

P: E na escola é assim também?

A: Na escola eu nem vejo elas. Uma fica em um canto e outra fica no outro.

(Excerto 24, ET 7)

Esses excertos revelam que, apesar de o afeto se manter, a narrativa demonstra que em um contexto diferente da realidade institucional do abrigo esse aspecto não opera do mesmo modo, desencadeando diferentes comportamentos e emoções. Não há a necessidade da vinculação com outros atores institucionais (adolescentes institucionalizadas) para garantir uma convivência e melhor experiência de abrigamento. Justifica-se, portanto, o lugar que a Atriz dá para as adolescentes em diferentes enredos na narrativa que corresponde a diferentes contextos de sua vida. Ademais, essa separação representa uma individualidade que por vezes pode ser ofuscada pela experiência de institucionalização. A Atriz é uma adolescente em situação de acolhimento institucional, mas não se resume a essa característica. Confrontar sua convivência e identificação com as adolescentes na instituição com sua menor convivência na escola delinea sua posição de particularidade.

Recentemente, o abrigo recebeu duas adolescentes que atualmente aguardam encaminhamento judicial. Enquanto isso, estão acolhidas na instituição e envoltas pelas mesmas regras e rotinas que as demais. A chegada dessas adolescentes, em conjunto com a saída de

adolescentes que cresceram no abrigo, tem mobilizado a Atriz e a colocado em situação de *conflito*, o que serviu de base para formular um qualificador com esse nome.

A: De hoje que eu não falo o nome dela. Naquele dia, a gente se falava, hoje eu voltei porque fui obrigada e agora eu tô sem falar porque eu não consigo ser falsa. Aí eu fui, parei de falar com ela e agora voltou tudo de novo, com essa que chegou. Eu não fui com a cara.

(Excerto 28, ET 8)

A: Não, mas até quando eu voltei a falar com ela... Eu tentei ser boa. Não sei, eu não gostei dela.

P: Como foi essa briga, dessa vez.

A: Eu não gosto dela.

P: Ah, entendi.

A: E parei de falar com ela, porque ela é muito chata, é muito ah... eu não gosto dela. Mas também nem lembro porque. Eu fui e parei de falar com ela. Aí ela fica toda cuidando da vida dos outros. Dá vontade, ó.... digo nada. Tenho que ter paciência.

(Excerto 29, ET 8)

P: E como é que você se sente junto com as adolescentes daqui?

A: Como assim?

P: Quando você está com as meninas.

A: Que meninas? Com a Veterinária. Agora...

P: Agora é com a Veterinária, mas já foi com mais gente. Pode falar em todos os tempos que quiser.

A: Com as meninas, eu me sentia... a gente fazia tudo junto. Eu gostava, porque era mais gente. Agora, misericórdia... não gosto. Não gosto mesmo. Não vejo a hora de ir embora.

(Excerto 30, ET 8)

As histórias narradas pela Atriz remontam a uma situação que ela afirmava não ter vivenciado anteriormente, apesar de o abrigo ser um local onde a rotatividade de pessoas é grande e o convívio com diferentes adolescentes e crianças é inevitável para quem reside na instituição. Os conflitos relatados não aparentam ser diretamente relacionados às vivências institucionais, como inadequação a regras ou rivalidades perante o sistema de justiça.

A Atriz relata embates pessoais com as duas adolescentes novatas. Entretanto, ao longo da narrativa, a Atriz constrói um enredo no qual há uma convivência negativa com as novas adolescentes institucionalizadas, desembocando em uma declaração do desejo de sair da instituição. A ausência de pares com as quais a Atriz mantinha forte vinculação acrescida dos conflitos que têm surgido no contexto institucional entre ela e as novatas parecem estimulá-la a galgar com mais pressa sua *desinstitucionalização*. O excerto abaixo destaca essa construção:

A: *É. Tenho amigos em vários lugares. Tenho aqui, tenho na escola... Agora... Saída do abrigo.*

P: *Olhe. Nem lembrava que tinha isso aí.*

A: *Eu botei... Só de ler eu fico feliz. Botei que eu não vejo a hora de se realizar, que isso ia ser a coisa mais feliz da minha vida.*

P: *É?*

A: *É. Ia ser.*

P: *Por quê? Aqui é ruim?*

A: *Mais ou menos.*

P: *O que aqui é ruim?*

A: *Porque... antes não era não, mas agora está sendo, porque vai ficar ruim.*

P: *Você acha que é ruim porque tem menos gente que você gosta ou porque o abrigo tem coisas que você não gosta?*

A: *Não. Eu acho ruim porque antes era todo mundo unido, a gente ficava fazendo isso e aquilo. Agora é diferente. Cada um no seu canto. Qualquer coisa é motivo de confusão, de briga, sabe. E eu acho isso ruim.*

(Excerto 37, ET 11)

Conforme identificado na análise de posicionamento *Eu-Eu*, a adolescente tem interesse em ser adotada por uma família com quem estabeleça bons vínculos. Entretanto, alguns entraves são destacados pela Atriz ao narrar suas experiências com famílias hospedeiras. A permanência desses entraves, que por vezes são expressados como resultado de ações das famílias que acolhem a adolescente, pode ser um empecilho no processo de desinstitucionalização. A adolescente relata alguns casos de tratamento que, na sua concepção, foram indevidos e resultaram no seu desinteresse em continuar com a família, ou na desistência da família em levar adiante o apadrinhamento. Essas histórias foram organizadas em torno do qualificador *tratamento indevido*. Serão destacados abaixo quatro excertos que representam pequenas histórias contadas pela Atriz acerca de experiências malsucedidas com quatro famílias hospedeiras.

A: *Porque... ah, não sei, mas eu gostei mais dela. A que eu menos gostei foi uma mulher que tinha um filho, aí ela morava até ali na Liberdade. Aí não gostei. Não me trataram... O filho não me tratou bem. Só foi um final de semana que fiquei, só, e não gostei.*

(Excerto 15, ET 5)

P: *E por que você falou que não queria mais?*

A: *Olha, pelo que eu me lembro... Priscila falou... Quer dizer, eu lembro não, Priscila falou que eu não queria mais ir pra a casa dela porque o marido dela tava me forçando a estudar e eu estava chorando quando o juizado chegou, aí eu falei que não queria mais ficar lá.*

P: *E você não gosta de estudar, não?*

A: *Eu gosto, mas eu não sei... Priscila me contou isso.*

(Excerto 16, ET 5)

A: E aí que não deu certo.

P: Por quê?

A: Primeiro ela disse que... ela me escaldou, falou um bocado de coisa pra Priscila, de mim. Falou que eu era... deixa eu me lembrar... que eu parecia que não queria uma família, falou um bocado de coisa. E eu também não tava gostando não. Eu só não parei de ir pra a casa dela foi porque eu não tava querendo ficar aqui, aí eu ia pra a casa dela. Ela falou também que eu parecia uma patricinha. Foi, ela falou.

(Excerto 17, ET 5)

P: Eu lembro dela.

A: Ela ficava de bem comigo quando o namorado não tava. Aí ela ficava conversando comigo, eu ia pra o quarto dela e a gente ficava assistindo. Quando o namorado tava, ela me esquecia. Aí eu ficava mais com o filho dela, pequeno. O filho de Courtney¹⁷, pequeno. Essa foi a que eu menos gostei. Ela foi uma família que eu não gostei.

(Excerto 18, ET 5)

A Atriz narra, na primeira história (Excerto 15), uma situação inicial de tratamento inadequado por parte de um familiar da família hospedeira com quem foi acolhida. Ela não entra em detalhes, alegando não recordar, por ter sido há muito tempo. Em sua narrativa, ela destaca duas personagens: a mãe, genitora que provavelmente encabeçou o apadrinhamento; e o filho dela. Apesar de iniciar uma frase afirmando, no plural, que não foi tratada bem, a adolescente retoma a fala e destaca que o filho foi o autor da ação. A Atriz constrói um enredo adotando um recurso explicativo que justifica o fato de não ter gostado de conviver com a família: ela não gostou *porque* o filho não a tratou bem. Apesar de ser uma frase aparentemente óbvia, na contramão dos estudos que apontam uma baixa autoestima e presença de pensamentos depreciativos em crianças e adolescentes institucionalizados (Buffa, Teixeira & Rossetti-Ferreira, 2010; Fonseca, 2017; Vectore & Carvalho, 2008), o fato de eleger um tratamento que não é adequado para ela demonstra uma construção particular de merecimento e de tratamento pertinente. Compreender o tratamento ruim, que ela não gosta, não acha que merece, delimita o que não é tratamento ruim, que ela provavelmente gostará por ser adequado para si.

A segunda história (Excerto 16) se assemelha à primeira por não haver muitos detalhes que a adolescente afirma recordar. Dessa vez, ela se apropria de um suposto discurso da coordenadora da instituição que informa o motivo que a levou a desistir do apadrinhamento. Nesse caso, o tratamento indevido foi, segundo afirma a Atriz, em reverberação ao suposto relato da coordenadora, o fato de o “pai” da família hospedeira pressionar a adolescente a

¹⁷ Mulher chefe de família hospedeira.

estudar. Curiosamente, ao ser questionada sobre isso, a adolescente diz que gosta de estudar, mas que acredita que a pressão a tenha feito desistir do apadrinhamento. Por outro lado, mais à frente, a Atriz retoma essa história destacando seu arrependimento em não ter continuado com essa família.

A terceira história (Excerto 17) traz um caso mais recente. A Atriz passou a conviver com essa família hospedeira composta de uma senhora que frequentava esporadicamente o abrigo. Após um período de convivência, a senhora relatou à instituição que não estava interessada em continuar o apadrinhamento porque a adolescente não interagiu com ela. A Atriz acrescenta que tinha conflitos com a família por não gostar de algumas comidas que lhe eram oferecidas. Suas recusas constantes levaram a senhora a questionar o interesse da Atriz em ser inserida em uma família substituta. Também utiliza o adjetivo “patricinha” para demarcar a suposta característica de mimada da adolescente. Nesse caso, a Atriz contrasta o desinteresse da família com o próprio desinteresse em continuar sendo o apadrinhamento. Segundo relata, ela continuava frequentando a família porque era uma oportunidade de sair do abrigo. Entretanto, o surgimento de frequentes conflitos encerraram esse processo.

A quarta história (Excerto 18) ocorreu, temporalmente, em um momento anterior à terceira. A Atriz narra sua convivência com uma família maior do que as que costumava ir. Nesse caso, havia uma adolescente da sua idade com quem passou a interagir ao longo das convivências. O tratamento indevido parte dessa adolescente, que, segundo a Atriz, a tratava diferente quando o namorado estava presente na casa da família. A adolescente demarca o tempo que opera como condição para que ela perca paulatinamente o interesse em permanecer com essa família: *quando o namorado estava*. Esse período a obrigava a conviver mais com o filho pequeno da família, afastando seu contato com a adolescente com quem havia iniciado interação e afinidade. Tal situação se assemelha ao já relatado processo de identificação da Atriz com outras adolescentes da instituição e seu desinteresse em permanecer institucionalizada potencializado pelo fato de seus pares não estarem mais presentes como antes.

Em todos os casos narrados, a adolescente responsabiliza outras personagens pelas ações que a fizeram se desinteressar pelos programas de apadrinhamento. Por outro lado, uma análise dos três níveis de posicionamento demonstra que essas experiências, apesar de construtivas para sua identidade como pessoa e como adolescente institucionalizada, não significaram um desinteresse em seguir os trâmites institucionais e buscar a saída da instituição através da inserção em alguma família substituta que contemple seu desejo.

As duas últimas histórias apresentam um conteúdo comum. A adolescente indica a sustentação da sua relação e do seu interesse em continuar nos programas de apadrinhamento está condicionado à reciprocidade que ela tem com a família. O qualificador *reciprocidade* se refere às situações narradas nas quais a adolescente destaca a relação entre ela e outras pessoas em que há interações que a instigam em manter o vínculo afetivo. Essa reciprocidade parte de uma interação que agrada a adolescente, a estimulando a dialogar de modo mais íntimo e casual.

Ao narrar seu comportamento perante visitantes da instituição, a adolescente destaca duas situações diversas. Na primeira, relata a interação com uma visitante frequente, que já conhece a dinâmica do abrigo e tem proximidade com as adolescentes. Seus momentos de conversa são prazerosos, segundo a Atriz, por conta dessa intimidade.

A: Deixa eu ver... (pausa) A visita de Juçara¹⁸. Eu gosto, porque além de trazer comida a gente fica brincando, porque a gente já tem intimidade com ela e a gente já conhece ela, de outro tempo, a gente já conhece ela. Aí a gente fica conversando.
(Excerto 12, ET 3)

Por outro lado, a adolescente narra seu contato com estudantes que porventura realizem trabalhos acadêmicos na instituição. Nesse caso, embora a interação seja estimulada pelos grupos de estudantes, não há *reciprocidade*, pois as intenções desse contato são orientadas pelos objetivos acadêmicos. Em sua narrativa, a adolescente não sabe explicar porque não gosta desses encontros, mas utiliza o mesmo verbo que utilizou anteriormente com uma conotação positiva: *conversar*. Conversar com uma pessoa interessada em sustentar um afeto exerce um papel e, conseqüentemente, uma resposta de comportamentos e emoções particular à adolescente. Por outro lado, uma conversa orientada para outra finalidade parece não causar o mesmo efeito:

P: Às vezes tem grupo de faculdade também, aqui, né? Quando algum professor chega com as alunas aí.
A: Eu não gosto. Eu vou porque também tem pouca pessoa, mas eu não gosto não.
A: Mas lá não. A gente fica sentada conversando. É chato.
P: Comigo também é assim. Você fica sentada conversando.
A: Mas lá e um bocado de gente, aí fica assim... Falando... Eu não gosto não.
(Excerto 12, ET 3)

Esse qualificador se contrasta com os qualificadores *reservada* e *exigente*, presentes na análise de posicionamento *Eu-Eu*. Ao exprimir sua relação com as famílias hospedeiras, a Atriz destaca situações nas quais não há reciprocidade de relação. Ser uma pessoa reservada não

¹⁸ Mulher visitante frequente da instituição.

significa que ela deseja se isolar e a narrativa que ela tece demonstra isso. Quando a família está aberta a dialogar com a adolescente, permitindo um espaço que a motive, sua reação é positiva.

A: Foi. Ela falou que eu não gosto disso nem daquilo. Ela falou também que eu só ficava no notebook. Claro que eu só vou ficar no notebook, porque ela só ficava no quarto. Tinha vezes mesmo que eu ia no quarto dela e ficava assistindo. Aí ficava falando do programa. Ela falava e calava. Aí eu saía e ficava no notebook.

P: E o que é que você mais gosta quando vai em uma família hospedeira?

A: Que eu mais gosto?

P: Quando tem o quê?

A: Quando tem Netflix. (risos). Não, eu gosto de conversar. Mas, de todas aí eu conversava mais com Xênia¹⁹. De todas as famílias. Porque ela também era solta, ela conversava... aí eu gosto de pessoas assim, de conversar. Aí pessoas também que é fechada, eu também fico na minha.

(Excerto 18, ET 5)

Essas histórias trazidas pela adolescente remontam sua relação com as famílias hospedeiras, derrubando uma suposta hipótese de que ela seja aversa ao convívio e tentativa de inserção familiar em família substituta. Ao contrário, ela compreende com firmeza o que mantém seu interesse e o que a desestimula com esse processo. É também possível perceber que a adolescente orienta a questão do convívio com famílias hospedeiras e as tentativas não exitosas com base nas ações de outros personagens (pessoas), já que destaca ações negativas e positivas dos familiares que interferiram no seu posicionamento perante a situação.

5.2.3 Posicionamento *Eu-Discurso dominante*

Conforme mencionado no caso anterior, a análise do posicionamento *Eu-Discurso dominante* parte da compreensão da interlocução que o sujeito que narra adota ao longo da narrativa perante grandes discursos aos quais está envolto. Este estudo buscou identificar como a adolescente constrói seu posicionamento perante o discurso jurídico sobre a infância e adolescência que se firmou no Brasil ao longo do tempo e se concretiza, atualmente, ancorado no ECA.

Foram destacados, ao longo das narrativas, 5 qualificadores que identificam as posições que a Atriz adota perante o discurso dominante elencado (Tabela 7). Esses qualificadores foram formulados conforme era possível observar trechos de fala relativos aos aspectos jurídicos, em

¹⁹ Mulher chefe de família hospedeira.

geral materializados pelo sistema de justiça com quem a adolescente interage, mas também compostos de concepções mais abstratas sobre a estruturação da sua institucionalização e os aspectos que perpassam esse processo.

Tabela 7

Listagem dos qualificadores por Eixo Temático, no nível de posicionamento *Eu-Discurso dominante* – Caso 2: A Atriz

Qualificador	Eixo Temático
Convivência	ET 2 – Irmãos e irmãs
Desinstitucionalização	ET 5 – Família hospedeira
Priorização	ET 6 – Sistema de justiça
Proteção	
Controle	
Controle	ET 7 – Escola
Desinstitucionalização	ET 10 – Profissão
Desinstitucionalização	ET 11 – Saída do abrigo

Conforme visto anteriormente, o direito à convivência familiar e comunitária foi agregado ao ECA, sendo compreendido como fundamental inclusive às crianças e adolescentes institucionalizadas. Ao analisar os posicionamentos da Atriz, principalmente quando ela relata seu contato com os irmãos e irmãs, entende-se que há uma compreensão de que a convivência seja garantida. O qualificador *convivência* foi formulado para contemplar essa interação entre adolescente e discurso dominante.

Devido à separação do grupo de irmãos, o contato com entre a Atriz e os outros recebe diferentes configurações e sua narrativa demonstra o modo como ela compreende essa diferenciação e como encara seu papel diante disso. Ao tratar dos irmãos mais novos, a adolescente ressalva o pouco contato que tem, principalmente com o mais novo que, apesar de ter sido adotado por uma família da cidade de Salvador, não mantém contato com o abrigo e, por conseguinte, com a irmã. O segundo irmão também se encontra distanciado, porém este foi inserido em uma família de Moçambique, o que só permite contato por via telefônica.

Ao tratar acerca da irmã que ficou mais tempo institucionalizada e foi inserida recentemente em família substituta, a Atriz relata uma maior convivência. Essa convivência é possibilitada pela família que a adotou, que traz a irmã da adolescente para visitar a instituição com frequência, e pelas trabalhadoras do abrigo que facilitam esse contato emprestando o

celular para a Atriz conversar diariamente com ela. Constrói-se, portanto, uma rede que permite essa convivência, ainda que limitada pelas diferentes rotinas que as duas agora possuem.

P: Deixa eu saber outra coisa de Ananda. Ananda você ainda tem contato com ela.

A: Tenho. Karina tem Whatsapp. Nancy tem o Whatsapp dela, Linn e Glória²⁰, aí eu falo com ela pelo Whatsapp das meninas.

P: Por áudio.

A: É.

(Excerto 9, ET 2)

Apesar de aparentemente compreender que possui direito de conviver com os irmãos, a adolescente demonstra trazer para si a responsabilidade por procurá-los. O menor tempo de institucionalização pode ter sido responsável pelo menor contato, mas isso não extinguiu seu desejo em buscar contato. Afirmar que sabe onde encontrá-los, com exceção do irmão mais novo, demonstra esse interesse e planejamento, conforme destacado abaixo:

P: E você tem interesse em procurar um dia?

A: Claro, né.

P: Todos, né?

A: Karina eu sei. Karina antes morava aí no IAPI, mas agora se mudou, acho que está na Pituba. Luedji mora na ilha. Fábio na África... Só Diomedes²¹ que eu não sei.

(Excerto 6, ET 2)

Ao tecer suas narrativas acerca do sistema de justiça, a Atriz revela algumas informações acerca de como se estabelece essa relação entre ela e o discurso jurídico sobre a infância e adolescência. Foi criado o qualificador *priorização* para agregar aspectos da sua fala que demonstram essa compreensão de que seus direitos são majoritários, por estar acobertada pelo ECA.

P: Aí se você não gostar você fala com Priscila...

A: É. Aí Priscila fala. Avisa lá que não quero mais ir, e eu não vou mais.

P: E você acha que é tranquilo isso?

A: É.

P: Porque é assim que funciona, né? E quando tem audiência? O juiz já foi alguma coisa te ouvir?

A: O juiz não, mas já foi psicólogo, um bocado de gente.

(Excerto 20, ET 6)

Em sua narrativa, ela destaca que um “bocado de gente” foi ouvi-la para considerar sua posição perante aspectos da sua trajetória institucional. Esse espaço de protagonismo

²⁰ Trabalhadoras da instituição no cargo de cuidadoras.

²¹ Irmãos da Atriz.

incentivado pelo sistema jurídico e pela instituição de acolhimento remonta o discurso acerca da priorização do adolescente nas demandas estatais. Tal qualificador se relaciona fortemente com o qualificador *poder de decisão*, destacado nas análises de posicionamento anteriores, pois ter voz e autonomia acerca da própria trajetória constroem um lugar de destaque.

Seguindo a mesma linha, destaca-se o qualificador *proteção* para tratar do modo como a adolescente se compreende perante a função do sistema de justiça. A institucionalização é uma medida protetiva e é estimulada a ser vista como tal. As adolescentes institucionalizadas entendem com maior clareza que estavam em risco antes do acolhimento, e esse discurso repercute. Embora as narrativas contrastem o fator protetivo com as implicações negativas da institucionalização, o que corrobora com pesquisas identificadas neste estudo (Arpini, 2003; Rosa et al., 2012; Siqueira & Dell’Aglío, 2006; Siqueira et al., 2010), a noção de proteção permanece forte entre as pessoas que têm contato com a política de acolhimento institucional para crianças e adolescentes.

Ao falar sobre seu contato com o sistema de justiça, a adolescente revela uma ideia personalizada, compilando a função jurídica e a enquadrando nos operadores do direito:

A: Não tenho nada pra falar do sistema de justiça. Ah. A única pessoa que eu gosto de lá do juizado é Bethânia. Só. Bethânia e Gal²².

P: Elas fazem o quê lá?

A: Não sei, mas eu converso com elas. E quando nós se separou, lá tem outra que a gente conversa.

(Excerto 22, ET 6)

Ao eleger personagens para executarem esse papel concretizado do discurso jurídico, a adolescente aproxima esse discurso da sua vida cotidiana. No excerto destacado, ela narra o acolhimento recebido quando houve a separação dos irmãos, mesmo não compreendendo ao certo a função das profissionais do sistema de justiça. Essa narrativa é importante por indicar a percepção da adolescente de que há uma relação entre ela e um sistema que busca desenvolver ações ao seu favor.

Por outro lado, garantir a proteção e a priorização das demandas das crianças e adolescentes podem elevar outra faceta do discurso jurídico. A Atriz frequentemente traz a função de controle dos órgãos de justiça. No dia da primeira entrevista, havia ocorrido uma fiscalização do Ministério Público do Estado da Bahia na instituição. As fiscalizações são frequentes na instituição, fazendo parte da rotina das adolescentes, embora as datas não sejam anunciadas. O qualificador *controle* parte dessa compreensão de que as ações do sistema de

²² Técnicas do sistema de justiça.

justiça podem extrapolar a noção de benfeitoria que pode predominar. A Atriz, com isso, se vê na posição de quem colabora com o fazer jurídico, sendo agente nessa construção, já que precisa relatar suas experiências na instituição durante os processos de fiscalização. Frustra-se, inclusive, por não saber responder alguns dos questionamentos elencados. Por outro lado, ao longo da narrativa a adolescente transita entre seu protagonismo e a responsabilidade de terceiros no processo de controle. Ao ser indagada sobre como enxerga as fiscalizações, busca transferir as intenções dos operadores de direito à investigação do fazer da instituição (personalizado pela coordenadora), e não à sua compreensão própria acerca da sua vivência institucional:

A: Fizeram um bocado de pergunta que eu não soube nem responder.

P: Por que você não soube responder?

A: Porque assim... porque assim, eu acho que as perguntas que elas fizeram com a gente aqui, fizeram com a gente lá em cima, eu acho que elas devem ter feito com Priscila. Porque ela perguntou de psicólogo, de pedagoga, perguntou tudo de um bocado de gente. Perguntou quais eram os dias que o psicólogo vinha. O dia da pedagoga. Que eu não sei. Aí... misericórdia. Depois ficou me perguntando um bocado de coisa.

P: E como é que você enxerga isso? Você acha que elas perguntam por quê?

A: Porque eu acho que de vez em quando eles ficam achando que Priscila pode estar mentindo.

(Excerto 20, ET 6)

Por fim, o qualificador *desinstitucionalização* é formulado para contemplar sua posição perante as ações orientadas pelo discurso jurídico no intuito de garantir esse processo. Um dos destaques se remete à recorrente tentativa de inserção da adolescente em famílias hospedeiras. Apesar de responder que não foi inserida em mais de cinco famílias, ao longo da narrativa ela traz um quantitativo maior.

P: Você já foi em quantas?

A: Ó, deixa eu lembrar. Ah, já fui em várias.

P: Mais de cinco?

A: Não. Acho que não.

(Excerto 15, ET 5)

A: Ó. Na primeira vez foi com Tina²³. Na segunda vez foi com... Acho que foi com Xênia. Na terceira vez... acho que foi com Courtney. Depois acho que foi com Xênia de novo, que eu passei Natal e Ano Novo; depois foi com uma moça aí, que eu esqueci com o nome dela, depois... não lembro.

P: Foi o quê, ano passado ou esse ano, essa última?

²³ Mulher chefe de família hospedeira.

A: Foi esse ano, um dia desses.

P: Foi com quem?

A: Foi com Amy²⁴, amiga de Priscila.

(Excerto 17, ET 5)

O apadrinhamento é uma estratégia do sistema de justiça de criar novos vínculos entre crianças e adolescentes institucionalizados e famílias interessadas em acolhê-los temporariamente. Tal processo pode resultar em adoção, caso esse vínculo se sustente e desperte o interesse dos envolvidos. Conforme foi visto, a Atriz narra bastante suas experiências com famílias hospedeiras e ao longo da narrativa demonstra compreender que esse processo se relaciona com sua saída da instituição. Em dado momento, ela relata que será acompanhada por uma nova família e espera que o processo de desinstitucionalização ocorra com sua inserção nesse novo contexto.

Há uma ordem de priorização de ações adotadas pelo Estado perante as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. A institucionalização só ocorre quando a situação não pode ser resolvida com a criança ou adolescente ainda residindo com a família. Após isso, prioriza-se a reinserção familiar. A destituição do poder familiar e encaminhamento da criança ou adolescente para inserção em família substituta (adoção) só ocorre em casos excepcionais, quando a reinserção familiar não é possível.

Entretanto, apesar da excepcionalidade, para aquelas crianças e adolescentes institucionalizados cujo poder familiar foi destituído, a inserção em família substituta é a via de desinstitucionalização mais almejada pelos trabalhadores que atuam nessa política pública. Conforme trazido no segundo capítulo deste estudo, a evasão e o desligamento compulsório por maioria não são formas adequadas de desinstitucionalização, pois podem potencializar vulnerabilidades que dificultem o desenvolvimento dos jovens egressos. Essa é uma compreensão que se estende às adolescentes e a Atriz corrobora com esse discurso. Ao ser indagada sobre a forma que imagina sua saída, dá destaque à adoção realizada por uma família com quem goste de conviver e possa sustentar bons vínculos:

P: Como é que você imagina sua saída daqui?

A: Eu imagino sendo adotada, com as pessoas que eu gosto - uma família, né? Eu escrevi até aqui em cima, família, né?

(Excerto 36, ET 11)

²⁴ Mulher chefe de família hospedeira.

A alta frequência do qualificador desinstitucionalização, identificado nos três níveis de posicionamento, pode se relacionar com o pontuado discurso jurídico que se refere à excepcionalidade e à brevidade da institucionalização. Há uma compreensão que tende a ser difundida entre os trabalhadores das políticas que englobam o acolhimento institucional de que a institucionalização não é um processo adequado, devendo ser adotado unicamente quando não há alternativa viável. Esse discurso parece ser agregado ao posicionamento da Atriz quando ela narra as tentativas de inserção em família substituta e o desejo em ser desinstitucionalizada. A institucionalização é uma situação peculiar e provisória e a Atriz, embora demonstre se identificar com o contexto do abrigo e como uma adolescente pertencente a esse contexto, também demonstra compreender que tal condição deve ser efêmera em sua vida e que há um movimento institucional e pessoal para que ela seja direcionada para uma família substituta.

5.3 A Veterinária e a Atriz: Algumas Reflexões Sobre os Casos

O estudo das identidades, conforme a psicologia de abordagem narrativa de Bamberg (2010, 2012b), se distancia das concepções que definem esse conceito como algo categorial e rígido. Nessa teoria, é crucial identificar os aspectos dinâmicos que se manifestam cotidianamente conforme a pessoa interage com o mundo. Essas interações, conforme destaca Bruner (1987, 2003), são transpostas ao patamar cognitivo através das narrativas elaboradas pelos sujeitos e, por meio destas, o pesquisador pode ter acesso aos conteúdos estruturados e, de certo modo, se aproximar daquilo que se compreende como identidade.

Eleger o modelo de análise de posicionamentos, conforme a abordagem narrativa destacada, permitiu que os fenômenos presentes nas narrativas fossem observados a partir de três níveis: o posicionamento das adolescentes diante de si mesmas; o posicionamento das adolescentes diante de outros atores presentes nas narrativas; e o posicionamento delas diante de um discurso dominante particular – no caso, o discurso jurídico sobre a infância e adolescência no Brasil.

Este estudo buscou identificar esses posicionamentos e trazer concretude dos seus significados à luz da teoria elencada. Com isso, direcionamentos concernentes com os objetivos da pesquisa puderam ser destacados. Há fenômenos contrastantes entre os dois casos, o que não reduz a riqueza da produção elaborada junto às adolescentes, e há aspectos que são compartilhados, o que traz indícios de como trajetórias semelhantes podem repercutir nas pessoas também de modo semelhante.

Neste tópico, os casos serão contrastados de modo sintético, trazendo principais aspectos que foram destaque ao longo da análise narrativa. Buscaremos também dialogar esses aspectos com os conceitos abordados no Capítulo 3, acerca da construção identitária nas abordagens narrativas em psicologia.

As narrativas elaboradas pelas adolescentes demonstram o que chamamos, anteriormente, de visão historiada do *self*. Através do processo de narração, foi possível compreender como elas constroem o seu lugar de pessoa e a seus sentidos de si. Esses sentidos de si não se atêm apenas ao que foi narrado acerca delas mesmas, mas toma corpo na teia de relações que as adolescentes estabelecem com o mundo.

Um primeiro aspecto a ser destacado é a compreensão que as adolescentes constroem sobre si como pessoas institucionalizadas. Ambas demonstram uma aderência à vivência institucional e aos trâmites que envolvem o cotidiano do abrigo. O fato de terem chegado na instituição quando pequenas pode ter relação com essa questão. Identificar-se como uma pessoa

institucionalizada reafirma aquilo que Falmagne (2004) definiu como nível local do *self*. Esse nível representa as características referentes à condição contextual ocupada pelas adolescentes. Neste caso, ser uma adolescente em situação de abrigo repercute em suas vivências sociais e nas representações que elas fazem de si.

Por outro lado, a condição de institucionalização pode carregar estereótipos negativos ou até invisibilizar as individualidades de cada pessoa abrigada. Quando a Atriz, por exemplo, relata que sua vivência na escola – onde sua posição de estudante é mais representativa do que a posição de adolescente institucionalizada – difere do seu modo de agir dentro do abrigo, há uma sinalização de que ocorre uma transição entre papéis estimulados pelos diferentes contextos.

Em outro momento, a Atriz ressalta a sua individualidade materializada na característica de ser reservada, inclusive quando há visitas na instituição, mesmo havendo um acordo já tácito de que todas as adolescentes e crianças devem dar atenção aos visitantes. A Veterinária, por sua vez, apresenta histórias nas quais subverte as normas institucionais através de pequenos atos, como ocultar um gato em seu quarto.

O mesmo se reforça nos relatos que ambas carregam acerca da forte identificação com o grupo de adolescentes da instituição. Sua vinculação institucional parece ser fortalecida por essa relação com as demais adolescentes, a ponto de ambas relatarem desejo em deixar o abrigo porque este tornou-se desinteressante devido à desinstitucionalização da maior parte de adolescentes.

Conforme descrito anteriormente, a noção de identidade na teoria de Bamberg (2010, 2012b) não se refere a uma definição estanque. As identidades são construídas conforme o indivíduo experiencia o mundo, estabelecendo trocas sociais e consigo mesmo. O autor traz três dilemas que envolvem a questão da identidade. Pensar a transitoriedade entre adolescente abrigada e a Atriz, ou a Veterinária, nos leva a identificar como o dilema *Diferença/igualdade em relação aos outros* toma corpo.

Esse dilema se refere à polarização entre a identificação do indivíduo em relação a um grupo ou categoria à qual pertença e sua particularidade e individualidade (Bamberg, De Fina & Schiffrin, 2011). É possível perceber que cada adolescente realiza esse intercâmbio, traçando narrativas que ora reforçam um campo, ora reforçam o campo complementar. Ser uma pessoa particular, com desejos próprios, iniciativa e autonomia, diante das padronizações tensionadas pelo processo de institucionalização é um exercício observado nas meninas entrevistadas.

Apesar de não operarem como uma instituição total, tal como define Goffman (1974), as instituições de acolhimento carregam características similares. Uma característica marcante

é a existência de normas institucionais rígidas. Os horários são pré-estabelecidos, há uma pressão judicial pelo cumprimento de atividades de atenção psicossocial, escolarização, profissionalização, dentre outras. Estar imersa em regras exige das adolescentes criatividade para desenvolver sua autonomia e seu protagonismo, mesmo quando esses são estimulados pelos objetivos institucionais.

Outro dilema trazido por Bamberg (2010) jaz no campo de polarização entre a *agentividade e a passividade* do indivíduo no processo de construção identitária. As regras e os discursos que permeiam a vivência nas instituições de acolhimento podem favorecer alguns comportamentos e concepções, enquanto distancia outros. Por outro lado, as adolescentes demonstram que – mesmo imersas no mesmo contexto de institucionalização – cada uma traça sua trajetória e suas perspectivas de modo distinto.

As adolescentes se apropriam tanto das normas institucionais e dos procedimentos jurídicos que desenvolvem uma “tecnologia da institucionalização²⁵”. Buscam avaliar, por exemplo, quais comportamentos devem ser adotados para que haja maior probabilidade de acolhimento em uma família hospedeira e, talvez, em uma família substituta. Nesse caso, ambas demonstram que, sabendo do seu poder nessa decisão, o desejo de ser adotada não ultrapassa seus limites de tratamento desejado e autoestima. A adoção e o apadrinhamento só são galgados se as famílias interessadas correspondem minimamente aos ideais das adolescentes.

Outro aspecto demonstrado pelas adolescentes, nesse sentido, consiste nas experiências de saída temporária da instituição. Apesar de não privar as adolescentes de liberdade, sua saída do abrigo, principalmente para locais mais distantes, é limitada por conta do viés protetivo da instituição. Vivenciar outros espaços é, com isso, tido como interessante pelas duas adolescentes entrevistadas. Elas desenvolvem estratégias para sair da instituição não apenas para os programas de apadrinhamento ou passeios previstos no calendário institucional. Idas a médicos, para acompanhar outras crianças, atendimento psicológico fora da instituição e até saídas para retirada de documentos se tornam oportunidades de experienciar outros contextos.

Um último dilema apresentado consiste na transição entre *continuidade e mudança* (Bamberg, De Fina & Schiffrin, 2011). A identidade se constrói em diálogo com a

²⁵ Rizzini e Rizzini (2004) cunham esse termo ao tratar acerca das famílias que se valiam dos serviços ofertados pelo SAM, quando este disponibilizava – através de convênio com instituições parceiras – cursos e serviços assistenciais. Sabendo da atuação do SAM, algumas famílias falseavam ou supervalorizavam aspectos que as incluíssem no perfil para receber a assistência abrangida pelo Serviço. Utiliza-se, aqui, o termo “tecnologia da institucionalização” para referir-se ao modo com as adolescentes aprendem a conviver com as regras institucionais e estabelecem mecanismos que extrapolam as regras ou se aproveitam de brechas para fazer valer seus desejos que não cabem nos moldes da instituição.

temporalidade, transitando entre aquilo que se mantém constante e identificável em uma faixa temporal e aquilo que é mutável ou efêmero. As adolescentes demonstraram que há uma necessidade de experienciar diferentes papéis, na condição de institucionalização. Embora o foco deste trabalho seja compreender a construção identitária das adolescentes com o olhar voltado principalmente à situação de institucionalização, elas mostraram que seu convívio em outros contextos, ou suas características pessoais, as levam a assumir papéis além destes.

Ademais, estar em situação de acolhimento institucional representa um complexo de vivências que cada adolescente realiza. É preciso maleabilidade para transitar por experiências como a adoção e o apadrinhamento, por exemplo, o que exige delas uma reorganização do papel que desenvolvem no mundo. A própria condição de institucionalização, que por um lado exerce forte influência e predominância na construção identitária dos sujeitos institucionalizados, possui uma tendência à efemeridade, já que se trabalha para que esta seja breve. Assim, as adolescentes devem estar preparadas, a qualquer momento, para abandonar essa condição e traçar trajetórias foras da instituição, exercendo outros posicionamentos diferentes daqueles pertinentes durante a institucionalização.

Entretanto, o longo período de abrigo prova que, por vezes, o caráter de brevidade da institucionalização não se estabelece, e isso pode reverberar na construção identitária ao reafirmar essa experiência e essa posição de pessoa abrigada. Porém, as duas adolescentes entrevistadas narraram não apenas seu desejo, mas seu preparo para uma possível mudança de papel, preferencialmente através da inserção em família substituta. Apesar de considerarem a possibilidade de saírem aos 18 anos compulsoriamente, nenhuma das meninas assumia esta última como a hipótese mais provável.

O estudo das identidades através da abordagem narrativa possibilitou que se observasse como as adolescentes elegiam fatos do passado, do presente e do futuro, indicando como esses fatos se relacionam com suas escolhas e sua subjetividade.

É importante destacar que, para Bamberg, os dilemas que compõem o processo de construção identitária operam conjuntamente na dinâmica de construção narrativa do *self*. Assim, entendê-los separadamente corresponde a um esforço didático que não contempla a totalidade dos fatores que se manifestam nesse fenômeno. Ao analisar os três níveis de posicionamento estudados, foi possível observar como as adolescentes constroem narrativas nas quais transitam perante os três níveis de posicionamento, delineando suas concepções sobre si mesmas através do intercâmbio relacionado a cada nível abordado.

Nas narrativas construídas, alguns aspectos chamaram atenção por se assemelharem e/ou demonstrarem possuir um grande investimento de subjetividade e significações, por parte

das duas adolescentes. Por exemplo, um fenômeno que converge na narrativa de Veterinária e Atriz é a noção de família. Ambas demonstram uma compreensão de família como algo que extrapola a consanguinidade. A Atriz e a Veterinária utilizam o termo *de consideração* ao tratar das adolescentes que conviveram com elas por longos períodos no abrigo. Nas narrativas, ser *de consideração* não está hierarquizado diante de outras formas de vinculação familiar. Assim, demonstram uma compreensão ampla que não se limita aos laços sanguíneos nem aos formatos e composições. A Atriz, entretanto, reafirma seu interesse em manter contato com os irmãos biológicos, enquanto a Veterinária identifica a existência de familiares consanguíneos, mas não afirma desejo em manter convivência, embora relate que futuramente deseja ajudá-los financeiramente.

Em um estudo com crianças institucionalizadas, Lauz e Borges (2013) buscaram identificar as concepções de família para esse público. As crianças demonstraram uma compreensão de família que se lastreia nos laços biológicos, fortemente voltada ao modelo nuclear (pai, mãe, filhos). A Veterinária e a Atriz vão de encontro a esse resultado. Possivelmente, o longo tempo de institucionalização, as vivências com outras famílias, o acompanhamento de processos de adoção de outras crianças do abrigo, e a própria condição de adolescente podem ter interferido no modo como a noção de família é construída.

Entender família de modo abrangente também amplia a sua possibilidade de fazer parte de uma. A Veterinária, por exemplo, afirma brevemente que não possui família e, em seguida, reforça a existência da sua família de consideração.

O abrigo emergiu nas narrativas não apenas a partir da sua dimensão espaço-temporal, mas também como personagem. As adolescentes reiteraram, ao longo da narrativa, o caráter protetivo da instituição. Mesmo quando afirmavam o desejo de sair, as adolescentes adotavam recursos linguísticos no intuito de deixar claro que esse desejo não partia de uma visão negativa acerca do abrigo. Conforme visto nos casos, ambas acabavam estruturando histórias que apontavam a contradição: o abrigo é bom, mas não desejo permanecer aqui.

A concepção de abrigo como espaço de qualidade, de proteção, também corresponde ao caráter jurídico que opera no real das adolescentes institucionalizadas. Elas vivem aquele espaço como outras adolescentes vivem suas casas. A política de Assistência Social, por meio da tipificação dos serviços socioassistenciais, descreve as instituições de acolhimento como um espaço que deve se assemelhar ao máximo a uma residência. Deve ser alocado na comunidade, sem grandes distanciamentos, e se valer dos dispositivos do entorno (saúde, educação, assistência, justiça, conselhos tutelares etc.). Assim, é pregado pelo Estado que haja uma aproximação entre a instituição e um espaço afetivo tal como um lar idealizado. As

adolescentes, por sua vez, se confrontam com esse discurso e apresentam posições que culminam em uma noção de proteção por parte da instituição. Sentir-se protegida (ou não), sentir que tem direitos sendo respeitados (ou não), sentir-se acolhida pela equipe e pela instituição (ou não) são construções elaboradas cotidianamente pelas adolescentes que vivenciam essa experiência.

Conforme o apresentado, é possível perceber que o discurso jurídico sobre a infância e adolescência, endossado no ECA, é apropriado pelas adolescentes. No que se refere à medida protetiva de acolhimento institucional, o caráter da brevidade opera como foco. Ao reafirmar que não sairão de lá com dezoito anos, por exemplo, elas revelam que assimilaram essa afirmação jurídica de que o acolhimento institucional é breve e transitório, servindo de proteção por um período no qual a criança será encaminhada a uma família substituta ou retornará à família de origem. Ora, não foi breve em nenhum dos casos analisados. As adolescentes se confrontam com essa situação, manifestando compreensão de que estão na instituição por mais tempo do que o esperado. Ainda que não entendam como violação, observa-se que elas entendem o que é idealizado pela lei – no caso, a brevidade da institucionalização – e reverberam esse discurso quando trazem nas narrativas um enredo voltado às suas possíveis formas de saída do abrigo.

Ambas as adolescentes entrevistadas demonstraram um esforço à agentividade perante o processo de exclusão inerente à institucionalização. A análise dos posicionamentos revelou, por exemplo, a forma positiva a qual a Veterinária se enxerga. Ela sustenta uma qualidade de alguém interessante, que desperta o interesse de possíveis adotantes ou padrinhos. A Atriz, por sua vez, revela histórias de apadrinhamento malsucedidos porque desaprovava alguns tratamentos que recebia. Essa compreensão de que sua condição de institucionalização não significa que ela deva abandonar sua exigência em manter boas relações demonstra uma percepção positiva de si mesma. Ela reconhece que deve ser tratada bem.

Ao observar os qualificadores que foram formulados nas análises de posicionamento *Eu-Eu*, nos quais as adolescentes constroem-se como personagens nas narrativas e revelam suas concepções de si de modo mais explícito tendo elas próprias como referência, percebe-se que há uma predominância de categorias neutras ou positivas. No caso da Veterinária, destacou-se o *afeto, cuidado, projetos de vida, saída ideal, interessante, e poder de decisão* como qualificadores que representam uma noção de si positiva. Já a Atriz, embora tenha construído a narrativa com menos qualificadores explicitamente positivos, tendo focado em características pessoais e relacionadas à sua interação com os outros, traz apenas o qualificador

arrependimento como uma via de autocrítica, na qual confronta seu comportamento com um suposto modo ideal de convivência com famílias hospedeiras.

Foi possível constatar as expectativas que são criadas pelas adolescentes, apesar do longo período de institucionalização. Essas expectativas se referem ao modo como compreendem a si próprias e como querem se desenvolver, apontando mudanças pessoais desejadas, projetos a galgar no futuro, formas de saída da instituição, convivência com uma possível família ideal, dentre outras. Não se fala, portanto, de adolescentes invisibilizadas pela padronização tensionada pela política pública, mas de pessoas que demonstram protagonismo no seu modo de viver, apresentando um conjunto de experiências complexas que ultrapassam a condição de institucionalização.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil não é um fenômeno recente. Desde o período colonial, há práticas que, em geral, são sustentadas pelas hegemonias dominantes visando atender demandas associadas a esse público. Uma análise histórica, entretanto, revela que o processo de institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil assume diferentes configurações em cada período, demonstrando sempre um alinhamento aos interesses do Estado.

No período colonial, destaca-se a institucionalização de crianças indígenas, especialmente comandada pelos jesuítas. Essa institucionalização operou como uma das engrenagens da colonização, já que paulatinamente os povos indígenas passaram a ser alvo da igreja católica, em parceria com a coroa portuguesa. Catequizar as crianças indígenas e educá-las no modo de vida hegemônico cristão era uma das principais estratégias adotadas, pois acreditava-se que, ao retornarem para suas aldeias, poderiam propagar a cultura católica/portuguesa e enfraquecer as culturas tradicionais brasileiras.

Com a vinda da família real para o Brasil, há um tensionamento por parte do Estado para que o país se desenvolva. São fundadas, com isso, instituições educacionais que visavam ao ensino básico de cálculo e leitura e à preparação dos jovens para o mercado de trabalho, principalmente para os serviços manuais. Referência histórica do ensino público brasileiro, as *Casas de Educandos Artífices* desempenhavam esse papel. Destaca-se também o serviço militar, que arraigava muitos jovens pobres em busca de ascensão profissional. Essas instituições com frequência adotavam modelos de internato, mantendo os jovens sob convivência constante com regras estritas.

Essas instituições educativas e profissionalizantes tinham como foco os meninos. Quanto às meninas, as instituições religiosas protagonizavam seu processo de institucionalização. Os conventos assumiam um proeminente papel, acolhendo principalmente meninas abandonadas e órfãs, e as educando conforme os costumes da igreja católica. Além da educação religiosa, nos conventos se ensinava atividades como costura, culinária, dentre outras práticas associadas ao trabalho doméstico e à posição socialmente destinada à mulher no momento histórico referido.

Entre o final do século XIX e início do século XX, em consonância com o fim da escravidão e o tardio desenvolvimento capitalista no Brasil, as adolescências e infâncias pobres passam a ocupar outro papel perante o Estado. A noção de controle se fortalece e são fundadas instituições que buscam combater o surgimento e expansão dessa categoria, que é concebida

como supostamente violenta e nociva para o crescimento brasileiro. Em 1927, é promulgado o primeiro Código de Menores, traçando as diretrizes que deveriam ser adotadas pelo Estado para lidar com esse público. “Menor” é a representação das crianças e adolescentes desvalidos, abandonados, infratores, dentre outras situações de vulnerabilidade, e cabia ao Estado resolver esse “problema”.

Com o Código de Menores de 1927, o Estado passa a apoiar e financiar instituições restaurativas e educativas que promoviam serviços de atenção a esse público. Nesse sentido, quando se inicia o período da ditadura militar, é inaugurada a FUNABEM, descentralizada em FEBEMs, que foram responsáveis por institucionalizar milhares de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Nessas instituições, o público era inespecífico, sendo desenvolvidos trabalhos com adolescentes infratores, órfãos, deficientes físicos, dentre outros, muitas vezes nos mesmos ambientes. A FUNABEM representou uma estratégia de controle das crianças e adolescentes que estavam em situação irregular, termo trazido na atualização do Código de Menores em 1979.

Após a redemocratização marcada pela promulgação da Constituição Federal de 1988, o papel do Estado perante as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade é repensado. Em texto jurídico, a noção de “menor” cai em defasagem ao se inaugurar a chamada *Doutrina da Proteção Integral*, protagonizada pela promulgação do ECA, em 1990. Nesse novo momento histórico e político, o Estado passa a orientar suas ações voltadas à infância e adolescência a partir de um documento que se refere a todos e quaisquer crianças e adolescentes brasileiros. Além de estabelecer que crianças e adolescentes são prioridade absoluta para as ações do Estado, o ECA reconfigura os processos de institucionalização, com destaque à separação entre as Medidas Socioeducativas e as Medidas Protetivas, na qual se encaixa o acolhimento institucional foco deste estudo.

O acolhimento institucional é uma estratégia lançada pelo Estado quando há graves violações de direitos de crianças e adolescentes. Em geral, a política de Assistência Social se organiza para lidar com as violações de direitos para esse e outros públicos através dos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS). Por intermédio desses dispositivos, famílias em situação de vulnerabilidade são acompanhadas principalmente por profissionais de psicologia, direito e serviço social, no intuito de desenvolver mecanismos de superação através de serviços e benefícios próprios do SUAS ou da referência com a rede de políticas públicas disponível.

Na maioria dos casos, as situações de vulnerabilidade vivenciadas por crianças e adolescentes são tratadas nesse nível de proteção social. Entretanto, caso o Estado constate que

a violação não pode ser solucionada com a criança ou adolescente em convívio permanente com sua família, serviços de alta complexidade são demandados, como as instituições de acolhimento. Os sujeitos acolhidos por essas instituições recebem acompanhamento de equipe multiprofissional e permanecem no espaço até que o sistema de justiça defina uma forma de desinstitucionalização.

Para compreender como a psicologia tem tratado o fenômeno da institucionalização e desinstitucionalização de crianças e adolescentes, foi realizada aqui uma revisão sistemática de literatura acerca da temática. Identificou-se que a desinstitucionalização de crianças e adolescentes que passaram por instituições de acolhimento ainda promove diversos debates, muitas vezes contrastantes. A prática de institucionalização, como medida protetiva, é questionada principalmente quando o princípio da brevidade – que dispõe que a institucionalização não deve ultrapassar 18 meses – não é garantido. A longa institucionalização é apontada como danosa ao desenvolvimento e isso impulsiona ações do Estado e das equipes que atuam nos abrigos para promover uma desinstitucionalização coerente com os direitos e interesses da criança ou adolescente institucionalizado.

A revisão de literatura apontou três principais formas de desinstitucionalização trabalhadas nos periódicos de psicologia: *adoção*, *reinserção familiar* e *desligamento compulsório por maioridade*. A reinserção familiar costuma ser a primeira estratégia de desinstitucionalização, porém para que seja efetiva, é fundamental que a família de origem ou família extensa do sujeito em situação de abrigamento seja amparada pelo Estado, através de políticas públicas que resolvam a situação de vulnerabilidade que motivou a institucionalização. Não havendo possibilidade de reinserção, a prioridade consiste na inserção da criança ou adolescente em família substituta através do procedimento de adoção. Porém, apesar de haver um maior número de famílias habilitadas e interessadas em adotar do que de crianças e adolescentes disponíveis para adoção, fatores como a preferência de um perfil que não contempla a maioria dos sujeitos institucionalizados por vezes contribuem para o prolongamento da institucionalização.

Adolescentes, em geral, fogem ao perfil exigido pelas famílias que buscam a adoção. Acrescido a isso, os adolescentes institucionalizados frequentemente são fruto de longos períodos de institucionalização, o que pode trazer impactos negativos à sua autoestima e às suas habilidades sociais, bem como em sua motivação para construir novos vínculos afetivos. Quando atingem 18 anos e completam a maioridade, os adolescentes institucionalizados são obrigados a deixar os abrigos, já que a legislação que os respalda contempla até essa faixa-etária. Aponta-se dificuldades de preparar adolescentes institucionalizados para a saída da

instituição pela maioria, seja no âmbito da profissionalização e escolarização, seja em aspectos mais subjetivos como o desenvolvimento da autonomia para que eles possam dar conta da vida fora do amparo do estado. Há também escassez de políticas públicas que acolham jovens recém-desinstitucionalizados, o que frequentemente impulsiona essas pessoas novamente a condições de vulnerabilidade.

Considera-se, portanto, que o contexto de institucionalização e as vivências permeadas por essa situação exercem influência no desenvolvimento de adolescentes. Este estudo partiu do interesse em compreender como o processo de construção identitária de adolescentes institucionalizadas ocorre, buscando identificar como elas se deparam com a possibilidade de desinstitucionalização compulsória por maioria.

Para tanto, partiu-se da perspectiva teórica da psicologia narrativa, mais especificamente a abordagem protagonizada por Bamberg (1997, 2004, 2005, 2007, 2010), que busca compreender o fenômeno das narrativas enquanto processo. Nessa perspectiva, as narrativas são vistas como processos dinâmicos que extrapolam os fatos narrados. Assim, a ênfase é voltada mais aos recursos e à elaboração que o narrador exerce quando constrói uma narrativa do que aos fenômenos narrados em si. Tal abordagem se baseia na noção de *self* como um fenômeno historiado, constituído a partir da elaboração de narrativas que exercem um papel que ultrapassa a socialização, operando também como um processo cognitivo. Através da narrativa, os sujeitos constroem verdades sobre si, balizadas nos posicionamentos que adotam perante os outros e perante o mundo.

A escolha por esta abordagem ocorreu porque foram identificados trabalhos que tematizavam a adolescência, seguindo seus procedimentos teórico-metodológicos. Ademais, localizou-se pesquisas que tinham como foco o estudo das identidades através da análise narrativa nessa orientação. As identidades, neste enquadre, são dinâmicas e constantemente reelaboradas pelos indivíduos em sua prática social (Bamberg, De Fina & Schiffirin, 2011). Sendo a narrativa uma forma de organizar as experiências vividas, as identidades se manifestam nos discursos narrados. Apesar de não trazer uma definição rígida do conceito de identidade, Bamberg (2010, 2012b) pontua três dilemas que envolvem esse fenômeno: a) continuidade/mudança ao longo do tempo; b) diferença/igualdade em relação aos outros; c) agentividade/passividade na relação entre pessoa e mundo. Ademais, o autor indica que, ao longo da narrativa, o indivíduo adota três níveis de posicionamento: a) *Eu-Eu*; b) *Eu-Outro*; c) *Eu-Discurso dominante*. O processo de análise narrativa consiste em identificar como o indivíduo se posiciona na narrativa, trazendo aspectos relacionados à construção dos enredos,

disposição de personagens, delimitação espaço-temporal, recursos explicativos para as ações narradas, dentre outros.

Esta pesquisa realizou o processo de análise narrativa com três adolescentes do sexo feminino institucionalizada em uma instituição de acolhimento. Utilizou-se como instrumento de produção de dados uma entrevista narrativa e um Livro da Vida, através do qual as adolescentes se aprofundavam em temas que foram destaque na entrevista inicial. Uma das adolescentes foi adotada ao longo do processo de pesquisa, o que ocasionou sua retirada dos resultados aqui apresentados.

O estudo dos casos, através da análise narrativa proposta pela abordagem teórica adotada, possibilitou a compreensão dos posicionamentos das adolescentes diante do contexto de institucionalização. Foi possível observar como as narrativas criadas pelas adolescentes traçavam seu processo de construção identitária, revelando reflexões autorreferenciadas ou contrastadas com outros personagens participantes das histórias narradas, bem como a grande narrativa formulada pelo panorama jurídico-assistencial acerca do direito à infância e adolescência.

No início desta pesquisa, o interesse se voltava em compreender a construção identitária diante do processo de desligamento compulsório por maioria. Eu acreditava, até então, orientado pela experiência profissional e pela literatura do campo, que ser adolescente em situação de institucionalização significava uma condenação à permanência no abrigo e à saída compulsória aos 18 anos, já que as chances de adoção eram mínimas. Dessa forma, ao meu ver, o adolecer institucionalizado fazia parte de um processo paulatino de desligamento, no qual a preparação para a desinstitucionalização visava exclusivamente minimizar os impactos da saída forçada pela maioria. Entretanto, ao longo de 2018, 4 adolescentes da instituição na qual atuo foram inseridas em famílias substitutas.

Reavaliei o título, acrescentando o termo “*possibilidade*”, por entender que – apesar de ser uma alternativa concreta na trajetória de adolescentes institucionalizadas – o desligamento compulsório por maioria não é uma certeza. Ambas as meninas entrevistadas traziam em suas narrativas contrastes acerca dessa questão. Apesar de saberem das chances de não conseguirem ser adotadas na idade em que estavam, mantinham planos nos quais a saída compulsória não se encaixava. Elas assimilam a condição de institucionalização, compreendem, em certa medida, seus impactos, suas regras, seus desafios, mas sustentam um sentido de si no qual não cabe a opção menos viável de desinstitucionalização.

O aspecto relacional também merece destaque. As adolescentes têm referência em outras meninas que foram institucionalizadas e saíram da instituição por diversas vias. Estar em

contato com pares parecia tornar o processo de abrigamento mais tolerável. Ao perceberem a redução do número de adolescentes na instituição, as meninas entrevistadas passaram a reavaliar sua permanência no espaço. Nas narrativas, retomavam histórias que vivenciaram com famílias hospedeiras, perscrutando detalhes que indicavam razões para a convivência não ter dado certo. Por vezes, encontravam em si mesmas os motivos. A narrativa revela seu caráter autoepistêmico, mencionado neste estudo, através do qual as adolescentes buscavam construir verdades sobre si mesmas, sustentando uma identidade que podia ser reforçada ou agentivamente transformada conforme suas motivações variassem.

A institucionalização, vista por muitos com o um espaço de vulnerabilidade, tem seu caráter de proteção e afeto preservado. As adolescentes demarcavam a ambiguidade desse processo, tão bem descrito na literatura. Estar institucionalizada, para elas, não era necessariamente ruim. O abrigo não é um lugar ruim, segundo suas afirmações. Entretanto, desejam sair da instituição porque de alguma forma entendem que aquele não é um lugar para passar tanto tempo, apesar de todos os vínculos mantidos. O abrigo aparece como personagem nas narrativas, porém, conforme o título do nível de posicionamento *Eu-Outro*, a relação com a personagem revela os sentidos que cada narradora sustentava sobre si mesma. Elas não queriam permanecer no abrigo porque carregavam um reconhecimento de si no qual a institucionalização não deveria ocupar tanto espaço. A construção das suas identidades, ainda que em ambiente de institucionalização, não caminhou no sentido da baixa autoestima ou sensação de abandono e demérito.

As duas adolescentes demonstravam que no contexto de institucionalização há espaço para pensar o futuro. Seja o futuro mais próximo e, de tão incerto, quase amalgamado com o presente: a possibilidade de serem adotadas a qualquer momento; ou o futuro mais distante, ainda pouco palpável, mas erguido com base nos sentidos que construíram de si: a profissionalização e uma vida feliz fora do abrigo. Eis a razão pela escolha dos nomes das adolescentes neste trabalho. A Veterinária e a Atriz, ao longo da narrativa, traçavam os processos através dos quais foram sendo formulados seus interesses profissionais. A Veterinária, em especial, paulatinamente cria e sustenta uma identidade coerente com os requisitos da profissão. Convence, através de muitas histórias, aquele que ouve ao narrar sua relação com os animais, o prazer que tem com eles e a felicidade presente na descrição do seu futuro profissional.

Esta pesquisa demonstrou a contribuição da abordagem narrativa em psicologia para o estudo da construção narrativa das identidades de adolescentes. Também revelou que a análise de casos particulares tem muito a dizer. Em um contexto de abrigamento, no qual há uma

tendência a se compreender todos os adolescentes nessa condição de modo semelhante, foi fundamental o olhar para o *eu*, presente em cada nível de posicionamento analisado. As particularidades de cada adolescente ganham destaque, mas não ofuscam os aspectos comuns. Entretanto, ressaltar as individualidades em um cenário de apagamento do eu é um movimento importante nos estudos nesse campo.

Certamente, este estudo não esgota as possibilidades de análises e compreensões acerca dos fenômenos investigados. Foi feito, aqui, um esforço em compreender como as identidades são construídas através do ato narrativo. Ou seja, outros métodos podem levar a considerações que complementem as análises realizadas e os resultados obtidos. Há também outras fontes valiosas de dados que podem complementar a visão acadêmica sobre as questões estudadas, como a análise de prontuários e a entrevista com gestores e trabalhadores da instituição de acolhimento. Também por uma escolha teórico-metodológica e de cronograma, essas fontes não foram consultadas como produtoras de dados para o estudo, embora não tenha sido possível deixar de lado a experiência do pesquisador na instituição e o contato prévio com as adolescentes.

Espera-se que haja maiores investigações sobre a temática, em especial diante de um momento histórico de ataque às políticas sociais e ao ECA. A perda de direitos atinge diversos campos, porém ao chegarem àqueles que estão em período de desenvolvimento no qual há necessidade de ampliada proteção do Estado, as consequências podem se potencializar. A academia pode, portanto, fornecer subsídios que embasem políticas públicas e ações profissionais conscientes dos fenômenos trabalhados e das reverberações de suas intervenções no cenário social e na vida de cada adolescente institucionalizado. Uma maior lucidez sobre o que é a adolescência, a institucionalização, as vulnerabilidades vividas em uma sociedade onde há desigualdades econômicas, pode orientar processos decisórios que mantenham em voga a defesa dos direitos dessa parcela da população brasileira.

REFERÊNCIAS

- A Palavra da FUNABEM. (1988). *Psicologia: Ciência e Profissão*, 8(1), 6-7. <https://dx.doi.org/10.1590/S1414-98931988000100003>
- Aberastury, A., & Knobel, M. (1992). *Adolescência normal*. Porto Alegre, Brasil: Artes Médicas.
- Alvarez, Marcos César. (2003). *Bacharéis, criminologistas e juristas. Saber jurídico e Nova Escola Penal no Brasil*. São Paulo: Método.
- Arpini, Dorian Mônica, & Quintana, Alberto Manuel. Identidade, família e relações sociais em adolescentes de grupos populares. *Estud. psicol. (Campinas)*, Campinas, 20(1), 27-36. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2003000100003>.
- Arpini, Dorian Mônica. (2003). Repensando a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 23(1), 70-75. <https://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932003000100010>
- Ayres, L. S. M., Coutinho, A. P. C., Sá, D. A., & Albernaz, T. (2010). Abrigo e abrigados: construções e desconstruções de um estigma. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 10(2), 420-433.
- Azor, A. M. G. C., & Vectore, C. (2008). Abrigar/desabrigar: Conhecendo o papel das famílias nesse processo. *Estudos de Psicologia*, 25 (1), 77-89.
- Baker, C. (1997). Membership categorization and interview accounts. In D. Silverman (Ed.), *Qualitative research. Theory, method and practice* (pp. 130–143). London: Sage.
- Bamberg, M. & Georgakopoulou, A. (2008). Small Stories as a New Perspective in Narrative and Identity Analysis. *Text & Talk*, 28(3), 377-396. Recuperado de <http://www.clarku.edu/~mbamberg/publications.html> em 16 de agosto de 2018
- Bamberg, M. (1997). Positioning between structure and performance. *Journal of Narrative and Life History*, 7, 335–342.
- Bamberg, M. (2004). Positioning with Davie Hogan: stories, tellings, and identities. In Daiute, C., & Lightfoot, C. *Narrative analysis*(pp. 136-157). Thousand Oaks, CA: SAGE Publications Ltd. doi: 10.4135/9781412985246
- Bamberg, M. (2005) Narrative discourse and identities. In J. C. Meister (Ed.). *Narratology Beyond Literary Criticism*. Berlin, New York: Walter de Gruyter.
- Bamberg, M. (2007). *Narrative Analysis and Identity Research: A Case for 'Small Stories'* (unpublished manuscript). Disponível em: http://www2.clarku.edu/~mbamberg/Material_files/Theory%20&%20Psychology%20manuscript.doc. Acesso em 02/02/2018

- Bamberg, M. (2010). Who am I? Narration and its contribution to self and identity. *Theory & Psychology*. Vol 21, Issue 1, pp. 3 – 24
- Bamberg, M. (2012a). Narrative analysis. In H. Cooper (Ed.), *APA handbook of research methods in psychology* (pp. 77-94). Washington, DC: APA Press.
- Bamberg, M. (2012b). Why Narrative? *Narrative Inquiry*, 22(1), 201-210.
- Bamberg, Michael, De Fina, Anna & Schiffrin, Deborah. (2011). Discourse and Identity Construction. 177-199. DOI: https://dx.doi.org/10.1007/978-1-4419-7988-9_8.
- Baptista, J., Soares, I., & Henriques, M. (2013). Recuperação desenvolvimental após a adoção: características da criança e da família adotiva. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 26(2), 396-404.
- Bento, R. (2008). Família substituta: uma proposta de intervenção clínica na adoção tardia. *Psicologia: Teoria e Prática*, 10(2):202-214.
- Bicca, Amanda, & Grzybowski, Luciana Suárez. (2014). Adoção tardia: percepções dos adotantes em relação aos períodos iniciais de adaptação. *Contextos Clínicos*, 7(2), 155-167. <https://dx.doi.org/10.4013/ctc.2014.72.04>
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. (2010). *Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS*. Resolução nº 269/2006 do Conselho Nacional de Assistência Social. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social.
- Brito, Carolina Oliveira de, Rosa, Edinete Maria, & Trindade, Zeidi Araújo. (2014). O processo de reinserção familiar sob a ótica das equipes técnicas das instituições de acolhimento. *Temas em Psicologia*, 22(2), 401-413. <https://dx.doi.org/10.9788/TP2014.2-11>
- Brockmeier, J., & Carbaugh, D. (2001). Introduction. In J. Brockmeier & D. Carbaugh (Eds.) *Narrative and identity: studies in autobiography, self and culture* (pp. 1-22). Amsterdam: John Benjamins.
- Bruner, J. (1987). Life as Narrative. *Social Research*. 54(1), 11–32.
- Bruner, J. (1991). The narrative construction of reality. *Critical Inquiry*, 18(1), 1-21.
- Bruner, J. (2003) Self-making narratives. In: R. Fivush & C.A. Haden (Eds.), *Autobiographical memory and the construction of a narrative self* (pp. 209-225). Mahwah, NJ: Erlbaum.
- Buckingham, David. (2008). Introducing Identity. In D. Buckingham (Ed.), *Youth, Identity, and Digital Media*. (pp. 1-24). The John D. and Catherine T. MacArthur Foundation Series on Digital Media and Learning. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Buffa, Carolina Gobato, Teixeira, Sueli Cristina de Pauli, & Rossetti-Ferreira, Maria Clotilde. (2010). Vivências de exclusão em crianças abrigadas. *Psicologia: teoria e prática*, 12(2), 17-34. Recuperado em 12 de dezembro de 2018, de

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872010000200003&lng=pt&tlng=pt.

- Camargo, M. L. (2005) A adoção tardia no Brasil: desafios e perspectivas para o cuidado com crianças e adolescentes.. In: *Simposio Internacional do Adolescente, 2.*, São Paulo. Proceedings online... Recuperado em 10 de agosto de 2018 de http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000082005000200013&lng=en&nrm=abn.
- Campos, S. I. F. (2011). *Entre os muros da escola: a percepção da violência familiar em narrativas de educadores*. Tese, Pontifício Universidade Católica, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
- Carbaugh, D. (2001). “The people will come to you”: Blackfeet narrative as a resource for contemporary living. In J. Brockmeier & D. Carbaugh (Eds.) *Narrative and identity: studies in autobiography, self and culture* (pp. 103-127). Amsterdam: John Benjamins.
- Cavalcante, Lília Iêda Chaves, Magalhães, Celina Maria Colino, & Pontes, Fernando Augusto Ramos. (2007). Institucionalização precoce e prolongada de crianças: discutindo aspectos decisivos para o desenvolvimento. *Aletheia*, (25), 20-34. Recuperado em 20 de novembro de 2018, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942007000100003&lng=pt&tlng=pt.
- Cavalcante, Lília Iêda Chaves, Silva, Simone Souza da Costa, & Magalhães, Celina Maria Colino. (2010). Institucionalização e reinserção familiar de crianças e adolescentes. *Revista Mal Estar e Subjetividade*, 10(4), 1147-1172. Recuperado em 18 de agosto de 2018, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482010000400005&lng=pt&tlng=pt
- Chambouleyron, R. (2000). Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. In M. Del Priori (Org.), *História das crianças no Brasil* (2ª ed., pp. 55-83) São Paulo: Contexto.
- Chaves, A. M., Guirra, R. C., Borrione, R. D. M., & Simões, F. G. A. (2003). Significados de proteção a meninas pobres da Bahia do século XIX. *Psicologia em Estudo*, 8(spe), 85-95.
- Ciarallo, Cynthia Rejanne Correa Araujo, & Almeida, Ângela Maria de Oliveira. (2009). Conflito entre práticas e leis: a adolescência no processo judicial. *Fractal: Revista de Psicologia*, 21(3), 613-630. <https://dx.doi.org/10.1590/S1984-02922009000300014>
- Coimbra, Cecília, Bocco, Fernanda, & Nascimento, Maria Livia do. (2005). Subvertendo o conceito de adolescência. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 57(1), 2-11. Recuperado em 14 de agosto de 2018, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672005000100002&lng=pt&tlng=pt.
- Conceição, B. R. T. (2017). As significações de si das crianças abrigadas: um estudo de caso com crianças que passaram por reinserção familiar. Dissertação de mestrado, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil.

- Conceição, J. T. (2012). *Internar para educar: colégios-internatos no brasil (1840 – 1950)*. Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação em História, Salvador, Bahia, Brasil.
- Conselho Nacional de Assistência Social [CNAS]. (2009). Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília, DF.
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente [CONANDA] & Conselho Nacional de Assistência Social [CNAS] (2006). *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária*. Brasília-DF.
- Correia, Mônica F. B.. (2003). A constituição social da mente: (re)descobrimo Jerome Bruner e construção de significados. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 8(3), 505-513.
- Costa, Ana Carolina Pontes. (2012). As políticas de proteção a infância e adolescência e a educação: reflexões a partir da década de 1920.. In: *IV Congresso Internacional De Pedagogia Social*, 4., 2012, São Paulo. Proceedings online... Associação Brasileira de Educadores Sociais, Recuperado de http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000092012000100003&lng=en&nrm=abn, acesso em 26 nov. 2018.
- Costa, N. R. A., & Rossetti-Ferreira, M. C. (2009). Acolhimento familiar: uma alternativa de proteção para crianças e adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22(1), 111-118.
- Couto, Regiani L. D. M. (2013). Narrativas orais de experiência pessoal: um enfoque Laboviano. 146 fls. Dissertação de Mestrado – (Mestrado em Letras - Línguas Vernáculas) – Programa de Pós-Graduação em Letras. UNIR, Porto Velho-RO.
- Cruz, F. (2015). Da maternidade como invenção de novas possibilidades de vida: Análise das experiências de jovens “egressas” de serviços de acolhimento institucional. *Civitas*, Porto Alegre, 15(2), 326-341.
- De Fina, A., & Georgakopoulou, A. (2011). Narrative and identities. In *Analyzing Narrative: Discourse and Sociolinguistic Perspectives* (pp. 155-190). Cambridge: Cambridge University Press. doi:10.1017/CBO9781139051255.009
- Declaração de Genebra*. 1923. Recuperado de http://www.foncaij.org/dwnld/ac_apoio/legislacao/dir_funda/declaration_of_geneva.pdf. Acesso em 13 de julho de 2018.
- Decreto legislativo nº 28, de 14 de setembro de 1990*. (1990). Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela assembleia geral das nações unidas, em 20 de novembro de 1989 e assinada pelo governo brasileiro, em 26 de janeiro de 1990.
- Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990*. (1990). Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança.

- Decreto-Lei Nº 6.865 de 11 de setembro de 1944.* (1944). Redefine a competência do Serviço de Assistência a Menores, cria e transforma funções gratificadas e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado em 10 agosto, 2018, de <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6865-11-setembro-1944-386457-publicacaooriginal-1-pe.html>
- Delgado, A. C. C.; Müller, F. (2005). Apresentação do Dossiê ‘Sociologia da infância: pesquisa com crianças’. *Educação e Sociedade*, São Paulo, v. 26, n. 91, p. 351-360
- Delgado, Ana Cristina, Müller, Fernand, & Sarmento, Manuel Jacinto. (2006). Infâncias, tempos e espaços: um diálogo com Manuel Jacinto. *Currículo sem Fronteiras*. 6(1), 15-24.
- Deppermann, Arnulf. (2013). How to get a grip on identities-in-interaction: (What) Does ‘Positioning’ offer more than ‘Membership Categorization’? Evidence from a mock story. *Narrative Inquiry*. 23. . 10.1075/ni.23.1.04dep.
- Dias, M. S. L., & Silva, R. S. B. (2012). O histórico de institucionalização de crianças e adolescentes. *Tuiuti: Ciência e Cultura*, n. 45, p. 177-188.
- Erikson, E. H. (1972). *Identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Erikson, E.H. (1968). *Identity: Youth and crisis*. New York, NY: Norton.
- Etchebéhère Junior, L. & Pinto, T. L. B. (2009). Retrato da educação no Brasil império: um olhar sobre a cidade de Bananal. *Pesquisa em Debate*, ed. esp., 1-12. Recuperado em 10 de agosto de 2018 de http://www.pesquisaemdebate.net/docs/pesquisaEmDebate_especial1/artigo_36.pdf
- Falmagne, R. J. (2004). On the Constitution of “Self” and “Mind”: The Dialectic of the System and the Person. *Theory & Psychology*, 14(6), 822–845.
- Faraj, Suane Pastoriza, Siqueira, Aline Cardoso, & Arpini, Dorian Mônica. (2016). Rede de proteção: o olhar de profissionais do sistema de garantia de direitos. *Temas em Psicologia*, 24(2), 727-741. <https://dx.doi.org/10.9788/TP2016.2-18>
- Faria, Ederson de, & Souza, Vera Lúcia Trevisan de. (2011). Sobre o conceito de identidade: apropriações em estudos sobre formação de professores. *Psicologia Escolar e Educacional*, 15(1), 35-42. <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-85572011000100004>
- Fernandes, A. O. Monteiro, A. R. O. (2017). Comportamentos Pró-Sociais de Adolescentes em Acolhimento Institucional. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 33, 1-7. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e3331>
- Ferreira, S. (2015). Famílias sem rumo: da institucionalização à Reunificação Familiar - Qual o papel da Terapia Familiar?. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*. Lisboa, 6(1), 55-71.
- Figueiró, M. E. S. S. (2012). *Acolhimento institucional: A maioria e o desligamento*. Jundiaí: Paco Editorial.

- Figueiró, M. E. S. S., & Campos, H. R. (2013). Abandono e acolhimento institucional: estudo de caso sobre maioridade e desinstitucionalização. *Psicol. Argum.*, Curitiba, 31(72), 113-125.
- Fonseca, Patrícia Nunes da. (2017). O impacto do acolhimento institucional na vida de adolescentes. *Revista Psicopedagogia*, 34(105), 285-296. Recuperado em 12 de dezembro de 2018, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862017000300006&lng=pt&tlng=pt.
- Foucault, M. (2007a). *A Arqueologia do Saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2007b). *A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2007b.
- Freeman, M. (2010). Stories, big and small: Toward a synthesis. *Theory & Psychology*, 21(1), 1-8. DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/0959354309354394>
- Fundo das Nações Unidas para a Infância [UNICEF]. (1959). *Declaração Universal dos Direitos da Criança*. Recuperado de http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/c_a/lex41.htm. Acesso em 02 de julho de 2018.
- Genette, G. (1988). *Narrative discourse revisited*. Ithaca, NY: Cornell University Press. Gergen,
- Goffman, I. (1974). *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva.
- Gomide, P. I. C. (1998). *Menor Infrator: a Caminho de um Novo Tempo*. Curitiba: Juruá.
- Guañes, Carla, & Japur, Marisa. (2003). Construcionismo social e metapsicologia: um diálogo sobre o conceito de self. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 19(2), 135-143.
- Hall, G. S. (1904) *Adolescence: Its psychology and its relations to physiology, anthropology, sociology, sex, crime, religion and education* (Vol. II). York University, Toronto, Ontario.
- Hirdes, Alice. (2009). A reforma psiquiátrica no Brasil: uma (re) visão. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(1), 297-305. <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232009000100036>
- Hueb, Martha Franco Diniz. (2016). Acolhimento institucional e adoção: uma interlocução necessária. *Revista da SPAGESP*, 17(1), 28-38. Recuperado em 18 de agosto de 2018, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702016000100004&lng=pt&tlng=pt.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA]. (2003). *Levantamento nacional dos abrigos para crianças e adolescentes da rede de Serviço de Ação Continuada (SAC): Relatório de Pesquisa número 01*. Brasília, DF: IPEA.
- Kohlrausch, A. B. (2012). *O acolhimento familiar como modalidade de garantia do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária*. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico Departamento de Serviço Social, Curso de Serviço Social, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

- Koller, S.H. Couto, M.C.P. Hohendorff, J.V. (2014). Org. *Manual de Produção Científica*. Porto Alegre: Penso. 192p.
- Korobov, N. & Bamberg, M. (2006). “Strip poker! They don’t show nothing!” Positioning identities in adolescent male talk about a television game show. In: M. Bamberg, A DeFina & D. Schiffrin (Eds.), *Narratives in interaction: Identities and selves*. Amsterdam: John Benjamins. Recuperado de <http://www.clarku.edu/~mbamberg/publications.html> em 16 de dezembro de 2017.
- Lage, Ana Cristina Pereira. (2016). Dos Conventos e Recolhimentos para os Colégios de Freiras: As Diferenças da Educação Feminina Católica nos Séculos XVIII E XIX. *Educação em Revista*, 32(3), 47-69. <https://dx.doi.org/10.1590/0102-4698153698>
- Lauz, Gianni Vanessa Mayer, & Borges, Jeane Lessinger. (2013). Concepção de família por parte de crianças em situação de acolhimento institucional e por parte de profissionais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(4), 852-867. <https://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932013000400007>
- Lazzaretti, A. P. S., Finkler, L., Dell'aglio, D. D., & Koller, S. H.. (2010). Participação social e protagonismo: reflexões a partir das Conferências de Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 28(2), 178-193.
- Lei Nº 13.509, de 22 de novembro de 2017*. (2017). Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943; e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado em 10 agosto, 2018, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm.
- Lei Nº. 12.010, de 3 de agosto de 2009*. (2009). Dispõe sobre adoção e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado em 10 novembro, 2016, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112010.htm.
- Lei Nº. 6.697, de 10 de outubro de 1979*. (1979). Institui o código de menores. Brasília, DF. Recuperado em 10 julho, 2017, de <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6697-10-outubro-1979-365840-publicacaooriginal-1-pl.html>.
- Lei Nº. 8.069, de 13 de julho de 1990*. (1990). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado em 10 novembro, 2016, de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm.
- Líbio, Larissa, & Zacharias, Dulce Grasel. (2017). Voltando pra casa: a experiência do acolhimento institucional e os impactos na família. *Pensando famílias*, 21(2), 118-133. Recuperado em 18 de agosto de 2018, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2017000200010&lng=pt&tlng=pt.
- Lima, F. T. I., Pedroso, J. da S., Cruz, E. J. S., & Aguiar, L. F. (2016). Mothers and Grandmothers in Social Vulnerability: Conceptions About Care and Institutional Shelter. *Interpersona: An International Journal on Personal Relationships*, 10(suppl1), 10-21.

- Londoño, F. T. (1992). A origem do conceito menor. In M. Del Priore (Org.), *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- Macedo, L. S. R., & Silveira, A. D. C. (2012). Self: Um conceito em desenvolvimento. *Paideia*, 22(52), 281–289.
- Marcilio, M. L. (1997). A roda dos expostos e a criança abandonada no Brasil colonial: 1726-1950. In M. C. Freitas. (Org.). *História Social da Infância no Brasil*. Pp. 51-76. São Paulo: Cortez.
- Mariano, Fernanda Neísa, & Rossetti-Ferreira, Maria Clotilde. (2008). Que perfil da família biológica e adotante, e da criança adotada revelam os processos judiciais?. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(1), 11-19. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722008000100002>
- Marinho, Fernanda Campos, & Galinkin, Ana Lúcia. (2017). A história das práticas diante do desvio social de jovens no Brasil: reflexões sobre o ideal de ressocialização. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 12(2), 280-297. Recuperado em 14 de agosto de 2018, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082017000200004&lng=pt&tlng=pt.
- Martinez, A. L. M., & Soares-Silva, A. P. (2008). O momento da saída do abrigo por causa da maioria: a voz dos adolescentes. *Psicologia Em Revista (Belo Horizonte)*, 14(2), 113–32.
- Martins, M. C. O. & Vicenzi, R. (2013). Crianças de cor: os (des)rumos dos filhos do ventre livre. *Cadernos do CEOM*, 27(40), 54-69.
- McLean, K & Pasupathi, M. (2010) *Narrative development in adolescence*. New York: Springer.
- Menezes de Oliveira e Paiva, V. (2008). A pesquisa narrativa: uma introdução. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, 8 (2)
- Moissinac, L. & Bamberg, M. (2004). “It’s weird, I was so mad”: Developing discursive identity defenses in conversational “small” stories of adolescent boys. *Texas Speech Communication Journal*, 29(2), 142-156.
- Moutinho, K. (2010). A construção narrativa de sentidos de bioidentidade: obesidade e cirurgias bariátricas. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Cognitiva, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Moutinho, Karina, & Conti, Luciane De. (2016). Análise Narrativa, Construção de Sentidos e Identidade. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32(2), e322213. Epub 27 de outubro de 2016. <https://dx.doi.org/10.1590/0102-3772e322213>
- Negele, A., & Habermas, T. (2010). Self-continuity across developmental change in and of repeated life narratives. In K. McLean & M. Pasupathi (Eds.), *Narrative development in adolescence* (pp. 1-22). New York: Springer.

- Nery, Maria Aparecida. (2010). A convivência familiar e comunitária é direito da criança e do adolescente e uma realidade a ser repensada pela escola. *Cadernos CEDES*, 30(81), 189-207. <https://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622010000200005>
- Oliveira, C. A., & Pereira, E. G. (2011). Estudo sobre a Lei Nacional de Adoção: institucionalização, acolhimento familiar e cadastros. *Contextos clínicos*, 4(2): 113-122, jul-dez.
- Oliveira, Maria Claudia Santos Lopes de, & Vieira, Alessandra Oliveira Machado. (2006). Narrativas sobre a privação de liberdade e o desenvolvimento do self adolescente. *Educação e Pesquisa*, 32(1), 67-83. <https://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022006000100005>
- Oliveira, Maria Claudia Santos Lopes de. (2006). Identidade, narrativa e desenvolvimento na adolescência: uma revisão crítica. *Psicologia em Estudo*, 11(2), 427-436. <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722006000200022>
- Organização das Nações Unidas [ONU]. (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (217 [III] A). Paris. Recuperado de <http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/>. em 02 de janeiro, 2019.
- Organização das Nações Unidas [ONU]. (1989). Nações Unidas no Brasil. *Convenção dos Direitos da Criança*. Recuperado de http://www.onu-brasil.org.br/doc_crianca.php. Acesso em 13 de junho, 2018.
- Oriente, I., & Souza, S. M. G. (2005). O significado do abandono para crianças institucionalizadas. *Psicologia em Revista*, 11(17), 29-46.
- Oyserman, D., Elmore, K., & Smith, G. (2012). Self, self-concept, and identity. In M. R. Leary, & J. P. Tangney (2nd Ed.), *Handbook of self and identity* (pp. 69-104). New York: The Guildford Press.
- Ozella, S. (2002). Adolescência: uma perspectiva crítica. In: Contini, M.L.J. (coord), Koller, S.H. (org). *Adolescência e Psicologia: concepções práticas e reflexões críticas*. Rio de Janeiro: Conselho Regional de Psicologia.
- Pasupathi, M. & McLean, K. C. (2010). Introduction. In K. McLean & M. Pasupathi (Eds.), *Narrative development in adolescence* (pp. I-XXXIII). New York: Springer.
- Perez, José Roberto Rus, & Passone, Eric Ferdinando. (2010). Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, 40(140), 649-673. <https://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742010000200017>
- Poker, T. C. D. (2017). Políticas de identidade no sistema de acolhimento a crianças: a história de vida de uma pós-abrigada. *Psicologia & Sociedade*, 29, 1-9. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29171345>
- Potter, J. & Wetherell, M. (1996). *Discourse and social psychology: beyond attitudes and behavior*. London: Sage Publications Inc (Originalmente publicado em 1987).

- Puretz, A., & Luiz, D. E. C. (2007). Adoção tardia: desafios e perspectivas na sociedade contemporânea. *Revista Emancipação*, 7(2), 277-30
- Rich, R. (2014). Storied Identities: Identity Formation and the Life Story. *University of Sussex Journal of Contemporary History* 15, pp. 1–16
- Rizzini, I., & Rizzini, I. (2004). *A institucionalização de crianças no Brasil: Percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro, RJ: Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- Rocha, Maria Isabel de Matos. (2013). Separação de irmãos no acolhimento e na adoção. *RTJ*, Campo Grande-MS, 34(187), p. 7-11. Recuperado de https://www.tjms.jus.br/_estaticos_/infanciaejuventude/artigosJuridicos/ARTIGO_SEPARACAO_DE_IRMAOS.pdf, acesso em 10 de outubro de 2018.
- Rocha, Patricia Jovasque, Arpini, Dorian Mônica, & Savegnago, Sabrina Dal Ongaro. (2015). Acolhimento institucional: percepções de familiares que o vivenciaram. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 67(1), 99-114. Recuperado em 18 de agosto de 2018, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672015000100008&lng=pt&tlng=pt.
- Rosa, Edinete Maria, Nascimento, Célia Regina Rangel, Matos, Jallana Rios, & Santos, Jamile Rajab dos. (2012). O processo de desligamento de adolescentes em acolhimento institucional. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 17(3), 361-368. <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2012000300003>
- Rossetti-Ferreira, M. C., Almeida, I. G., Costa, N. R. A., Guimarães, L. A., Mariano, F. N., Teixeira, S. C. P., & Serrano, S. A.. (2012). Acolhimento de crianças e adolescentes em situações de abandono, violência e rupturas. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 25(2), 390-399.
- Sacks, H. (1972). On the analyzability of stories by children. In J. Gumperz, & D. Hymes (Eds.), *Directions in sociolinguistics: The ethnography of communication* (pp. 325–345). New York: Blackwell.
- Santos, Gevanilda. (2008). Da Lei do Ventre Livre ao Estatuto da Criança e do Adolescente: uma abordagem de interesse da juventude negra. *BIS. Boletim do Instituto de Saúde (Impresso)*, (44), 15-18. Recuperado em 10 de outubro de 2018, de http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-18122008000100005&lng=pt&tlng=pt .
- Sarmiento, Manuel Jacinto. (2005). Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. *Educação & Sociedade*, 26(91), 361-378. <https://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302005000200003>
- Schachter, E. P. (2010). Narrative identity construction as a goal-oriented endeavor: Reframing the issue of “big vs. small” story research. *Theory & Psychology*, 21, 1-7. doi: 10.1177/0959354309358121

- Schueler, Alessandra F. Martinez de. (1999). Crianças e escolas na passagem do Império para a República. *Revista Brasileira de História*, 19(37), 59-84. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881999000100004>
- Sherif, M & Sherif, C. (1965). *Problems of youth: transition to adulthood in a changing world*. Chicago, Aldine Publishing Co.
- Silva, A. F. Amaral e. (1999). Estatuto da criança e do adolescente: avaliação histórica. *Educar em Revista*, (15), 1-3. <https://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.188>
- Silva, A. P. S. da. (2003). *(Des)continuidade no envolvimento com o crime: construção de identidade narrativa de ex-infratores*. São Paulo: IBCCRIM.
- Silva, E. R. A. (2004). O perfil da criança e do adolescente nos abrigos pesquisados. In Silva E. R. A. (Coord). *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA/CONANDA. Recuperado em 10 de agosto de 2018 de http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5481:0-direito-a-convivencia-familiar-e-comunitaria-os-abrigos-para-criancas-e-adolescentes-nobrasil&catid=162:presidencia&Itemid=2
- Silva, E. R. A., & Mello, S. G. (2004). Contextualizando o "Levantamento Nacional dos Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede de Serviços de Ação Continuada". In Silva E. R. A. (Coord). *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA/CONANDA. Recuperado de http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5481:0-direito-a-convivencia-familiar-e-comunitaria-os-abrigos-para-criancas-e-adolescentes-nobrasil&catid=162:presidencia&Itemid=2 em 10 de agosto de 2018
- Silva, Fabíola Helena Oliveira Brandão da, Cavalcante, Lília Iêda Chaves, & Dell'Aglio, Débora Dalbosco. (2016). Pretendentes à adoção de crianças no Brasil: um estudo documental. *Revista da SPAGESP*, 17(2), 67-80. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702016000200006&lng=pt&tlng=pt em 10 de outubro de 2018.
- Silva, M. E. S. (2010). *Acolhimento institucional: a maioria e o desligamento*. Dissertação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil.
- Siqueira, A. C., & Dell'Aglio, D. D. (2007). Retornando para a família de origem: fatores de risco e proteção no processo de reinserção de uma adolescente institucionalizada. *Rev Bras Crescimento Desenvol Hum*. 17(3), 134-146.
- Siqueira, A. C., & Dell'Aglio, D. D. (2010). Crianças e adolescentes institucionalizados: desempenho escolar, satisfação de vida e rede de apoio social. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(3), 407-415.
- Siqueira, A. C., Zoltowski, A. P., Giordani, J. P., Otero, T. M, & Dell'Aglio, D. D. (2010). Processo de reinserção familiar: estudo de casos de adolescentes que viveram em instituição de abrigo. *Estudos de Psicologia*, 15(1), 07-15.

- Siqueira, Aline Cardoso, & Dell'Aglio, Débora Dalbosco. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. *Psicologia & Sociedade*, 18(1), 71-80. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822006000100010>
- Sorenson, R. (1962). *Youth's need for challenge and place in American society: its implications for adults and adult institutions*. Washington, D. C., National Committee for Children and Youth Inc.
- Souza, F. H. O., & Brito, L. M. T. de. (2015). Acolhimento institucional de crianças e adolescentes em Aracaju. *Psic. Clin. (Rio de Janeiro/RJ)*, 27(1), 41–57.
- Teichert, Dieter. (2004). Narrative, Identity and the Self. *Journal of Consciousness Studies*. 11. 175-191.
- Teixeira Filho, F. S. (2010). Os segredos da adoção e o imperativo da matriz bioparental. *Revista Estudos Feministas*, 18(1), 241-262.
- Teixeira, P. A. S., & Villachan-Lyra, P. (2015). Sentidos de desacolhimento de mães sociais dos sistemas de casas lares. *Psicologia & Sociedade*, 27(1), 199-210.
- Telles, Tiago Santos, Suguihiro, Vera Lucia Tieko, & Barros, Mari Nilza Ferrari de. (2011). Os direitos de crianças e adolescentes na perspectiva orçamentária. *Serviço Social & Sociedade*, (105), 50-66. <https://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282011000100004>
- Tinoco, V., & Franco, M. H. P. (2011). O luto em instituições de abrigamento de crianças. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 28(4), 427-434.
- Valsiner, J. (2001). Process structure of semiotic mediation in human development. *Human Development*, 44(2/3), 84-97.
- Valsiner, J. (2012). *Fundamentos da psicologia cultural: mundos da mente, mundos da vida* (A. C. S. Bastos, Trad.). Porto Alegre: Artmed. (Trabalho original publicado em 2007)
- Vectore, Célia, & Carvalho, Cíntia. (2008). Um olhar sobre o abrigamento: a importância dos vínculos em contexto de abrigo. *Psicologia Escolar e Educacional*, 12(2), 441-449. <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-85572008000200015>
- Vieira, André Guirland, & Henriques, Margarida Rangel. (2014). A construção narrativa da identidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 27(1), 163-170.
- Wortham, S. (2000). Interactional positioning and narrative self-construction. *Narrative Inquiry*, 10(1), 157-184
- Zappe, J. G., & Dell'Aglio, D. D. (2016). Adolescência em diferentes contextos de desenvolvimento: risco e proteção em uma perspectiva longitudinal. *Psico*, 47(2), 99-110.
- Zittoun, T., & Perret-Clermont, A. N. (2009). Four social psychological lenses for developmental psychology. *European Journal of Psychology of Education*, 24 (3), 387-403